Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura **Número: 48**

I Sessão Legislativa **Horta, quarta-feira, 9 de abril de 2025**

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 02 minutos.

Após a chamada dos Deputados, a sessão iniciou-se com o ponto 2 da agenda – **"Interpelação ao Governo Regional sobre os transportes marítimos"**, promovida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Apresentou a mesma, na tribuna, o Deputado Lúcio Rodrigues, tendo participado no debate subsequente os Deputados Francisco Lima (CH), António Lima (BE), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), Nuno Barata (IL), Dora Valadão (PS), Carlos Rodrigues (PSD), Pedro Neves (PAN), José Ávila (PS), Cecília Estácio (PSD), Adolfo Vasconcelos (PSD), João Vasco Costa (PS), Isabel Teixeira (PS), João Mendonça (PPM), José Pacheco (CH), João Bruto da Costa (PSD) e ainda a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral).

Findo o período da manhã, e já no recomeço dos trabalhos às 15 horas, deu-se continuidade à agenda, nomeadamente à apreciação e votação das seguintes iniciativas:

— **Projeto de Resolução n.º 20/XIII, "Recomenda ao Governo Regional que crie mecanismos de implementação do projeto-piloto da semana de quatro dias de trabalho, no setor público e no setor privado, com a respetiva redução do horário laboral e sem perda de rendimento para os trabalhadores"**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Intervieram sobre este ponto, para além do proponente, o Deputado António Lima (BE), a quem coube a sua apresentação, os Deputados Pedro Neves (PAN), Olivéria Santos (CH), Sabrina Furtado (PSD), Nuno Barata (IL), Isabel Teixeira (PS), João Mendonça (PPM), João Vasco Costa (PS), Pedro Pinto (CDS-PP) e Joaquim Machado (PSD), bem como o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão). O Projeto de Resolução em referência foi rejeitado.

— **Projeto de Resolução n.º 24/XIII, "Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova as diligências necessárias a fim de garantir, no âmbito do programa de opções específicas, para fazer face**

ao afastamento e à insularidade ("POSEI") o apoio monetário ao produtor individual de banana na RAA", apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH. Após a apresentação do mesmo pelo Deputado Francisco Lima (CH), participaram no debate os Deputados Patrícia Miranda (PS), Paulo Chaves (PSD), João Mendonça (PPM), Nuno Barata (IL), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), João Bruto da Costa (PSD), Marlene Damião (PS), Pedro Neves (PAN), Paulo Silveira (PSD), bem como o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura). O Projeto de Resolução supramencionado foi rejeitado. Proferiu declaração de voto apenas o Deputado Francisco Lima (CH).

— Relatório sobre o pedido de autorização para que o Deputado José Manuel Resendes Leal possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum n.º2827/23.6T8PDL. O referido Relatório foi aprovado por unanimidade.

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/XIII – "Segunda alteração ao DLR n.º36/2021/A, de 30 de novembro, que estabelece a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da RAA" (Deputados que compõem a Mesa da ALRAA).

Por interpelação do Deputado José Pacheco (CH), foi solicitado um intervalo, pelo que dada a proximidade da hora regimental do final dos trabalhos deste dia, deu-se por concluída a presente Sessão.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 20 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário Regional.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Faça favor, Sr. Secretário.

Eram 10 horas e 02 minutos.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luis **Bruto da Costa** Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Márcia Fernanda Oliveira **Goulart**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Cristina de Fátima Silva **Calisto**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo Tavares**

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Miguel Vieira **Leal**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida e Sousa

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, esta manhã está reservada ao ponto 2 da nossa agenda – **"Interpelação ao Governo Regional sobre os transportes marítimos"**, promovida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Os tempos definidos pela Conferência de Líderes para esta manhã são os seguintes:

- o Governo, o PSD e o PS dispõem cada de 25 minutos;
- O CHEGA dispõe de15 minutos;
- O CDS-PP dispõe 12 minutos;
- as Representações Parlamentares do PPM, Bloco de Esquerda, Iniciativa Liberal e PAN dispõem cada de 10 minutos.

Para iniciar esta interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os transportes marítimos assumem uma importância crucial no desenvolvimento económico e social de uma Região insular como a nossa, onde a mobilidade das pessoas e de bens é primordial para a qualidade de vida, para a competitividade da economia e para a nossa coesão social e territorial.

É imprescindível um sistema de transportes completo e eficiente, dotado de infraestruturas e de meios que garantam a sua operacionalidade e segurança e que, acima de tudo, seja capaz de servir os Açorianos.

A verdade, porém, é que, nos últimos tempos, tem-se agravado a instabilidade na operação da cabotagem insular entre o continente português e a Região Autónoma dos Açores, acrescendo a este facto a circunstância do tráfego local não conseguir colmatar as falhas referidas.

Têm vindo a aumentar as irregularidades no modelo de transportes marítimos de mercadorias, num suposto paradigma que ninguém percebe, provocando grandes constrangimentos em toda a cadeia de distribuição dos produtos.

A alteração constante dos itinerários programados não deixa ninguém da comunidade indiferente. Os atrasos são a regra e não a exceção, e num mercado global cada vez mais exigente, quem nos governa não pode continuar a assobiar para o lado, exigindo-se, no mínimo, conhecimento e clarividência nestes momentos de decisão.

O Programa de Governo da coligação refere que vai implementar um novo modelo de cabotagem insular que aumente a periodicidade e previsibilidade das operações em articulação com o tráfego local. Porém, como já fiz referência, isso está longe de ser uma realidade e este é um assunto de demasiada importância para ser realizado com medidas avulsas, tentando cumprir promessas eleitoralistas, mas sem os meios para as concretizar.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ah, a sério?!

O Orador: O Governo, apesar de tantos estudos, continua a ser incapaz de promover alterações que resolvam os problemas identificados, ora vejamos…

Em julho de 2022, este Governo lançou um estudo para avaliar o modelo de transporte marítimo de mercadorias na Região. Em julho de 2023, criou uma comissão especializada independente para avaliar os modelos propostos no estudo. Em setembro de 2023, o Governo, na pessoa da Sra. Secretária Berta Cabral, entregou o estudo concluído à comissão especializada independente para a emissão de relatório. Em

outubro de 2024, apresentaram-se as conclusões da comissão especializada.

Do estudo e da sua implementação é o que sabemos…

Da realidade sabemos mais…

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Então?

O Orador: Sabemos que recentemente um vendedor e exportador de gado vivo na ilha de Santa Maria teve prejuízos de milhares de euros pela alteração do itinerário dos navios e que nada teve a ver com condições meteorológicas, tendo de alimentar os animais durante 3 semanas.

Sabemos que na ilha Graciosa e na ilha do Pico não existem contentores suficientes para a exportação de gado vivo e que essa informação não chega nem aos vendedores nem aos exportadores.

Sabemos que na ilha de São Jorge, a Uniqueijo e a Santa Catarina (2 dos principais empregadores e de grande relevância no tecido económico da ilha) não conseguem colocar os seus produtos no mercado devido à imprevisibilidade do transporte, ficando a mercadoria retida no porto.

Sabemos que na ilha das Flores o abastecimento de mercadorias, em 2024, fez-se na semana planeada apenas duas vezes e que, em 2025, isso ainda não aconteceu vez nenhuma.

Sabemos que na ilha do Faial o navio nunca chega na data prevista e todos o sentem — os que importam, os que exportam, os que vendem e os que compram — colocando os empresários em situações financeiramente difíceis.

Sabemos que até em São Miguel há atrasos consideráveis que põem em causa grande parte da atividade económica da maior ilha dos Açores.

Sabemos que existem empresários dos mais diversos ramos da economia açoriana que fizeram investimentos consideráveis, tendo em conta o aumento do turismo na Região, e que se veem agora com perdas avultadas pela falta de previsibilidade no acesso aos produtos, alguns deles de primeira necessidade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Andamos todos a passar fome!

O Orador: Esta falta de diálogo e de informação por parte do Governo junto dos empresários, cria constrangimentos logísticos e financeiros que, no fim da linha, se refletem de forma considerável no consumidor. Esta falta de orientação deste Governo de coligação, que desmantelou uma operação que…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual operação?

O Orador: … mesmo com alguns constrangimentos funcionava, põe em causa a nossa coesão regional e com isto não podemos compactuar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso mesmo, o Partido Socialista assume, aqui e agora, o compromisso e a disponibilidade para dialogar e analisar com este Governo Regional, com o Governo da República, envolvendo todos os partidos políticos, o modelo de transporte marítimo de mercadorias que assegure o menor custo no acesso ao continente dos nossos principais portos, bem como o menor diferencial no frete para as restantes ilhas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas isso vai ser aqui e agora?!

O Orador: Devemos focar o acesso ao exterior num modelo que conjugue navios de maior e de menor dimensão e as ligações ao exterior com as ligações interilhas.

No que diz respeito ao transporte marítimo de passageiros, temos vindo igualmente a assistir a algumas situações preocupantes que merecem a nossa análise.

O Programa de Governo da coligação refere a aquisição de dois navios elétricos para o transporte de passageiros e viaturas entre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge, referindo também o impacto da construção destes navios na redução dos custos da operação, permitindo, assim, alocar navios para a ligação sazonal entre São Miguel e Santa Maria. Por aquilo que se sabe, o concurso dos navios elétricos foi cancelado e vamo-nos abster, pelo menos por agora, de falar no concurso…

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Olha! Não quer falar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não queriam dialogar?

O Orador: No entanto, percebemos que sem estes supostos navios não é possível de forma alguma retomar esta operação sazonal.

Sabemos também que a Atlânticoline possui quatro navios para a ligação interilhas, o que no inverno funciona, porque realizam apenas ligações nas ilhas do Triângulo, mas na época alta são insuficientes para o transporte de passageiros, mas também de viaturas, porque mais linhas foram criadas sem os respetivos meios.

O que está aqui em causa não são as rotas realizadas, mas sim o número de embarcações, por isso mesmo perguntamos a este Governo como vai resolver este problema, tendo em conta o cancelamento do concurso já referenciado anteriormente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E então, o diálogo?

O Orador: Sabemos que a operação sazonal interilhas terminou há cerca de 5 anos e que, com as suas virtudes e defeitos, servia a Região e promovia a sua coesão.

O Partido Socialista assume também, no que a esta matéria diz respeito, o compromisso de diálogo para que se construa uma solução para responder às necessidades da época alta que envolva o Governo Regional, o Governo da República e as autarquias e que se consolide a mobilidade interilhas a bem de todos os Açorianos e dos que nos visitam.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Assume estudar a viabilidade de uma nova abordagem para as obrigações de serviço publico marítimo de carga e mercadorias, entre o continente e as regiões autónomas, e avaliação do transporte marítimo de passageiros, propondo uma compensação financeira do Governo da República para reduzir os custos de transporte e melhorar a regularidade e frequência do transporte marítimo.

Para o Partido Socialista, os transportes marítimos são fundamentais para os Açores e para os Açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há 1 ano não era assim!

O Orador: São uma das nossas portas de entrada e de saída, quer de passageiros quer de mercadorias. E o que os Açorianos exigem dos decisores políticos são soluções para os problemas e estratégias para o futuro.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto ao Governo se quer usar da palavra.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É irrefutável e inegável que o sistema de transportes marítimos dos Açores é determinante para a subsistência das nossas ilhas e crítico para a viabilidade da nossa economia.

É por isso mesmo que me orgulho de recordar que os Programas do XIII e do IV Governos dos Açores refletem bem o nosso compromisso em fortalecer o sistema de transportes marítimos, promovendo uma maior integração entre as ilhas e melhorando a mobilidade dos cidadãos e o transporte de mercadorias na Região.

Conhecedores das condições naturais, geográficas e climáticas do nosso arquipélago, nenhum de nós pode negar que o desenvolvimento e a gestão do sistema de transportes, sejam eles, apesar de tudo, marítimos ou aéreos, nos Açores é, porventura, um dos exercícios mais desafiantes que temos de enfrentar diariamente.

Perante a nossa propositura para este mandato, é com inegável e inabalável determinação que perseguimos o objetivo fundamental de criar um sistema de transportes marítimos mais eficiente, mais fiável e mais previsível em todas as suas dimensões.

No que concerne ao transporte marítimo de passageiros, recuperámos financeiramente a Atlânticoline que recebemos, como bem sabem, numa situação insustentável.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do

Governo.

A Oradora: Adotámos medidas difíceis contra o despesismo e a favor de uma maior racionalidade na despesa pública, mesmo perante aqueles que ainda hoje, como se viu aqui, negam as evidências e as recomendações do Tribunal de Contas.
Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ninguém disse isso!
A Oradora: Criámos a Linha Laranja — pelos vistos, não é bem aceite por quem me antecedeu nesta tribuna — que liga sazonalmente Velas a São Roque do Pico. E, entretanto, garantimos a contratualização de novas obrigações de serviço público para o transporte de passageiros interilhas no valor de 6,6 milhões de euros anuais.
Por outro lado, no transporte marítimo de mercadorias temos registado um significativo aumento de movimentação de carga nos nossos portos, que, em 2024, superou 2,7 milhões de toneladas. Um crescimento de cerca de 7 % face a 2023 e mais 15 % face a 2019, bem demonstrativo do sucesso da atividade económica na nossa Região.

Aplausos dos Deputados da bancada do PSD.

A Oradora: Por tudo isso, já investimos e temos em curso mais de 168 milhões de euros nos nossos portos quer em infraestruturas, quer em obras, quer em equipamentos. Incrementámos significativamente o ritmo de aquisição de equipamentos portuários, investindo 25,6 milhões de euros desde dezembro de 2020, que comparam com 8,2 milhões de euros investidos pelo Governo do Partido Socialista entre 2016 e 2020 — três vezes mais.

Aplausos dos Deputados da bancada do PSD.

A Oradora: Já concluímos investimentos em infraestruturas portuárias no valor de 92,5 milhões de euros, estando em curso 50,3 milhões de euros, sem contar com o novo porto das Lajes das Flores que, como sabem, orça em 200 milhões de euros e que terá início no próximo mês.
Nestes últimos 3 anos, já fizemos mais neste domínio do que aquilo que foi feito pelo Governo do Partido Socialista nos últimos 10 anos.
Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Reconhecemos que o sistema logístico do transporte marítimo de mercadorias nos Açores tem problemas e ineficiências, mas estas questões não são novas, perduram há mais de 3 décadas e infelizmente têm sido intensificadas por fenómenos naturais e fatores exógenos à administração regional.
Os últimos invernos têm sido extremamente rigorosos, em particular este nosso inverno de janeiro até hoje de 2025.
Temos sido confrontados com uma quantidade inusitada de fenómenos meteorológicos extremos, com depressões, furacões e tempestades tropicais que condicionam muito o estado do mar e a regularidade do abastecimento entre as ilhas.
Deputado João Vasco Costa (PS): Não é sobre isso. A senhora sabe muito bem.
A Oradora: A título de exemplo, para que não se fique só pela conversa, nos primeiros 90 dias deste ano, tivemos 48 dias sob alerta amarelo e alerta laranja no domínio da agitação marítima que condicionaram as operações em mais de metade do tempo.
Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade.

A Oradora: É um aumento de 42 %, face a 2024, que testemunha o impacto crescente das alterações climáticas nos nossos sistemas e no nosso modo de vida.

Deputado Carlos Silva (PS): Quando a culpa não é do PS, é das alterações climáticas.

Deputada Délia Melo (PSD): É verdade.

A Oradora: Mas mesmo assim, houve mais viagens e mais carga transportada no 1.º trimestre de 2025 do que em 2024 e em 2019, afetando sobretudo a previsibilidade que foi efetivamente a mais afetada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Não esqueçamos também que o crescimento da nossa economia e da atividade comercial na Região significa mais pressão sobre o sistema e traz novos desafios à sua gestão.

Somos confrontados igualmente com constrangimentos devido às dotações dos terminais marítimos do continente que atrasam o carregamento e a saída de navios, para além de outras questões logísticas, operacionais e legais inerentes aos vários agentes do setor.

É preciso não esquecer que isto é um ecossistema muito complexo, com muitos agentes e com muitas normas e acordos de empresa que é preciso ter sempre em conta.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Isso não é novidade, Sra. Secretária.

A Oradora: Não obstante, sempre que se constatam situações de manifesto incumprimento nas escalas previstas, solicitamos a intervenção formal do IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes) e da AMT (Autoridade da Mobilidade e dos Transportes), bem como a interpelação direta dos armadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Inclusivamente, foi constituído um grupo de trabalho com elementos da

Direção Regional de Mobilidade e do IMT para monitorizar e reportar todas as situações anómalas.

Importa recordar que, em 2020, encontrámos infraestruturas portuárias, muitas delas destruídas pelo furacão Lorenzo e outras em lastimável estado de manutenção.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Fomos surpreendidos por equipamento portuário votado ao esquecimento, existindo mesmo gruas com mais de 20 anos, sem condições mínimas de serviço e sem um plano articulado para a sua substituição.

Perante uma situação de emergência e ameaça ao abastecimento, garantimos a alocação de dois navios, o *Thor B* e o *Margarethe*, para abastecimento às ilhas do Corvo e das Flores.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Com sentido de responsabilidade e defendendo a necessidade de uma visão de longo prazo assente em soluções estruturais fundamentadas, promovemos a realização de um estudo sobre o modelo de transporte marítimo de mercadorias na Região.

Criámos ainda uma comissão independente de reconhecido mérito e idoneidade profissional, para proceder a uma avaliação isenta e apoiar tecnicamente a decisão.

Com esse estudo, comprovámos a necessidade de produzir uma evolução no modelo vigente, com uma mudança racional que garanta maior fiabilidade, regularidade e previsibilidade.

Dos três cenários propostos no estudo para a otimização do modelo, sem prejuízo de evoluções futuras, pretende-se promover um modelo misto que prevê cinco navios com rotação a 14 dias e dois navios expressos com rotação a 7 dias, garantindo um serviço semanal de abastecimento a todas as ilhas. Aquilo que eu ouvi há pouco proposto aqui.

Desenvolveu-se um trabalho conjunto e alargado, envolvendo armadores e empresários através das câmaras do comércio e também o tráfego local.

Deputado Carlos Silva (PS): Já transferiu o dinheiro para a Portos dos Açores, Sra. Secretária?

A Oradora: Encontrámos soluções conjuntas, com os armadores e com a Portos dos Açores, firmando, inclusivamente, um memorando de entendimento para garantir, no imediato, viagens semanais a Santa Maria e Graciosa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Onde é que elas estão?

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Esta semana foram zero!

A Oradora: Temos sido firmes neste processo de produzir uma verdadeira alteração do sistema vigente e saberemos ultrapassar resistências à mudança que existem naturalmente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Reforço que o Governo Regional tem dedicado um significativo esforço e volume de recursos à melhoria de todo o sistema de transportes marítimos de mercadorias.

Recordo que já investimos 25,6 milhões de euros em equipamentos portuários. Já concluímos empreitadas das nossas infraestruturas portuárias no valor de 92,5 milhões de euros e temos ainda em curso obras que totalizam mais de 50,3 milhões de euros.

Já adquirimos 17 empilhadores e *reach-stackers* nestes últimos anos, três gruas de diferentes tipologias…

Deputado Paulo Gomes (PSD): Isto é que é investir.

Deputado António Lima (BE): E mesmo assim…

A Oradora: … duas das quais de grande porte, para Ponta Delgada e Praia da Vitória; cada uma delas custou 40,5 milhões de euros.

Deputado Carlos Silva (PS): Com esse dinheiro todo e ainda têm todos esses problemas?

A Oradora: Um rebocador, um *side loader*, dois tratores com trela, três viaturas de apoio à atividade portuária, além de pórticos, defensas e outro tipo de equipamento

necessário.

Das obras nos portos de todas as ilhas, destaco estes que aqui vos trago:

Vila do Porto com 22,2 milhões de euros, Ponta Delgada com 27,4 milhões de euros, Praia da Vitória com 2,8 milhões de euros, Porto de Pipas com 20,1 milhões de euros, Lajes do Pico com 13,6 milhões de euros, São Roque do Pico com 3,8 milhões de euros, Horta com 2,8 milhões de euros, Lajes das Flores com 46,9 milhões de euros e Santa Cruz das Flores com 2,3 milhões de euros.

Acreditamos que a verdadeira transformação do sistema de transporte marítimo de mercadorias exige um esforço conjunto e uma atuação colaborante entre todos e os vários *stake holders* deste mercado.

É fundamental que os armadores, a Portos dos Açores, os transitários, os sindicatos e os vários agentes da cadeia logística, interajam de forma construtiva e criadora de valor para o bem comum e para a economia regional.

Respeitamos a longa atividade dos armadores de cabotagem insular e do tráfego local no abastecimento dos Açores e queremos que sejam parte da solução. Contudo, caso se mostre necessário, não deixaremos de considerar a revisão do regime jurídico aplicável à cabotagem marítima, com uma atenção particular às obrigações do serviço público inscritas no Decreto-lei n.º 7/2006, de 4 de janeiro.

Este é um tema que está inscrito no Programa do atual Governo da República e que certamente se manterá na agenda política nacional num futuro próximo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Do mesmo modo, continuaremos a insistir, acompanhados pelos nossos deputados ao Parlamento Europeu, insistiremos junto da Comissão Europeia, numa antiga pretensão nossa que é a criação de um POSEI-Transportes e respetivo financiamento comunitário.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Sem vontade, não há mudança e nós queremos mudar.
Conhecemos os problemas, reconhecemos os desafios, já fizemos o que ninguém fez até agora e sabemos qual o caminho a percorrer, para responder às necessidades das populações e da economia dos Açores num mundo em constante evolução.
Muito obrigada.
Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.
Estão abertas as inscrições.
Está inscrito o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, a quem dou a palavra.
(*) **Deputado Lúcio Rodrigues** (PS): Obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, restantes Membros do Governo:
Ouvi com atenção a sua intervenção.
Queria só deixar aqui duas ou três notas rapidamente para dizer o seguinte: pelo menos da minha pessoa, a sensação com que fiquei daquilo que escrevi e li, foi que não fui àquela tribuna dizer que estava tudo mal e que era tudo uma catástrofe. Eu fui ali dizer algumas coisas que estavam mal e outras que se podem melhorar.

Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Em relação às rotas realizadas, Sra. Secretária, há algumas que estão mal e outras que se podem melhorar. Certo?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Estão bem.

Diálogos paralelos na Câmara.

O Orador: Isto não são apartes, Sr. Presidente, isto é barulho!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É inevitável, o senhor diz coisas que nós temos de rir!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, eu peço desculpa, mas ouvi com muita atenção a Sra. Secretária, nunca falei durante a sua intervenção. Isto é barulho, não são apartes.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Continuando a minha intervenção, aquilo que o Partido Socialista assumiu, naquela tribuna, foi o facto de estar aberto ao diálogo, no sentido de podermos todos contribuir para uma eficiência no transporte marítimo, quer de mercadorias, quer de passageiros.

Esperemos que, da parte das bancadas da oposição…

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Oposição?!

O Orador: … e da parte do Governo Regional, haja essa abertura, porque, na verdade, nós, na maioria das vezes, vimos aqui propor soluções e alternativas, as quais na maior parte das vezes nunca são aceites. Na verdade, foi isto que fizemos agora naquela tribuna.

Sra. Secretária, quem diz que isto não está no país das maravilhas, como a Sra. Secretária ali disse, não somos só nós, não é só o Partido Socialista, são os concelhos de ilha, as câmaras do comércio. Aliás, nas visitas estatutárias, as primeiras notas que saem dos conselhos de ilha têm a ver com o transporte marítimo quer de passageiros

quer de mercadorias, Sra. Secretária.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não somos apenas nós que dizemos isso, há bastantes pessoas na comunidade, quer da comunidade marítima, quer daqueles que efetivamente consomem os produtos, que dizem isso.

A Sra. Secretária falou — aliás, isso é transversal ao Governo todo — que fizeram mais em 5 anos do que nós em 24.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não são 24 anos, foram 10 anos.

O Orador: Mas alguém acredita nisso?!

A Sra. Secretária veio aqui falar numa quantidade de obras que fizeram nos portos, de equipamentos… pois, se os navios não chegam, que raio de contentores são esses que vão descarregar com esses equipamentos e com essas gruas?!

Os navios não chegam, Sra. Secretária!

É isto que a gente sente, é isto que toda a gente sente!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Há mais viagens e mais carga, como é que não chegam?!

O Orador: A senhora disse — e eu concordo consigo com o maior respeito que me merece — que o transporte marítimo, quer de mercadorias quer de passageiros, é um dos maiores desafios que nós temos na Região.

O Partido Socialista assumiu, hoje, aqui e agora, em conjunto com o Governo e com os restantes partidos políticos, também com o Governo da República, com as autarquias e com aqueles que efetivamente vivem na comunidade marítima, disponibilidade para o diálogo.

Fica aqui essa disponibilidade novamente referenciada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por questionar a Sra. Secretária sobre algumas questões pertinentes, não falando só do passado e da culpa do Partido Socialista, que é enorme. Recordo só uma delas que foi a aquisição duma grua que levou mais de 20 anos para o porto da Praia da Vitória, com centenas de milhares de euros de prejuízo para os operadores económicos e que só chegou em 2020 — por acaso no ano de eleições… que perderam. Mas não vou falar disso nem de todos os problemas que o Governo herdou.

Eu queria saber, porque os problemas se mantêm, a Sra. Secretária falou aqui no IMT e no AMT e eu também falo na Autoridade da Concorrência: quantas queixas o Governo Regional fez ao IMT, ao AMT e à Autoridade da Concorrência nas respetivas áreas de competência desses reguladores?

Quantas queixas fez o Governo e quais foram as consequências?

A Sra. Secretária consegue dar-me aqui uma resposta, ou confirmar se há empresas também interessadas na estiva? Se houve mais operadores? Porque eu tive conhecimento de que houve um operador que tentou fazer uma reunião com a Sra. Secretária, ou enviou uma carta escrita — porque tem interesse em que haja concorrência quer para a Terceira quer para Ponta Delgada — e que está sentado à espera de uma resposta. A gente está falando aqui é da falta de concorrência; mais uma vez, nos Açores, são os monopólios e os oligopólios instalados e não há concorrência. Mais uma vez, temos uma economia socialista, estatizante, comunista que não funciona. Este é que é o grande problema.

Em relação às ligações, quero perguntar à Sra. Secretária qual é a razão por que não há mais ligações?

Será porque as companhias estão a perder dinheiro e têm elevados custos? São custos de contexto? É tudo isso e um *par de botas?* O que é que é?

Eu preciso de saber. Os açorianos querem saber.

Queria também saber se a Sra. Secretária já exigiu, no âmbito das obrigações que eles têm que ter, mais ligações?

Outra pergunta que quero fazer é sobre a renovação da frota. Uma vez que temos sete navios que fazem a cabotagem para os Açores, todos eles com mais de 25 anos, um dia vai ter que haver renovação de frota. Há fundos, há verbas para essas empresas se poderem modernizar? Eles é que se vão modernizar ou que tipo de evolução é que se espera? Porque a gente tem que melhorar os portos, tem que melhorar as operações, tem que melhorar as instalações, tem que reparar ainda as gruas que foram herança do passado (muitas estão avariadas). Tem que ser feito isso tudo, mas temos que ter barcos a nível de eficiência energética, e não barcos elétricos — isso é uma fraude ou um fracasso — mas estamos a falar de motores mais modernos que poupam energia e combustível, neste caso é fóssil (tem de ser). O que está a pensar fazer?

Está à espera de que os armadores façam essa aquisição de sete barcos novos ou o Governo Regional tem algum plano para isso?

Muito obrigado, Sra. Secretária.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta interpelação sobre transportes, importa naturalmente colocar algumas questões,

começando, no entanto, por dizer que falar de transportes marítimos em concreto é, obviamente, falar nas suas duas vertentes, seja o transporte de carga seja o transporte de passageiros, e é sobre estas duas vertentes que gostaria de fazer algumas questões e também algumas considerações. No que diz respeito à carga, são por demais conhecidos os problemas que têm existido e os números até transmitidos pelo Governo Regional ao Parlamento e do relatório que foi realizado e divulgado por parte do regulador, revelam claramente que há uma disfunção na operação; há atrasos significativos e recorrentes que se tornam norma, ou seja, atrasos em que a população, os operadores e os empresários esperam que haja atraso, porque não haver atraso é que é a anormalidade. E é neste ponto que estamos.

É evidente que, no contexto atual, é necessário fazer alguma coisa. Não fazer nada não é a solução, mas as soluções não são todas boas e muitas vezes pode-se optar por soluções que não são as melhores.

Aumentar a frequência e a previsibilidade é fundamental. Resta saber como é que isso se consegue, não colocando em causa princípios fundamentais, tais como a questão do preço e da não subsidiação que existiu neste modelo até agora. E havendo subsidiação — que é outro modelo de que se estaria a falar — quem é que a paga? Esta é uma questão fundamental. Ora, até aqui nunca existiu essa subsidiação. Essa mudança de paradigma é, a nosso ver, complicada de aceitar, principalmente se for a Região a ter que assumir. Por isso, o ideal será haver um sistema regulado que não implique a subsidiação pública ao transporte.

O Governo anunciou o reforço das escalas em duas ilhas, nomeadamente em Santa Maria e Graciosa, através de um acordo com os operadores. Ora, esse acordo e esse aumento de frequência é positivo — não vejam esta questão como uma crítica — desde logo, em primeiro lugar, para as populações e para a economia de Santa Maria e Graciosa. A questão é que a opção que o Governo encontrou foi, segundo anunciou, reduzir as taxas portuárias desses portos para 50 %.

Em primeiro lugar, gostaria de perceber quanto é que isso custa?

Em segundo lugar, gostaria de saber se o Governo vai compensar a Portos dos Açores por essa quebra de receita? Na prática, o que está aqui é uma subsidiação. Resta saber quem é que paga, se é a Portos dos Açores ou se é a Região. Em nosso entender, não pode ser a Portos dos Açores a ficar com esse custo, porque, dessa forma, o que o Governo está a fazer é colocar em risco a sustentabilidade da Portos dos Açores, porque não é esse o seu papel, ou seja, não é garantir o financiamento aos operadores marítimos que operam nesses portos. A haver essa subsidiação, não cabe à empresa que gere os portos pagá-la .

Em terceiro lugar, gostaria de perguntar à Sra. Secretária como é que esta possível revisão do modelo, de que falou na sua intervenção inicial, se enquadra na privatização da Portos dos Açores que o Governo está a preparar? Como é que isto se enquadra?

Os portos são monopólios naturais em cada uma das ilhas, só há um porto de carga, e privatizar os portos é, ao contrário daquilo que se diz, entregar o monopólio natural a um qualquer interesse privado. E se nós já temos os constrangimentos que temos, porque naturalmente estamos dependentes de operadores relativamente ao transporte marítimo, se já não temos navios, entregar os portos é ficar totalmente dependente de terceiros. Isso é colocar em causa áreas estratégicas para os Açores, porque o abastecimento das ilhas é uma área estratégica para os Açores.

Relativamente ao transporte marítimo de passageiros, Sra. Secretária, com a reprogramação do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), anunciou-se a construção de navios elétricos. Eu não tenho tempo para descrever o conjunto de avanços e recuos neste processo. Os concursos estavam destinados a ficar no papel, estavam destinados a falhar pela falta de planeamento, a falta sequer de pensamento e desenvolvimento de soluções para o carregamento dos navios no triângulo. A verdade é que o Governo anunciou esse projeto, claramente sem pensar a fundo nele, sem o preparar para depois colocá-lo na gaveta, mas, mais uma vez, incumprindo com uma promessa que era o regresso do transporte marítimo de passageiros no Grupo Oriental. Em que é que nós ficamos, Sra. Secretária?

Quando é que cumpre esse compromisso de fazer regressar o transporte marítimo no Grupo Oriental e o transporte marítimo que liga, no verão, os diversos grupos dos Açores?

É que ficamos exatamente no ponto em que estávamos em 2020, ou seja, sem transporte marítimo no Grupo Oriental e intergrupos. Foi, mais uma vez, uma expetativa gorada, aliás, uma expetativa que se criou e que se colocou na gaveta.

Mais uma vez, termino dizendo, Sra. Secretária, como é que se coaduna, e qual é a estratégia do Governo para o transporte marítimo de passageiros, com a intenção apontada (e já assumida pelo Governo) da privatização da Atlânticoline?

Será mais uma privatização semelhante à que está em curso da SATA, em que os contribuintes ficam com o passivo ou ficam com as dívidas e quem comprar fica com o ativo? Ficam com aquilo que interessa?

Qual é a estratégia do Governo para Atlânticoline e para o transporte marítimo de passageiros?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temos aqui, esta manhã, uma interpelação sobre transportes marítimos. Sem dúvida que é um tema essencial e vital para o desenvolvimento dos Açores. Sem dúvida, os transportes e as acessibilidades são essenciais na nossa Região e, em particular, no que diz respeito ao transporte de mercadorias, a verdade é que, todos sabem bem, o CDS tem sido um defensor incansável da necessidade de uma política de transportes robusta, que sirva todas as ilhas e que seja também adequada à nossa especificidade e às especificidades da nossa Região.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Foi por isso que, desde 2015, sempre apresentámos uma iniciativa que

previa a realização dum estudo relativamente ao transporte de mercadorias. Em 2015, 2017 e 2018, essa iniciativa foi chumbada na altura pela maioria socialista. Em 2020, essa iniciativa caducou com o fim da legislatura e em 2021, vimos finalmente a nossa iniciativa aprovada e este desígnio a que nos tínhamos proposto concretizado.

A verdade é que entendemos que o transporte marítimo que temos na nossa Região, relativamente às mercadorias, deve ser analisado, caso necessário, deve ser atualizado, porque a verdade é que é uma realidade dinâmica, tal como a nossa economia, não é estática e todas as ilhas têm de ter um transporte marítimo que assente em três princípios essenciais: a previsibilidade, a frequência e a estabilidade da operação.

A verdade é que reconhecemos as dificuldades que os empresários têm sentido naquilo que concerne o transporte de mercadorias. A Sra. Secretária mencionou também na tribuna os constrangimentos que, ainda este ano, temos sentido, em termos de um inverno com condições muito adversas, mas a questão que queria colocar à Sra. Secretária é saber se efetivamente estes constrangimentos que temos sentido neste início de ano, devem-se às condições meteorológicas adversas ou se existe mais algum fator que possa ter afetado esta operação?

Queria também dizer, relativamente àquilo que tem sido o não cumprimento por parte dos operadores no transporte marítimo de mercadorias — e é preciso reconhecer o esforço do Governo Regional nesse sentido — a verdade é que quer na criação do grupo de trabalho quer no acompanhamento daquilo que é a operação destes transportes marítimos de mercadoria, o Governo tem tido a preocupação (isso é público) de fazer diligências. E no relatório realizado da verificação do cumprimento das obrigações por parte dos armadores, a pedido exatamente da Sra. Secretária, a verdade é que podemos observar, uma vez que até o DLR de 2016 até agora nunca foi revisto, a obrigatoriedade é do toque quinzenal e não era isso que estava aqui em causa, porque verificou-se por essa via que isso estava a ser cumprido, mas os atrasos é que são realmente uma grande preocupação em termos daquilo que está estipulado atualmente e previsto em decreto-lei.

Deputado Carlos Silva (PS): Afinal existe ou não menos atrasos?

A Oradora: A pergunta que lhe queria colocar, Sra. Secretária, é que diligências fez o Governo Regional e que medidas poderá implementar por via do contacto com os operadores, para reduzir estes atrasos ou criar maior previsibilidade? Porque a verdade é que quando sai a calendarização do que está previsto para o mês, todos reconhecemos que a maior parte das vezes não é cumprido, o que gera imprevisibilidade por parte de todos os intervenientes e dos próprios empresários. E, por isso, acho que esse é o tal *calcanhar de Aquiles* que temos aqui e há que ultrapassá-lo, isto é, realmente é preciso criar essa previsibilidade e evitar esses atrasos.

A outra questão que queria colocar é sobre o modelo que a Sra. Secretária mencionou, em termos da opção pelo modelo misto como sendo um modelo evolutivo que poderá, no futuro, ter outras abordagens mas, neste momento, e sendo feito, desde janeiro, o toque semanal na Graciosa e em Santa Maria, sendo essa a intenção por parte do Governo, questiono a Sra. Secretária, se isso já é um passo na implementação deste modelo previsto, ou no modelo do estudo feito para o transporte de mercadorias?

Para já são estas questões.

Muito obrigada, Sra. Secretária.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é a primeira vez, e não será certamente a última, que nesta Casa se fala de transportes marítimos. E vou ficar apenas pelos transportes marítimos de mercadorias,

porque sobre os transportes marítimos de passageiros, é melhor não retomar o debate que já aqui se fez várias vezes.

A Sra. Secretária Regional tocou num ponto sobre o qual me parece que todos devíamos refletir com seriedade e que é o facto — eu vou usar a palavra que a Sra. Secretária Regional usou, apesar de não gostar muito dela — de estarmos perante um "ecossistema complexo."

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tudo é um ecossistema.

O Orador: Não é propriamente um ecossistema, mas na área da economia agora é usual dizer que tudo seja um ecossistema e, portanto, vamos usar essa terminologia.

É de facto um ecossistema complexo, desde logo, pela dispersão geográfica das nossas ilhas e pelas realidades económicas de cada uma delas. E nós não podemos ter a pretensão de ter tudo em todas as ilhas, independentemente das suas dimensões.

Nós aqui, nesta Casa, já defendemos, a respeito do transporte marítimo de mercadorias, a importância dos operadores de tráfego local. Trouxemos um diploma a esta Casa que o Governo não só o acompanhou como reforçou, por iniciativa própria, os valores que nestes diplomas estavam previstos. E nós entendemos que é precisamente pelo reforço e pelas eficiências do tráfego local que se combatem as ineficiências da cabotagem insular e, principalmente, as ineficiências ao nível da dimensão dos navios, porque não faz sentido. Eu compreendo perfeitamente a questão dos toques semanais em todas as ilhas, mas convenhamos, pegar num navio de 400 TEU (*Twenty-foot Equivalent Unit)* para fazer 20 movimentos, qualquer pessoa percebe que é de uma ineficiência colossal. E isto está a onerar sobremaneira os operadores que são compensados, como já disse o Deputado António Lima, por via da redução das taxas portuárias em 50 %, custo esse que vai ser assumido pela Portos dos Açores — que ninguém tenha dúvidas. A resposta a dar ao Sr. Deputado António Lima é de que a Portos dos Açores vai assumir essa responsabilidade, mas ela não é só de redução de 50 % das taxas, porque isto é igual à redução dos 90 % das taxas da operação de transporte marítimo de passageiros; é porque esta redução de 50 % das taxas tem em cima de si um acréscimo de 50 % de

custos, o que é mais uma operação mensal. E, portanto, isto vai redundar num relatório de contas final da Portos dos Açores que não vai ser nada simpático. E eu espero que não se castigue o conselho de administração, mas que se castigue o Governo por isso, pela ingerência na gestão corrente da Portos dos Açores.

Além disto, essa decisão vem reduzir sobremaneira a vontade dos operadores de tráfego local de investirem nas suas frotas e de renová-las, porque, no fim de contas, ficam com menos uma operação para fazer todos os meses entre algumas das ilhas que são servidas por esse tráfego local. Ficam quase reduzidos àquela carga que não pode ir nos navios de cabotagem insular, como são as cargas perigosas, etc. Ou seja, vamos ter aqui uns *naviozitos* velhos a acartar garrafas de gás e uns *bigbags* de cimento entre estas ilhas e não vamos resolver o problema que todos consideram existir e bem. Aliás, os transportes de mercadorias, sejam eles por via aérea sejam eles por via marítima, são o segundo desígnio desta Região, porque nenhuma região com as características da nossa, consegue desenvolver-se com dívida e sem transportes, isso é garantido; são os dois desígnios desta Região, neste momento, que têm de ser alcançados o mais brevemente possível.

Eu não tenho grandes esperanças de que seja com a intervenção do Governo, mas sim deixar os operadores fazerem aquilo que é preciso ser feito, porque se os operadores fizerem aquilo que é preciso, vão buscar eficiência e eficácia na sua operação, ao invés de cada vez que tentamos alterar aqui uma coisa que é feita inclusivamente em concorrência entre três operadores, o que vamos fazer é criar mais ineficiências e menos eficácia na operação destas empresas. Mas, já agora, e tendo em conta os estudos todos que estão a ser feitos, eu sugeria e solicitava à Sra. Secretária Regional que nos expusesse, pelo menos, um cronograma da implementação destes estudos e dos resultados desses estudos, porque nós não os conhecemos e talvez, por via da democracia, porque somos nós os representantes do povo dos Açores…

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso tem dias.

O Orador: … devemos ser aqueles que devem ser informados em primeira instância

desses assuntos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço as perguntas que foram colocadas pelos vários Srs. Deputados e vou tentar sinteticamente responder a todas, mas gostava de começar por clarificar aquilo que é a realidade e a perceção.

No 1.º trimestre deste ano de 2025, foram seis navios a Vila do Porto, o ano passado, no mesmo período de tempo, foram seis navios; à Praia da Vitória, 28 navios, no ano passado, também 28 (e eu já não estou a comparar com 2019, mas poderia); a S. Roque do Pico, no ano passado, foram oito navios e este ano foram 11; às Velas, foram, no ano passado, sete e este ano foram dez; à Praia da Graciosa o ano passado foram quatro e este ano oito; à Horta o ano passado foram nove e este ano foram dez; às Lajes das Flores o ano passado foram cinco e este ano 5.

Portanto, não há uma única ilha que tenha tido menos viagens de transporte de mercadorias este ano, neste 1.º trimestre, do que no ano passado. Está aqui e posso distribuir.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Com mais carga e com mais viagens, qual é a questão? A imprevisibilidade. E eu assumi ali e o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues assumiu também a imprevisibilidade…

Deputado João Vasco Costa (PS): Não basta assumir!

A Oradora: Mas eles foram sempre, Sr. Deputado. Deixaram a carga e fizeram as viagens que tinham que fazer.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): A Sra. Secretária sabe que isso não é verdade.

A Oradora: Houve atrasos.

Eu referi que tivemos mais de metade do tempo condicionado pela agitação marítima. Nós chegámos a ter aqui uma altura em que nem o rebocador conseguia fazer a viagem entre a Horta e Ponta Delgada, neste ano de 2025. Tivemos uma situação perfeitamente inusitada em termos de agressividade meteorológica e agitação marítima. E podem perguntar isso a qualquer piloto que está nos portos dos Açores e também aos da Capitanias. E essa situação tem de ser levada em conta. Não se pode pôr a culpa toda em cima dos armadores, em cima dos transitários, em cima do porto. Não, não está correto! Temos que ser rigorosos.

Agora, há algumas ineficiências que é preciso corrigir? Há. Por isso é que nós fizemos um estudo, porque queremos alterar o modelo de forma evolutiva.

Deputado Carlos Silva (PS): Quais são os prazos, Sra. Secretária?

A Oradora: Eu sempre disse que não pode haver disrupções, nem pode haver experiências quando se trata do abastecimento público. Tem de ser um modelo evolutivo. E aqui respondo já, de alguma forma, a quem me perguntou pelo cronograma de implementação, porque, como foi dito aqui, e bem, são empresas privadas que não recebem um único subsídio do Governo as quais nós respeitamos, algumas são centenárias e outras já têm dezenas de anos.

Deputado Carlos Silva (PS): Ninguém põe isso em causa.

A Oradora: Nós colocámos o tráfego local nesta equação desde a primeira hora. Através dos incentivos, apoiámos o *Isabel C* que é um dos navios que está a fazer uma das viagens de 2 em 2 semanas a Santa Maria.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): E esta semana nenhum está a fazer.

A Oradora: Se me perguntam se Santa Maria gostou?

Talvez não, mas ou queremos o tráfego local, ou queremos frequência…

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): E os comerciantes que se desenrasquem sem mercadoria.

A Oradora: … ou queremos tudo como está. E eu não quero tudo como está!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Claro, muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Por isso mesmo, apoiamos e apoiaremos o tráfego local. E Santa Maria com o *Isabel C* ficará bem.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Sabe bem que o *Isabel C* não é uma resposta. Não é uma substituição.

A Oradora: E só o impedimento das condições meteorológicas é que atuaram aí porque, de resto, o *Isabel C* está neste momento em estaleiro, vai retomar a sua atividade e vai servir Santa Maria muito bem, porque é preferível mais frequências do que menos frequências e navios maiores. Nós já tivemos essa experiência e esse problema nos transportes aéreos e já percebemos que é melhor meios mais pequenos e maior frequência. E, portanto, o tráfego local está nesta equação e só não estará se não quiser, porque, da nossa parte, continuamos convictos de que eles prestam um bom serviço e podem resolver muitos dos problemas de abastecimento. E já agora, também posso acrescentar que já fomos contatados pelos *Transportes Graciosenses* que estão a ponderar eventualmente fazer um investimento dessa natureza. Mas não me cabe a mim anunciar nem dizer quando será. Cabe sim, dizer-lhes que têm toda a nossa recetividade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, a sua abertura ao diálogo, em nome do Partido Socialista, é registada por nós e certamente não será descurada e será tida em conta nas alturas em que se considerar

oportuno. Mas o diálogo é biunívoco e, portanto, tanto podemos ser nós a dialogar, como ser os senhores a dialogar connosco, pois a abertura é igual.

Em relação ao Sr. Deputado Francisco Lima, devo dizer que sobre quantas queixas o Governo Regional fez. Olhe, formalmente já fez nove e informalmente está sempre a fazer, porque nós temos um grupo de trabalho conjunto com o IMT e, portanto somos nós e o IMT, em conjunto, que fazemos a monitorização e reportamos à AMT. Depois também ainda há esta dicotomia, ou seja, há a Autoridade Marítima dos Transportes que é, digamos, o regulador e o IMT que é quem licencia e acompanha a operação e os itinerários que são muitas vezes alterados, como aqui também já foi dito, daí a grande questão da previsibilidade.

Em relação às empresas interessadas na estiva, foi colocado um pedido de constituição de um novo operador, sim senhor, neste momento, a bola está do lado dele, porque já tivemos uma reunião, mas também não me cabe aqui estar a anunciar aquilo que se fala em reuniões privadas.

Deputado José Miguel Toste (PS):Não são privadas, são com o Governo.

A Oradora: Há ligações semanais sem OSP (Obrigações de Serviço Público)… eu já não me recordo bem qual era a pergunta, mas de qualquer maneira, era sobre as obrigações semanais. Os armadores estão a cumprir — e aqui já foi dito pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras — com as Obrigações de Serviço Público, que são reguladas pelo Decreto-Lei n.º 2006/2006 que prevê uma viagem quinzenal. E, portanto, eles já estão a fazer há muito tempo viagens semanais a todas as ilhas, com exceção de Santa Maria e Graciosa. E nós, com a introdução destes novos navios no tráfego local e destas circunstâncias que agora queremos implementar, estamos a dar o primeiro passo — e aqui respondo também — no sentido do modelo que queremos implementar e que, de alguma maneira, já percebi, é um modelo que reúne consensos, porque são cinco navios mais pequenos que fazem a ligação, não interilhas, eles vêm do continente e vão pelas várias ilhas, e dois expressos diretamente para trazer maior número de carga para as ilhas que rececionam mais carga. Isso dá mais folga aos cinco

navios e são na mesma os sete navios que existem hoje. Porventura, os expressos serão navios com outras características, no entanto, a implementação do modelo será gradual, mas que depende muito dos armadores. E eu volto aqui a dizer, não há Obrigações de Serviço Público financeiras, só há Obrigações de Serviço Público operacionais e, por conseguinte, enquanto não houver financeiras, nós temos que manter o sistema assim. Os senhores mantiveram durante 24 anos…

Deputado Nuno Barata (IL): E bem!

A Oradora: … já antes era assim e continua assim. E nós temos que privilegiar a iniciativa privada para mantermos isto sem encargos para o orçamento público, mesmo que seja o orçamento da República, porque é da República que devem sair as territoriais, tal como as aéreas, mas enquanto conseguirmos fazê-lo com o mercado a funcionar, devemos privilegiar o mercado a funcionar.

Sr. Deputado António Lima, sobre os atrasos significativos, já confirmámos que é mais a imprevisibilidade, que tem de haver maior coordenação. E aqui aproveito para falar do tal ecossistema, tem que haver maior coordenação entre todos os atores deste processo, porque os transitários são fundamentais nos atrasos para impedir atrasos, obviamente, os armadores também e a Portos dos Açores também, embora a Portos receba quando o navio chega. Mas eles têm de ter uma comunicação direta, sobretudo os transitários com os seus clientes, os quais têm a responsabilidade de informar os seus clientes quando é que o navio está previsto chegar…

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Mas às vezes nem eles sabem.

A Oradora: … porque atrasos e imprevistos vai haver sempre e é uma obrigação dos intermediários neste processo entre o cliente e o armador, informar convenientemente para não se dar a circunstância, que às vezes se tem dado, de carne abatida, gado comprado, porque não é o gado dos produtores, é gado comprado, são intermediários comerciais e é preciso ter tudo isso em conta.

O sistema é muito complexo e há muita gente a intermediar e nem sempre a cumprir como deve ser com as suas obrigações. E, portanto, eu dizia aqui que nós queremos

manter este sistema, sem Obrigações de Serviço Público financeiras, mas com maior operacionalidade.

Sobre a frequência de mais dois toques semanais, ou seja, um toque semanal nas duas ilhas, eu devo dizer que este incentivo que foi dado, com a redução de 50 % das taxas sobre o navio, o reduzir 50 % significa que a Portos recebe o mesmo que recebia antes, porque só ia duas vezes e passa a ir quatro, reduz 50 %, logo, recebe o mesmo.

Deputado Nuno Barata (IL): Fica ao dobro do custo, senhora.

A Oradora: Portanto, não há TUP (Tarifa de Uso do Porto)/Navio, fatura os seus serviços.

Deputado António Lima (BE): Mas presta o serviço duas vezes.

A Oradora: Mas fatura o seu serviço. A TUP/Navio é que passa a 50 %, porque recebia duas viagens e recebe o mesmo em quatro viagens.

Deputado António Lima (BE): Recebe o mesmo valor, mas trabalha o dobro.

A Oradora: É um incentivo transitório. E, nesta Casa, que tantos incentivos se apoia e tantos incentivos se requer, eu penso que este é bem-vindo para promover um melhor abastecimento a essas duas ilhas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Sobre a privatização, Sr. Deputado, eu penso que temos que clarificar aqui uma coisa: não há privatização de navios. Há privatização de portos, há privatização eventual de áreas de portos, mas sobre isso falaremos mais tarde, porque eu estou sem tempo.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ó Sra. Secretária, eu vi a senhora culpar tudo: culpar São Pedro por causa do tempo e da imprevisibilidade, culpar os intermediários do gado, que têm culpa, porque não sabem comprar o gado, mas os armadores são uns coitadinhos, são umas vítimas.

Eu esperava que fosse o outro Deputado Lima (António Lima) falar nesses números, mas vou ser eu, infelizmente.

Então a gente está aqui todos reunidos nesta Câmara pensando que os armadores, coitadinhos, estão a perder dinheiro.

Então o que é que acontece?

São três operadores — tenho aqui as contas de hoje — não vou dizer os nomes, mas por exemplo, um deles tem capital próprio (16 601 961,21 milhões de euros), mas, em 2023, teve um resultado operacional de 8 320 995,64 milhões de euros, e um resultado líquido de 5 milhões e 48 mil euros. E um outro a mesma coisa, ou seja, ganharam mais de 10 milhões – coitadinhos que tem que ter isenção de taxas!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Isso é a estiva que o senhor está a falar.

O Orador: Temos que reduzir! Não, temos que exigir! Não se vai alterar nada.

A Sra. Secretária diz que o PS está mal, mas não vai alterar nada. E esses senhores andam a ganhar milhões… ó Sra. Secretária, sabe uma coisa? Abra um concurso internacional e vai ver que aparece aqui pessoas para reduzir 30 % o preço dos contentores! Um contentor para os Açores custa tanto como se viesse da China, da Índia ou do Paraguai. Isto não é admissível! Há aqui lucros excessivos, há remunerações de capital próprio superiores a 30 % e isso é especulação — Desculpe que lhe diga!

Deputado Nuno Barata (IL): Isto é facílimo de perceber!

O Orador: O Sr. Deputado António Lima é que é contra os lucros excessivos e diaboliza o lucro, mas não vamos ser todos inocentes.

Vamos sair daqui todos a pensar "coitadinhos". Isto são monopólios e oligopólios instalados que concertam os preços, levam os preços que querem e os açorianos é que estão a pagar a fatura. E depois a Sra. Secretária pede uma ligação e, coitadinha, vai rezar, "por favor, olha, vou-vos isentar de taxas", "vou fazer não sei o quê". Ó Sra. Secretária, acorde para a vida: isto é um grande negócio! É um negócio que está a dar de lucro mais de 15 milhões de euros às companhias, aos oligopólios instalados, com barcos de 25 anos que não renovam a frota e que não cumprem!

Ó Sra. Secretária, obrigue a cumprir mais obrigações e eles vão fazer o serviço e vão fazê-lo gratuitamente; ou então abra um concurso internacional e vamos ver quem é que aparece, porque vai aparecer e eles vão baixar os preços!

Nós estamos a ser coniventes, senão começamos aqui a levantar suspeições. Estamos aqui a defender o quê?!

Estamos a defender os açorianos ou os armadores?

Isto é tudo uma vergonha!

Portanto, Sra. Secretária, já agora responda-me sobre o plano de renovação da frota… até se pode ajudar, sim senhor, com fundos comunitários específicos ou um plano qualquer.

Como é que pensa fazer?

Os barcos vão cair de podre, vão afundar aí num dos baixios. Quer dizer, eles ganham milhões e não investem?!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): São empresas privadas, não são públicas.

O Orador: Porque a gente está a ver que o capital próprio, em função destes resultados, está a ser distribuído como dividendos, eles não estão sequer a capitalizar as empresas! Eles já deviam ter milhões de capital próprio para renovar os navios e isso não está nos planos!

Portanto, a Sra. Secretária tem que acordar para a vida. E, já agora, responda qual é o plano de modernização da frota?!

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Dora Valadão.

(*) **Deputada Dora Valadão** (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em setembro de 2024, o Partido Socialista apresentou um projeto de resolução, que foi aprovado por unanimidade nesta Assembleia, sobre transportes marítimos para a ilha das Flores, o qual recomendava ao Governo Regional que procedesse "ao reforço extraordinário de viagens do navio *Margarethe*, com escalas semanais no porto das Lajes das Flores durante os meses de outubro e novembro, para fazer face às necessidades de exportação de gado vivo e de abastecimento de mercadorias", bem como estabelecesse "de forma atempada e em articulação com os representantes do setor agrícola e empresarial da ilha das Flores, o reforço de escalas semanais do navio *Margarethe* para os meses de junho a novembro de 2025" que aguardamos que sejam concretizadas.

O atraso na construção do porto, destruído pelo furacão Lorenzo e que tarda em ser resolvido, tem trazido constrangimentos e a política que tem sido seguida não tem ajudado em nada.

Deputado Flávio Soares (PSD): Claro.

A Oradora: É lamentável que tal facto tenha até hoje repercussões graves na vida da população das Flores, sem que se veja o Governo a tomar medidas para a solução destes problemas.

É inadmissível que, em pleno século XXI, continuemos a assistir à desvalorização dos nossos comerciantes, quer sejam importadores ou exportadores.

Deputado Berto Messias (PS): É lamentável!

A Oradora: A mercadoria, quando chega, está com o prazo terminado ou a acabar e os bens perecíveis chegam em condições de ir para o lixo, pois nem podem ser doados, porque estão impróprios para consumo, tendo perdido qualidade e aparência, transformando o lucro em prejuízo, o que no nosso entender é péssimo.

Os compradores de animais ficam à espera da decisão do comandante para saber se podem ou não enviar contentores.

Numa região que devia ser coesa, o que assistimos é lamentável.

Continuamos a receber muito turismo, que tem aumentado de ano para ano, mas o que encontramos no nosso comércio local são pessoas à procura do mais básico e não há. São as prateleiras completamente vazias, frigoríficos vazios, dando uma imagem terceiro-mundista deplorável que nós não queremos nem auspiciamos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Outra questão também é a cobrança dos custos de energia pela ligação dos contentores de frio que, no porto das Lajes, é cobrada ao dia e não em fração horária, o que provoca mais uma despesa acrescida aos empresários da ilha.

É assim que temos uma economia sustentável e equilibrada?

Nos transportes marítimos de passageiros, foram-nos coartadas as viagens do navio que ligava os Açores, trazendo uma mais-valia às ilhas mais pequenas…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não diga isso, tem uma viagem por semana.

A Oradora: … nomeadamente na altura das festas, em que era aproveitado para transportar também materiais importantes e necessários para a realização das mesmas, como, por exemplo, o material de som, constituindo uma ajuda económica significativa.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): E a tarifa Açores?

A Oradora: Eu não sabia que a tarifa Açores dava para mercadoria.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Deputado Berto Messias (PS): O material de som para um concerto de tarifa Açores?!

A Oradora: É. Eu vou dizer isso nas Flores, fique descansada!

A falta de regularidade e previsibilidade dos toques do navio no porto das Lajes é intolerável e por demais abusiva para com os florentinos. Já ninguém acredita em desculpas; ou são as condições meteorológicas ou é a falta de vontade.

Os florentinos querem o navio a chegar de forma atempada com as suas mercadorias.

Nestes últimos 4 anos, tem havido um retrocesso na política de transportes que tem prejudicado a Região e as populações.

Para a ilha das Flores e para os florentinos, exige-se muito mais para resolver os problemas que nos assolam todos os dias.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado, Sra. Secretária, pelas respostas.

Relativamente às privatizações, a resposta é sempre a mesma, "logo se vê" e depois aparece um concurso que vamos saber dele e vamos discutir o assunto quando tudo já estiver decidido. É assim a postura do Governo e não podemos deixar de lamentar.

Mas relativamente às taxas, aquilo que a Sra. Secretária diz, querendo dizer que a Portos dos Açores não tem nenhum custo, é que para a Portos dos Açores não tem nenhum custo e que recebe o mesmo valor. Recebe o mesmo valor, mas faz o trabalho

duas vezes. Esse é que é o problema. E eu lembro-me bem, e ainda hoje esse debate é feito, do PSD e do Governo a acusarem os anteriores governos do Partido Socialista de terem escondido dívida através da Saudaçor, mas é isso que os senhores estão a fazer com a Portos dos Açores. É exatamente a mesma coisa. É colocar uma empresa pública a assumir custos que são do orçamento da Região, é exatamente a mesma coisa.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Isso foi com as Portas do Mar. Com as Portas do Mar é que foi assim.

O Orador: Por isso, quando vierem falar de esconder dívida e outras acusações que tais, é preciso que olhem para este exemplo. E, já agora, não é só na Portos dos Açores, há outros, mas lá havemos de ir.

Também não posso deixar nesta intervenção, que será a última, de dizer o seguinte: eu registo a preocupação do CHEGA e do Sr. Deputado Francisco Lima com os lucros dos operadores.

Deputado Francisco Lima (CH): É estranho, não é?

O Orador: Mas há um problema na sua argumentação.

Em primeiro lugar, o problema de, com o intuito de resolver o problema dos lucros que afirma serem excessivos, querer lançar um concurso público internacional. Ora, isso só significa que vai subsidiar esses mesmos lucros, aumentando os lucros à custa do contribuinte, é isso que o senhor está a defender.

Protestos impercetíveis do Deputado Francisco Lima (CH).

O Orador: Pior, ao defender a privatização da Portos dos Açores, quer colocar nas mãos de outro grupo económico, ou dos mesmos, os portos, ou seja, quer aumentar os tais lucros.

Por isso, Sr. Deputado Francisco Lima, esse seu assomo de preocupação com os lucros excessivos, não tem o mínimo de coerência e, aliás, a sua solução é exatamente oposta àquela que diz defender. A sua solução é aumentar estes lucros excessivos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Rodrigues.

(*) **Deputado Carlos Rodrigues** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Transportes marítimos é uma matéria em que todos opinam e poucos conhecem. E ninguém tem a solução. Já se escreveram alguns milhares de linhas sobre o assunto ao longo de décadas. Uns dirão que no passado já tivemos melhores soluções, outros que a criação de dois ou três *hubs*, até com a possibilidade de parceria com os chineses — questão referida no passado — certo é que aqui chegados, na minha opinião, ainda não encontrámos uma solução perfeita para uma melhoria considerável.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Embora se tenha dado alguns passos nessa procura, com a proposta de incentivos para escalas semanais para Santa Maria e Graciosa, sem dúvida que os tempos mudaram, as exigências aumentaram, o mercado evoluiu. Por exemplo, nunca exportámos tanto gado vivo em igual período. O mesmo se pode dizer da exportação em carcaça, que vem aumentando substancialmente e graças à modernização e adaptação dos matadouros levada a cabo por este Governo.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

O Orador: Se calhar, uma situação a rever ainda mais e alterando o máximo que se puder — o gado vivo para a carcaça — pode ser uma das soluções. Aliás, nunca a carne dos Açores teve tanta procura e foi tão valorizada como agora. Pode-se dizer que um animal hoje se calhar vale o dobro do ano passado em igual ao período.

Esse constante crescimento tem originado grandes constrangimentos nos transportes marítimos, uma vez que estamos perante uma carga com animais vivos, com algumas regras específicas e, principalmente, na articulação de transbordos e da comunicação entre armadores, agravadas algumas vezes pela falta de contentores para o efeito que, devido ao grande aumento de carga do continente para a Região e algumas

condicionantes criadas pela ida à doca seca de alguns navios, sequencialmente, devido à sua idade e àquilo que é obrigado também fazer, efetivamente o não cumprimento das datas agendadas nas escalas dos navios nos diversos portos da Região, nos últimos meses, tem sido uma constante, não o podemos escamotear; um acontecimento que também não é novidade para quem há muito lida com esta matéria. Desde sempre, e com mais ou menos frequência, tal acontece. Não me lembro, no passado, disso ter tido alguma vez a discussão que tem hoje, o que é sinal de evolução e talvez da abertura que existe da parte deste Governo.

Embora com maiores picos, sempre que se altera algum dos fatores a que o setor está sujeito, tais como o aumento de volume de carga, questões climatéricas que limitam em muito a operacionalidade dos portos — e aproveito para referir que só este ano tivemos cerca de dez alertas laranja, tal como referiu a Sra. Secretária, isso equivale a 30 ou 40 dias de mau tempo, impróprio para a circulação e operação na maioria dos portos — avarias, manutenções dos navios, carga fora de formato anormalmente pesada, que tem sido frequente nos portos mais pequenos, principalmente, a deslocação de gruas e de grandes máquinas, o que ocupa logo muito mais tempo e provoca atraso para a escala seguinte. O mesmo se aplica ao tráfego local. Reportando-me apenas ao 1.º trimestre deste ano, está provado que tem havido um aumento substancial de carga para e dos Açores, certamente resultante da dinâmica que a economia da Região vem demonstrando em todos os setores, nos últimos anos.

Todos temos acompanhado de perto este assunto, primeiro porque entendemos ser uma das nossas obrigações; segundo, porque devido à proximidade que sempre mantivemos com as pessoas e com as empresas — com licença…

Neste momento, o Deputado faz pausa para beber água.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O bacalhau estava salgado?

O Orador: Estava mais ou menos.

Isto foi da conversa que tivemos ontem.

Risos dos Deputados da bancada do PSD:

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ficou com um amargo de boca, não foi?

Risos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: … somos muitas vezes solicitados a intervir para tentar ajudar nas soluções, como foi o caso do escoamento do gado de Santa Maria, devido a um grande problema que aconteceu, ou seja, o navio quando estava a operar teve que abalar e teve que rebentar cabos para sair de lá para fora, porque o mar galgava o molhe, devido a uma dessas falhas já referidas e, pela primeira vez, um Governo fez deslocar um navio para o efeito, neste caso o *Margarethe*, evitando que os exportadores tivessem um prejuízo de alguns milhares de euros.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Efetivamente, têm existido falhas imputáveis aos armadores. Da parte do Governo tem havido um constante reporte às entidades que fiscalizam e podem fazer cumprir o que está acordado nas Obrigações de Serviço Público, IMT e AMT. Temos acompanhado de perto essa pressão. Referem essas entidades que mesmo assim com estas falhas, as Obrigações de Serviço Público estão a ser cumpridas. É do conhecimento público o empenho do Governo na constante procura da melhoria dos transportes marítimos. Regularmente tem reunido com os armadores, sensibilizando-os para uma constante melhoria da eficácia de uma forma geral, mas sem dúvida que temos caminho ainda para percorrer e sem dúvida, também, que o caminho se faz

caminhando.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O navio *Thor* dedicado à ilha de Corvo, o navio *Margarethe* dedicado à ilha das Flores, foi, sem margem para qualquer dúvida, uma das grandes decisões deste Governo. Tem custos, é certo, mas as pessoas merecem, aquelas ilhas têm todo o direito a ter um abastecimento regular, com qualidade, obviamente com a exceção das condicionantes climatéricas. Este é o diagnóstico de tal situação, na minha opinião — não podia estar aqui a falar de transportes sem o fazer.

A adaptação da oferta ao aumento da procura por parte dos amadores é necessária. Há alguns navios com idade e condições técnicas que limitam em muito a sua operacionalidade. O que é referido é que a modernização da frota tem a ver um bocado com o tipo de combustível que se vai usar no futuro. Portanto, da parte de quem investe nessa área, não há definição sobre o tipo de motores para equipar os navios. E, mais a mais, na fase em que estamos agora com guerras etc., porque será hidrogénio, será gás natural, que tipo de motorização é que deve equipar esses navios? Isso tem feito com que se ande a remendar navios alguns com 30 anos.

Temos de ter navios preparados para os nossos portos e não temos que andar a adaptar portos para os navios. Maior entendimento entre armadores e tráfego local — isto tem a ver com as *slots* que têm que se entender em relação ao acordo de preços para a continuidade dos contentores. Isto tem que existir, porque não se pode pagar à parte um contentor que num porta-contentores custa X não pode pagar um preço diferente se passar para o tráfego local. Eles têm que se entender. O Governo aqui é apenas um moderador, nada mais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aprofundar um estudo sobre o modelo mais adequado para uma melhor resposta, envolver armadores, representantes das associações empresariais e a Portos dos Açores, nomeadamente os pilotos que têm muito a ver com a operação dos portos. No caso específico de Santa Maria, porque não estudar a possibilidade de uma escala

quinzenal, do *Margarethe* ou de um navio do género, na quinzena que não vai às Flores? É possível estudar isso, mantendo outra quinzenal, tal como existe neste momento. Não esquecer também o tal acordo de *slot* que é fundamental.

Envidar todos os esforços, no sentido de alterar o edital limitativo de operacionalidade do porto de Vila do Porto, que vem desde o tempo do Partido Socialista, que nunca se esmeraram para alterar isso.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Bons tempos esses.

O Orador: Tem a ver com a limitação do calado etc. etc.

Fizeram-se, no passado, duas grandes obras, nomeadamente a marina e o cais *ferry* e podia-se ter aproveitado para dar uma limpezazinha ao porto, mas foi esquecido.

Deputado João Vasco Costa (PS): Está a falar para mim? Diga lá os nomes que eu gosto de ouvir.

O Orador: O senhor não andava nestas lutas na altura. O senhor não dominava essa área.

Equacionar a aquisição de uma lancha de pilotos, Sra. Secretária, (através da Portos) capaz e com potência para auxiliar o navio em caso de necessidade, tal como existe noutros portos, é também uma mais-valia para o nosso porto.

É verdade que tem existido muita discussão à volta desta matéria dos transportes. O que é certo é que depois, quando vamos analisar os números, afinal a montanha… não vou dizer que *pariu o rato*, mas, muitas vezes, há uma diferença muito grande entre o que se diz e aquilo que acontece.

Sra. Secretária, já agora, permita-me que a corrija, quando falou no número de escalas, deve ter lido outra coluna qualquer, pois são muitas mais do que aquelas que a senhora referiu. A senhora estava-se a referir talvez aos dias de atraso. As escalas são muitas mais.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Isto é só do 1.º trimestre.

O Orador: A Praia da Vitória teve 44 escalas no 1.º trimestre deste ano.

Há aqui duas ilhas que efetivamente são aquelas que têm sido mais castigadas fundamentalmente devido às questões climatéricas, no caso concreto as Flores, as quais limitam a operação do *Margarethe*, nomeadamente na travessia do canal, porque o *Thor* é um rebocador, não é?

Ruído na Sala.

Pronto, as Flores. este ano, no 1.º trimestre, teve apenas cinco escalas. E Santa Maria, teve oito. Estavam previstas seis para as Flores e, no caso de Santa Maria, até ultrapassou, mas estamos a falar sempre de escalas quinzenais.

Em relação aos dias de atraso, é importante sermos sérios, temos que ser sérios. Sobre os dias de atraso e à operacionalidade ao fim de semana, eu acho que um comerciante, ou um empresário que está à espera de carga, não quer saber se é sábado, se é domingo, se é segunda, ele quer é a carga e se for o exportador é a mesma coisa. Ele quer é que a operação se faça. E depois, vamos ver os números e a ilha que teve mais escalas ao domingo — é sempre ao domingo — foi S. Roque do Pico e a Praia da Graciosa ambas com três escalas, este trimestre. E depois Santa Maria que teve duas escalas; o resto, é uma a cada um e o mesmo acontece ao sábado.

Portanto, houve efetivamente alguns atrasos (mais de 2 dias), e há alguns portos penalizados. Santa Maria é, mais uma vez, um deles, este ano tivemos a infelicidade de estar quase 20 dias sem navio, mas tivemos problemas de vária ordem, desde avarias, desde… sei lá, barcos em manutenção e agora vamos ter mais um da Transinsular que vai para a doca seca. Ou seja, há coisas que a gente não controla. No entanto, obviamente, temos todos que trabalhar no sentido de levar a melhoria por diante. Isso só vai ser possível quando efetivamente falarmos todos a mesma linguagem, isto não pode ser assim, está toda a gente a pedir, só houvesse um navio para cada ilha e isso não é possível acontecer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu penso é que há que fazer muito melhor, é preciso fazer melhor. As ilhas não estão todas em igual situação, umas estão melhor do que outras. Isto tem a ver com inúmeros fatores, desde a operacionalidade dos portos, o tipo de navio que opera lá. Por exemplo, Santa Maria está limitada a um ou dois barcos; os outros portos, de uma forma geral, com exceção das Flores, recebem qualquer navio dos que operam na Região.

Portanto, temos que ir com calma e ouvindo fundamentalmente quem sabe e procurar a melhor solução para todos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Até que enfim, Sr. Presidente, foi quase a fasquia de 15 minutos. Esquecemos um bocado o regimento em que cada intervenção não pode ultrapassar os 10 minutos. Eu não vou usar sequer 1 minuto.

Vou fazer uma interpelação ao Governo, nomeadamente ao Sr. Secretário da Agricultura, para saber como é que está a ser executado o Decreto Legislativo Regional n.º13/2022. Estava ali há bocado, já não está mas obviamente o Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares pode dar aqui uma mãozinha, para responder se está a ser cumprido e se está a ser executado. Quando foi aqui apresentado na outra legislatura, aproveitando um Sr. Deputado que falou sobre isso e já que estamos a falar de

transportes marítimos, nomeadamente de navios cruzeiro, eu gostaria de saber quais são os valores já arrecadados pela ecotaxa marítima que foi também aprovada aqui neste Parlamento?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Presidente: Vamos fazer o nosso intervalo.

Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 35 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 5 minutos.

Neste momento, a Mesa não tem inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária Regional veio aqui há pouco falar como se os investimentos no setor portuário tivessem começado agora. Isso não corresponde à verdade como é facilmente verificável e o povo açoriano sabe disso.

Governar é investir. E é preciso investir sempre e vai continuar a ser preciso investir sempre. Por isso é que há um plano de investimentos todos os anos, portanto, não vale a pena estar aqui a fazer esse tipo de contas.

O aumento dos toques em Santa Maria, Graciosa, e ao que parece mais tarde também nas Flores, é uma questão pacífica e até é uma questão que foi desejada. No entanto, aumentar a frequência com os mesmos navios que, pelas queixas anteriores, já não estavam a cumprir, pelo menos em termos de previsibilidade, não é solução.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Então?

O Orador: A operação nas Flores, apesar de ter um navio dedicado, não está a correr bem, como já foi referido aqui. Também em Santa Maria, algumas vezes, por questões atmosféricas, mas na Graciosa o maior problema de facto é a previsibilidade.

Faltam contentores para a exportação de carne — uma das maiores exportações e mais importantes daquela ilha. O gado vivo, apesar do aumento de frequências, fica na ilha 30 dias e mais, à espera de sorte para seguir para o seu destino final.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Qual sorte?

O Orador: No matadouro, há incerteza nos dias de abates. A ideia com que se fica é que não há coordenação e que, no nosso entendimento, poderia ter o contributo da parte do Governo.

O que não queremos ouvir, e acho que o Governo também não quer ouvir, é que apesar do aumento de toques, a Graciosa está mais mal servida e isso reflete-se em toda a economia. E por mais incrível que pareça, agora por vezes estão a faltar produtos. Ainda muito recentemente estivemos na iminência de faltar farinha para o fabrico de pão, como a Sra. Secretária deve saber.

O transporte de areia para a Graciosa também não está a correr bem. A draga já não vai àquela ilha há meses e a construção civil está na iminência de parar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está avariado!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): A draga é privada.

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Não há região arquipelágica no mundo que não tenha, ou que não queira ter, um serviço de transporte marítimo de mercadorias e de passageiros robusto. E, neste aspeto, temos ainda muito a fazer e o que se pede é que os partidos que suportam o Governo recuperem a velha ambição e exigência que tinham quando estavam na oposição: "Mais e melhor transporte de passageiros. Mais e melhor transporte de mercadorias."

Aumentar os toques à custa da previsibilidade e deixar as ilhas fora do transporte de

passageiros que devia servir todas, não é uma solução, é mesmo um retrocesso.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cecília Estácio.

(*) **Deputada Cecília Estácio** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No tema do abastecimento à ilha das Flores, se há Governo Regional que tem trabalhado na sua melhoria, é este Governo Regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Posso relembrar que, em 2018, antes do furacão Lorenzo ter destruído o porto das Lajes das Flores, ocorreram na ilha das Flores 33 escalas: 23 dos navios de carga e 10 escalas do navio de combustível. Isto em 2018, com o governo socialista e antes do porto estar destruído. No ano de 2024, houve 37 escalas, isto é, estamos a falar de um aumento de 33 para 37 escalas.

Convém também informar um outro aspeto importante, é que, além deste aumento de escalas, os navios nunca viajam com a sua capacidade máxima de carga. Portanto, o problema do abastecimento não é um problema da falta de capacidade de carga no navio. Há constrangimentos, é verdade, mas podemos relembrar também quem é que nos colocou nesta situação.

Primeiro, a não manutenção do porto das Lajes das Flores durante a governação socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: E segundo o não cumprimento do governo socialista na República, face à

atribuição e transferência das verbas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Face a esse incumprimento, teve este Governo de assumir mais de 200 milhões de euros nas obras daquele porto.

Em relação ao transporte do gado, todos nós sabemos que sempre que se justifica são realizadas viagens extraordinárias para dar uma resposta necessária.

Este Governo tem dedicado esforço à resolução destes constrangimentos, tem demonstrado sempre abertura para isso e encontrado sempre soluções pontuais quando necessário.

Em relação à questão também aqui apontada pela Deputada Dora Valadão, sobre o pagamento da energia elétrica, convém também esclarecer que esses problemas existem, é verdade, a energia elétrica está a ser cobrada ao dia, ao invés de ser cobrada à hora, mas isto decorre de um sistema tarifário que foi imposto pelo Partido Socialista e que o mesmo nunca alterou.

Risos de alguns Deputados da bancada do PS.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Não se riam, porque é verdade!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: É a verdade.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Antes era bom, agora já não é.

A Oradora: No entanto, neste momento, o Governo está a rever estas taxas de forma a encontrar uma melhor solução.

É verdade também que todos estes problemas trazem constrangimentos na vida dos florentinos, mas se a imagem que a ilha das Flores transmite é de terceiro mundo, certamente não é por culpa deste Governo Regional, certamente é por culpa da herança que nos foi deixada pelo Partido Socialista.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava até para intervir, mas vejo que a Sra. Secretária, provavelmente com o tempo que tem não vai intervir e, por acaso, também acho que não gosta de intervir muitas vezes (quando as perguntas são incómodas) e, por isso, não vai responder, porque já não tem tempo. E eu agora também falo até para essa bancada: as promessas eleitorais da coligação de que o Governo é o reflexo, que diziam que iam uniformizar os preços dos transportes e na descarga a granel em todos os portos, onde é que estão? Estão na gaveta, estão no caixote do lixo, onde é que estão?

Portanto, Sra. Secretária, se ainda quiser responder, diga-me lá o que é que foi feito para uniformizar esses preços como os da descarga a granel?

Descarregar um contentor em São Miguel, no porto de Ponta Delgada, ou na Praia ou noutro qualquer, os preços são diferentes. E que eu saiba, é a questão da coesão territorial que está aqui em causa.

Portanto, o que é que foi feito pelo Governo para resolver esse problema, uma vez que fazia parte do vosso programa eleitoral?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Muito bem.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos.

(*) **Deputado Adolfo Vasconcelos** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria só de comentar aqui nesta Casa algumas das informações que foram passadas pelo nosso colega Deputado José Ávila.

É verdade que nem tudo corre de feição relativamente a esta medida que foi anunciada, este ano, pelo Governo Regional sobre o toque semanal nas ilhas Graciosa e Santa Maria. Há casos pontuais que efetivamente não correm como o esperado, mas, na globalidade, eu acho que todos temos que reconhecer que esta medida, independentemente dos custos a quem é imputado — se é à Portos dos Açores ou seja a quem for — é muito importante para a economia das ilhas Graciosa e Santa Maria, principalmente, terem este toque semanal, porque o toque semanal fez com que a economia local destas mesmas ilhas…

Deputado João Vasco da Costa (PS): Em Santa Maria, não houve.

O Orador: Em Santa Maria, a questão temporal não foi tão relevante como na ilha Graciosa, mas, na ilha Graciosa, por exemplo, nós tivemos um aumento de mais de 144 movimentos. Acho que é de realçar isto, porque demonstra efetivamente a alavancagem que a economia da ilha tem tido e é uma coisa que nos devia, pelo menos, orgulhar a todos do que tem sido realizado pelo Governo Regional.

Relativamente à questão dos animais, todos nós sabemos que há uma especificidade no

embarque dos animais vivos, mas queria aqui deixar um número com a introdução desta medida, é que a exportação para o continente e Espanha é quase o dobro do que era o ano passado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Ou seja, este ano foram enviados 103 animais e o ano passado saíram, daquela ilha, 65. E acho que estes números nos devem orgulhar e alegrar, porque em termos da economia local, uma economia tão frágil, o valor da venda destes animais gera bastante dinheiro que fica na ilha Graciosa.

Devemo-nos orgulhar perante todos estes números e esta medida que o Governo Regional criou.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): E as pessoas?

O Orador: Aproveito para dar os parabéns à Sra. Secretária e a toda a sua Direção Regional, porque esta medida é importantíssima para a ilha Graciosa e veio efetivamente alavancar tanto o comércio local, como também em termos de obras. E também para quem se queira fixar, poderá futuramente saber que, com o toque semanal, chegarão os seus bens e as suas matérias à ilha Graciosa.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa** (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este tema que aqui foi trazido — os transportes marítimos — é um dos que mais evidencia a nossa necessidade de praticar a coesão regional que não pode ser apenas vista para preencher discursos redondos e ocos de respaldo na realidade; é para reduzir as assimetrias que existem decorrentes das nossas nove ilhas serem totalmente diferentes umas das outras; é para procurar equilíbrios nessas assimetrias que deve ser encarada a coesão regional e não fomentar a divisão como tem feito este Governo de José Manuel Bolieiro e, principalmente, a atitude que a Sra. Secretária Berta Cabral tem vindo a ter.

Não vou sequer falar na questão do transporte marítimo de passageiros, que é o exemplo paradigmático de que essa coesão, para si, é uma despesa e não um investimento.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: De qualquer das formas, nós não ignoramos uma coisa muito importante que foi dita e com a qual concordamos: ninguém quer, nem ninguém pede que sejam feitos transportes de mercadorias ou de passageiros em condições climatéricas adversas que põem em risco a segurança das pessoas, não é nada disso. Porém, a Sra. Secretária vai ter que se habituar a não atirar os problemas para debaixo do tapete, porque as desculpas que a senhora arranja, designadamente do tempo, então, explique-nos, se faz favor, porque é que diz que a previsibilidade resulta de intempéries, quando, no verão do ano passado, houve alterações de rotações e de previsibilidade impossíveis de aquilatar e não houve um dia de mau tempo que justificasse esses atrasos e essas mudanças de rotação?

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito bem!

O Orador: Como é que isso se justifica?

É este tipo de situações, que são anormais e difíceis de compreender, que a senhora deve procurar resolver, porque assim resolve também o problema dos açorianos e, em particular, dos marienses.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito bem!

O Orador: É isso que nós queremos. Nós não estamos aqui com o intuito de a criticar por criticar, não é isso. Aliás, o Sr. Presidente do Governo, José Manuel Bolieiro, que, curiosamente mais uma vez aqui não está, em 2020, acompanhado pelo Sr. Deputado Carlos Rodrigues que, na altura, não era deputado, (na altura tinha *máscara* na cara) dizia que "a irregularidade do transporte marítimo de mercadorias penaliza a economia."

Neste momento, o Deputado João Vasco Costa (PS) exibe um documento.

Hoje em dia, o Sr. Deputado já não está de *máscara*, mas também já se percebeu que trocou os interesses de Santa Maria pelos interesses do seu partido, ou seja, aquilo que antes era um problema e que agora está agravado, o senhor considera que não existe.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Deputado Berto Messias (PS): Caiu-lhe a máscara, Sr. Deputado!

O Orador: É lamentável que venha aqui dizer uma coisa dessas!

Por outro lado, é importante também referir, e o Sr. Deputado Nuno Alberto Barata já disse e muito bem, que não se pode querer dar tudo ou ter tudo em todas as ilhas, é verdade. Na verdade, não se pode dar tudo a todas as ilhas, mas o nosso desígnio é tentar equilibrar a forma de vida em que as pessoas se encontram.

Assim sendo, deixava aqui algumas perguntas à Sra. Secretária que têm que ver com o

seguinte: os 45 milhões de euros que o Governo Regional recebeu da República já os transferiu para a Portos dos Açores? — esta é uma pergunta.

A outra é: quantas vezes o *Isabel C* deixou de ir a Santa Maria por questões operacionais? E quantos contentores é que transportou?

É importante estas perguntas serem respondidas. Sei que a Sra. Secretária tem pouco tempo, mas certamente conseguirá fazer um esforço e apelar à *elasticidade* do Sr. Presidente da Assembleia.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Rodrigues.

(*) **Deputado Carlos Rodrigues** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, caro amigo Deputado João Vasco:

Eu nunca vendi a alma nem nunca troquei de camisola, foi sempre a mesma!

Coesão — ilhas da coesão.

Fez-me recuar aqui uma data de anos e lembrar o Presidente Carlos César, quando, num conselho de ilha de Santa Maria, ele disse que isso era uma palavra de ocasião, inventaram essa designação as "ilhas da coesão", havia umas majorações — está lembrado? — uns projetos que ficaram na gaveta, uns PIT (Planos Integrados de Transportes) — eram tantos que nem sei — o passageiro chegava à Horta e a mala ia ter à Madalena do Pico. Já ninguém se lembra dessas coisas.

Queria apenas esclarecer, muito rapidamente, que o Sr. Deputado Francisco Lima quando referiu os milhões dos armadores, eu penso que estava a falar do valor global nacional, não tem a ver com a Região, tem a ver com o valor global nacional dos armadores, não é?

Sobre a homologação, gostava de dar nota também que é mais uma importante medida deste Governo, com o empenho do Sr. Secretário da Agricultura, aproveitando a boa onda de termos tido um governo nacional amigo dos Açores…

Deputado Paulo Gomes (PSD): Ora bem.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: … a homologação para o transporte de contentores de gado passa a ser feita na Região, o que traz uma poupança de 100 euros por contentor, que era imputada aos exportadores. Mais um passo. Parabéns pelo trabalho.

Para terminar, dizer que muitas vezes a falta de produtos sem prazo de validade nalgumas ilhas, nomeadamente na ilha de Santa Maria, não é admissível e nada tem a ver com os navios.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira.

(*) **Deputada Isabel Teixeira** (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já muito foi dito hoje aqui, no entanto, importa referir as vezes que forem precisas que

São Jorge tem sido severamente afetado pela falta de previsibilidade e irregularidade nos transportes marítimos.

O setor das conservas e do queijo, essenciais para a economia jorgense, está a ser prejudicado pela falta de uma rede de transportes marítimos eficiente e regular.

Sra. Secretária, não é só o Partido Socialista que vem denunciando esta situação. É a Câmara de Comércio, o Núcleo Empresarial, o Conselho de Ilha que recentemente entendeu por unanimidade que um tema fulcral a debater em reunião conjunta seria as acessibilidades, por ser prioritário para o bem-estar, para a sustentabilidade e para o desenvolvimento da ilha de São Jorge.

No entanto, o próprio Presidente do Conselho de Ilha, no fim da reunião, disse que o Conselho de Ilha de São Jorge "lamentava a falta de resposta sobre a necessidade de reforçar as acessibilidades."

Mais, disse — e cito: "Saímos daqui um bocadinho tristes, olhando para o panorama geral da cara dos conselheiros, saímos daqui com uma mão cheia de nada."

Referiu também que "não estaríamos à espera de um milagre, mas que pelo menos algumas das pretensões tivessem alguma solução apresentada nesta reunião." Além disso, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, na apresentação do comunicado do Conselho de Governo em São Jorge, disse que "cada bovino que entra no nosso matadouro tem um prémio. Isso é um incentivo a que sejam abatidos na Região, para evitar o transporte de animais vivos para fora da Região."

Sra. Secretária, como se consegue garantir a saída em tempo útil das nossas ilhas, tanto do gado vivo como em carcaça, sem previsibilidade nos transportes marítimos e sem prejuízo para os produtores?

Sabemos que este tipo de exportação perde valor se não houver previsibilidade e, mais uma vez, são os produtores que ficam lesados financeiramente.

Na exportação do queijo e das conservas, além dos constrangimentos que os atrasos movem e provocam nos compromissos assumidos com os fornecedores, estes veem-se a braços com novos custos operacionais de forma a procurarem alternativas viáveis.

Precisamos de respostas e não de desculpas.

O Governo tem de assumir as suas responsabilidades e garantir um sistema de transportes que funcione, que assegure o abastecimento das ilhas e permita a exportação dos produtos locais sem constrangimentos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

(*) **Deputado João Mendonça** (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PPM quer saudar com firmeza e justiça o trabalho desenvolvido pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

Este Governo Regional tomou posse em condições particularmente exigentes, herdou um território profundamente afetado pelo furacão Lorenzo com dezenas de infraestruturas danificadas ou destruídas. Era necessário agir, agir com rigor e com visão de futuro e foi isso que se fez. Desde então, foram investidos 25,6 milhões de euros em equipamentos, estando previstos mais 13 milhões de euros até 2027.

Ao nível das infraestruturas, especialmente portuárias, as obras concluídas ascendem a 92,5 milhões de euros, com mais 50,3 milhões de euros já em fase de planeamento.

Isto não são intenções, são investimentos concretos com impacto direto na vida dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No caso da ilha do Corvo, símbolo da nossa condição insular, era da necessidade de garantir coesão territorial, os avanços foram notáveis. Esta ilha deixou de estar isolada como estava antes.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

O Orador: Com este Governo, o Corvo passou a ter a embarcação *Thor* ao serviço da população e das empresas, com ligações marítimas regulares e respostas imediatas sempre que necessário.

É importante dizê-lo com clareza: nunca antes esta ilha esteve tão ligada ao resto da Região.

É necessário melhorar, claro, nomeadamente o aumento do número de ligações marítimas semanais, mais viagens do *Thor* para que seja possível transportar mais carga. No entanto, acabou-se com as ruturas de abastecimento que resultavam da interrupção de fornecimentos efetuados por via marítima que chegaram a atingir 50 dias. Isso acabou quando acabou o Governo do Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

O Orador: Sim, têm existido constrangimentos, mas esses resultam na sua grande maioria do mau tempo caraterístico dos Açores e não da falta de empenho, de planeamento ou do investimento desta Secretaria.

Num arquipélago como o nosso, a mobilidade em uma questão de dignidade, de justiça social e de desenvolvimento e num contexto de crescimento económico sustentado garantir acessibilidades e boas infraestruturas, é absolutamente vital. É o que se está a fazer. Não é apenas manter serviços. É construir uma Região mais unida, mais preparada e mais coesa.

O PPM reconhece o mérito do trabalho desta Secretaria e, acima de tudo, reconhece que há um rumo, há investimento e há resultados que se veem e sentem no dia a dia das pessoas.

É esse o caminho que defendemos.

Um governo que não se limita a prometer, mas que cumpre, que olha para cada ilha, mesmo para a mais pequena, como parte essencial do todo, porque, nos Açores, cada ligação conta, cada infraestrutura faz a diferença e cada cidadão tem o direito de se sentir incluído.

Disse.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma coisa que aprendi quando entrei nesta Casa (ou até antes de entrar) é que nós somos deputados dos Açores. Não sou deputado nem de São Miguel, ou outra ilha qualquer, apesar de ter nascido nesta ilha na freguesia de São Roque e residir na freguesia da Ribeira Chã. Sempre tive esse cuidado — e vocês são minhas testemunhas — de não puxar só pela minha ilha, porque acho que é errado.

Eu acredito, e já o disse várias vezes, que o arquipélago é um só, tem de haver equilíbrios, e isso não quer dizer que é tudo igual para todos. Isso não é equilíbrio, é sim um desequilíbrio. Nós temos que ter algumas coisas em conta. Bem sei que temos uma autonomia imperfeita, (ainda há bocado tive uma conversa com o Sr. Secretário das Pescas sobre esse tema) ou seja, para as coisas ruins, Lisboa manda para nós, para as coisas boas eles é que mandam em nós. Também está completamente errado.

Eu acho que o que está a faltar — tenho 54 anos, já ouço falar de transportes marítimos há muito tempo — e também digo, já cansa. Mas tenho uma forte esperança: que o

futuro Primeiro-Ministro de Portugal, Paulo Estevão, consiga arranjar uma solução para isto. Está visto, provado, comprovado e mais provado, nesta Casa zero, ainda não vi soluções. Vejo é cada um a puxar pela sua lapela, cada um a puxar pela sua terra, cada um a puxar pelos seus votos e não temos uma visão regional dos Açores, uma visão de coesão; temos uma visão de cada um a puxar pela sua terrinha, não vão os votos fugir. E acho que enquanto continuarmos nesta demanda, não há barcos que nos salvem, a não ser talvez uns assim.

Neste momento, o Deputado José Pacheco (CH) exibe um barco de papel.

Este, eu até batizei aqui, simpaticamente, *Catarina Cabeceiras*, aqui a nossa colega de bancada, porque eu acho que nós andamos aqui a falar é de barcos de papel.
O meu colega de bancada disse, e bem, mais milhão, menos milhão, alguém está a lucrar com isso. E se nós abrirmos as portas, muitos mais vão lucrar, porque qualquer empresa quer o lucro.
Se nós continuarmos nesta demanda uns contra os outros, nunca vamos ter transportes marítimos em condições. Vamos ter o quê? Ambulâncias marítimas que socorrem aqui, socorrem ali. Não pode ser. Tem de haver aqui um plano.
Da parte do PS que promove este debate, ouvi a palavra diálogo. Isto quer dizer o quê? O que é o diálogo? Eu não sei o que é o diálogo.
O diálogo é os senhores, agora, ao fim destes anos todos, tiraram de algibeira a solução mágica?! Não me parece.
Nós temos um problema grave. Quando há mau tempo, algumas ilhas ficam sem o barco lá tocar, mas também tem que se dizer às pessoas destas ilhas que se acautelem, preparem-se, porquê? É difícil perceber essa parte?
Olhem, eu conheço bem os Açores, não cheguei agora de Marte. Eu conheço também não são todos, mas são alguns. E utiliza-se o argumento. E depois José Pacheco, às 11 da noite, está a receber telefonemas seguidos, porque o barco não chegou aqui, não

chegou ali, não chegou lá.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oh que chatice!

O Orador: Em primeiro lugar, tem que esclarecer os açorianos, eu sou político, não sou procurador das almas (isso é na romaria), lá é que fazemos isso.

Eu, quando tomar uma medida em nome do CHEGA, em consonância com os meus colegas, essa medida tem que ser boa para o Corvo, São Miguel ou Santa Maria, para todos. É assim que se deve trabalhar. E a diferença é tratando diferente o que é diferente. A diferença é nós acabarmos com os bairrismos e começarmos a pensar que temos um arquipélago. E o que mais ouço e vejo aqui é levantarem-se para falar da sua ilha e esquecem-se que são deputados regionais.

Mas nós falamos de barcos. Eu nem sei qual foi a interpelação. Eu fixei a palavra diálogo.

O que é que faltou aqui?

Faltam os aviões … falta tudo. Falta uma estratégia para os Açores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Hidroaviões.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Estamos a falar de transportes marítimos.

O Orador: Não há. É o SOS que não serve aos açorianos!

O senhor não fale muito, porque prometeu um avião cargueiro que até hoje nunca chegou.

Nós temos é barcos de papel, ou seja, temos barcos no papel. E vamos fazendo a coisa conforme ela vai dando jeito. Agora, nas autárquicas, vai ser um espetáculo. Todos os concelhos dos Açores vão ter um barco à porta, todos, até um avião e um hotel.

Isto é maneira de enganar os açorianos e para isto não contem comigo!

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é um debate e uma interpelação agendada pelo Partido Socialista sobre transportes marítimos. E tendo o Partido Socialista ainda 29 segundos, espero ainda ouvir uma ideia, uma proposta, uma solução.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor não estava cá. Foi na primeira intervenção que isso foi dito.

O Orador: Algo que o Partido Socialista tenha de contributo que não seja afirmar que estão disponíveis para o diálogo, mas não têm nada que digam que queiram dialogar com o Governo ou com os partidos que o suportam.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: A verdade que resulta deste debate é que o Partido Socialista na oposição quer dialogar, mas no governo não ouvia ninguém. No governo, nunca ouviu ninguém, nunca ouviu uma reivindicação, nunca esteve disponível, como está este Governo, para acatar opiniões, soluções, ideias, propostas.

Este Governo, conforme resultou das intervenções e dos esclarecimentos da Sra. Secretária Regional e também dalgumas intervenções que foram feitas por parte dos partidos que suportam o Governo, houve mais investimento, houve mais rotas, houve mais carga transportada. E não obstante os problemas que ainda persistem, estamos a prosseguir um caminho de mudança para criar nos Açores um verdadeiro mercado interno que resolva a economia e que promova a economia das nossas ilhas. Todas podem beneficiar e ganhar com isso.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nós tínhamos do Partido Socialista a transformação da Atlânticoline numa segunda SATA: entregar à falência, com transportes sazonais que eram completamente arruinadores da nossa economia e da nossa empresa de transporte marítimo de passageiros. E não obstante termos alargado algumas rotas, não trouxemos mais atratividade, porque as pessoas passaram a ter uma coisa chamada tarifa Açores e passaram a gostar mais de viajar de avião, mais barato, do que viajar de barco, mais caro.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Quero terminar, a propósito da postura do Partido Socialista, com duas citações, uma de um escritor francês do século XVIII, Luc de Clapiers, que dizia "os preguiçosos têm sempre a vontade de fazer alguma coisa." — neste caso, têm a vontade de dialogar. Mas na verdade, quero mesmo sinalizar este debate com uma citação de Margareth Thatcher que dizia "eu posso até caminhar sobre as águas…"

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi desligado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dois dias passados deste período legislativo, dois debates de relevante importância para os Açores — um sobre a habitação, outro sobre os transportes.

Permitam-me revisitar um lugar-comum, no final destas quase 6 horas de debate, "tudo como dantes, quartel-general em Abrantes."

Não conheço uma ideia, uma proposta do Grupo Parlamentar do PSD sobre estas duas matérias.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É o que se está a fazer.

O Orador: Apoiam o Governo nalgumas das suas decisões. Apoiam o Governo nalgumas das suas ideias, mas, a esta Casa, ainda não trouxeram uma proposta, uma ideia.

A Iniciativa Liberal já trouxe uma proposta, já a viu concretizada e ela já contribuiu para a melhoria dos transportes de mercadorias entre as ilhas dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem será que a aprovou?

O Orador: Mas traremos mais.

Culpar os armadores que operam em concorrência na cabotagem insular é não perceber nada de navegação marítima de transportes marítimos e de operação de navios.

Os armadores, para garantirem previsibilidade no abastecimento e nas exportações da Região Autónoma dos Açores, também carecem de previsibilidade. Ninguém investe se continuarmos aqui a mudar sistemas, a mudar apoios, a inventar mais rotas e mais coisas para fazer. Investir em navios não é propriamente um investimento barato ou fácil de se fazer. É um facto que temos uma frota com 30 anos, mas é facto também que essa frota foi construída com base num sistema que existia de liberalização do transporte da cabotagem insular, com Obrigações de Serviço Público que não são remuneradas e que apenas obrigam os armadores a praticar o mesmo preço para as diferentes das ilhas onde operam.

Os armadores, ao contrário do que se diz, estão a investir. Estão a investir nos seus complexos logísticos para melhorar a eficiência das suas operações e para, inclusivamente, melhorar a operação junto dos seus clientes. Mas há muitas coisas que pode o Governo Regional fazer, nomeadamente ao nível da gestão dos portos dos Açores para facilitar a vida a esses armadores, nomeadamente ao nível da faturação eletrónica, da operação de equipamentos etc., etc., etc., um role de coisas que eu podia estar aqui uma manhã inteira a dizer, se fossem dadas as ferramentas à Portos dos Açores para agir de uma forma mais livre, ter uma gestão mais livre da ingerência do Governo Regional na sua gestão diária.

Deputado José Pacheco (CH): É passar a privado.

O Orador: O que levo destas horas de debate é, como disse antes, mais do mesmo, mas garanto aos açorianos, aqui desta bancada, que a Iniciativa Liberal vai continuar a trabalhar e a trazer propostas a esta Casa, no sentido de melhorar o tráfego local e o tráfego de mercadorias entre as ilhas dos Açores e entre estas e o continente português.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros de Governo:

Durante esta manhã, falámos de transportes marítimos, uma matéria essencial para a nossa Região, é certo e reconhecido por todas as bancadas. A verdade é que, ao longo deste debate, me parece que ficou claro o trabalho que tem sido desenvolvido por parte do Governo Regional nesta matéria. Acho que é reconhecido por todos, também, que o que tem falhado é a previsibilidade necessária para as operações, isso foi reconhecido também por parte do Governo Regional. Todos reconhecemos a necessidade dos nossos empresários terem previsibilidade, a frequência, a estabilidade na operação que são matérias que têm sido trabalhadas por parte do Governo Regional que, estamos certos, irá continuar e intensificar este trabalho, quer no IMT e da AMT, quer a criar melhores condições também nas diversas ilhas.

Quanto ao estudo e aos resultados do estudo de implementação de um cenário que promova uma evolução progressiva, para que não haja uma rutura total com aquilo que está implementado, criando um modelo mais robusto e adequado às nossas realidades, é esse trabalho que tem sido desenvolvido por parte do Governo Regional. Claro que reconhecemos muitas das questões que foram aqui levantadas, pois vivemos nas nossas ilhas, nomeadamente no caso de São Jorge, os constrangimentos que têm existido no transporte marítimo de mercadorias, algo que foi efetivamente sinalizado, e bem, por parte do Conselho de ilha, bem como dos constrangimentos que se tem vivido quer na exportação do queijo e das conservas, quer na exportação dos animais.

A verdade é que estes constrangimentos, que têm resultado dos sucessivos atrasos na operação, provocam muitos constrangimentos para, neste caso em particular, os nossos empresários que precisam da tal previsibilidade, porque muitas vezes têm que aguardar, porque têm uma ligação que é feita em rede e em cadeia e, falhando um momento nessa cadeia, isso põe em causa tudo o resto.

É claro que é necessário continuar esse trabalho, sabemos que vivemos numa realidade e numa região arquipelágica onde, sem dúvida, necessitamos de um transporte marítimo, neste caso em particular de mercadorias, robusto, articulado e que funcione em rede, dando resposta a todas as ilhas e a cada uma das nossas realidades. É fundamental que isso aconteça e que nunca caiamos na tentação de colocar umas ilhas contra as outras, porque isso nunca será benéfico para o desenvolvimento harmónico e sustentável que certamente todos queremos para a nossa Região.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições ou podemos partir para o encerramento do debate?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sra. Secretária Regional, querendo, pode usar os seus 30 segundos.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (Berta Cabral): Muito obrigada Sr. Presidente. Peço desculpa ao Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares, mas efetivamente, depois deste debate, eu penso que tenho que fazer uma síntese daquilo que aqui se passou.

O que aqui se passou e ficou à vista de todos, é que, apesar da imprevisibilidade, há mais carga transportada, há mais viagens em todas as ilhas, inclusive em São Jorge, que passou de 12 para 14 em 90 dias. Temos um rumo. Queremos servir melhor as pessoas. Esse rumo passa por aquilo que está traçado no nosso estudo e passa pelo envolvimento dos armadores de cabotagem e dos armadores de tráfego local, porque é isso que algumas ilhas estão contra, isto é, as viagens por tráfego local. Portanto, com maior articulação entre os vários agentes do setor, com maior diálogo, a implementação das reformas que eu referi na minha intervenção inicial, e não foi apenas constrangimentos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi desligado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Para encerrar o debate por parte do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues** (PS): Rapidamente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas três notas para encerrar o debate.

Fomos chamados de preguiçosos e de não saber nadar. Mas nadar, eu posso ensinar qualquer um, em qualquer altura. Em relação à preguiça, devolvo esse adjetivo ao Sr. Deputado Bruto da Costa, porque efetivamente eu disse naquela tribuna e vou repetir: estamos disponíveis para estudar a viabilidade de uma nova abordagem pelas obrigações de serviço público marítimo de carga e mercadorias entre o continente e as regiões autónomas e avaliação do transporte marítimo de passageiros.

Segunda nota que queria deixar em relação aos atrasos: não basta vir aqui debitar números, porque o papel aceita tudo.

Há atrasos, os empresários são prejudicados, os açorianos são prejudicados e basta falar com os presidentes das câmaras do comércio, ir aos conselhos de ilha, ir junto da população…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi desligado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está assim encerrada esta interpelação.

Apesar de faltarem ainda 9 minutos para a hora regimental, vamos fazer o nosso intervalo de almoço.

Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 51 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 15 horas e 5 minutos.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.
O ponto 6 da nossa agenda foi retirado pelo proponente. Passamos para o ponto 7: **Projeto de Resolução n.º 20/XIII — "Recomenda ao Governo Regional dos Açores que crie mecanismos de implementação do projeto-piloto da semana de 4 dias de trabalho, no setor público e no setor privado, com a respetiva redução do horário laboral e sem perda de rendimento para os trabalhadores"**. Esta é uma iniciativa do Bloco de Esquerda.
Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para a sua apresentação.
Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
O projeto de resolução que, hoje, o Bloco de Esquerda apresenta recomenda ao Governo Regional a criação de um projeto-piloto para a implementação da semana de 4 dias de trabalho, tanto no setor público, como no setor privado, com a correspondente redução do horário laboral e sem perda de qualquer rendimento para os trabalhadores.
A sociedade atual adotou uma cultura de trabalho excessivo, que, comprovadamente, causa uma série de problemas graves de saúde às pessoas, tantas vezes físicos, como mentais.
Longos horários de trabalho também comprometem negativamente as relações interpessoais dos trabalhadores e trabalhadoras, a sua produtividade e criatividade, contribuindo também para o absentismo laboral e para as dificuldades de

compatibilização da vida profissional com a vida familiar. Por isso, é essencial promover políticas que contribuam para um equilíbrio saudável entre o trabalho e a vida pessoal, no fundo, para que haja mais vida para além do trabalho.

O caminho passa pelo garante de direitos laborais e de uma redução efetiva da carga horária, permitindo melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

A luta pelo tempo de descanso é uma luta histórica do movimento dos trabalhadores. 8 horas de trabalho, 8 horas de lazer, 8 horas de descanso foi uma luta que moveu milhões de trabalhadores ao longo de décadas, desde o século XIX.

Em Portugal, foi a Revolução Democrática de 25 de Abril de 1974 que permitiu a redução da jornada diária de trabalho para 8 horas. E só muito mais tarde se consagrou na lei os 5 dias de trabalho, 40 horas semanais, em 1996.

Hoje, perante a necessidade de os trabalhadores e trabalhadoras terem mais tempo para viver, bem como maior satisfação no emprego, o que também leva ao aumento da sua produtividade, surge a ideia da modalidade da semana de trabalho de 4 dias. Esta modalidade significa um ajuste efetivo da carga horária semanal para 4 dias por semana, permitindo mais tempo de descanso aos trabalhadores e trabalhadoras, sem que haja quaisquer perdas de rendimento.

Bem sabemos que esta implementação, esta medida traz desafios ao nível dos serviços que têm atendimento contínuo, mas, sobretudo, ao nível da mudança de mentalidades. Leva também à necessidade de uma adaptação cultural e organizacional. Mas o facto é que uma medida deste tipo traz, acima de tudo, diversas vantagens para a sociedade, comprovadas por relatos de trabalhadores e, acima de tudo, por estudos internacionais e até nacionais.

Importa salientar que não seremos pioneiros na implementação de projetos da semana de 4 dias, pois diversos países já o fizeram, e com sucesso!

Além disso, em 2023, em Portugal, já foi realizado um projeto-piloto no setor privado que envolveu 41 empresas e mais de mil trabalhadores. E os resultados foram muito positivos. Com a efetiva redução do horário de trabalho semanal, verificou-se uma

diminuição da ansiedade, da fadiga, de problemas de sono, e uma melhoria na conciliação entre o trabalho e a vida familiar.

Nos Açores, em abril de 2024, é certo, o Governo Regional anunciou a intenção de implementar a semana de trabalho de 4 dias em 2025, com projetos-piloto inicialmente aplicados em alguns setores da Administração Pública. O Sr. Secretário Regional das Finanças, à altura, referiu que "a semana dos 4 dias não quer dizer que seja de uma forma fixa, há serviços que podem ter a semana de 4 dias e o 5.º dia ser em teletrabalho, há empresários que podem ter 3 dias de presença física e 2 de teletrabalho".

Ora, da forma como o Governo expôs a ideia de implementação da medida, depreende-se que os trabalhadores e trabalhadoras continuam a trabalhar os mesmos 5 dias por semana, havendo apenas uma alteração na modalidade do trabalho, presencial ou teletrabalho. Esta não é, de todo, a essência da semana de trabalho de 4 dias nem a que pretendemos implementar! A semana de 4 dias surge exatamente para garantir que há uma efetiva redução do horário de trabalho, permitindo que as pessoas tenham mais tempo para si, sem perda de rendimentos.

E é por essa mudança de cultura que temos de lutar, para que se faça o caminho inverso da cultura de trabalho excessivo, pois são bastante evidentes os muitos benefícios que a adoção da semana de 4 dias de trabalho pode trazer.

Assim, com esta proposta que hoje apresentamos, pretendemos que:

— Em primeiro lugar, se divulgue e debata os resultados do projeto-piloto realizado a nível nacional em 2023, promovendo um debate aprofundado até setembro de 2025;

— Se crie um projeto-piloto para a implementação da semana de trabalho de 4 dias no setor privado, com redução do número de horas de trabalho e sem diminuição da retribuição;

— Se estabeleça um mecanismo de apoio técnico às empresas privadas e organizações do setor social que pretendam aderir ao projeto-piloto;

— Finalmente, se concretize o projeto-piloto na Administração Pública também, no Setor Público Empresarial, garantindo a sua implementação no último trimestre de

2025.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A semana de 4 dias de trabalho oferece inúmeros benefícios para a saúde e para o bem-estar dos trabalhadores e trabalhadoras açorianas.

A criação de um projeto-piloto para a sua implementação no setor público e no setor privado é um passo fundamental nesse caminho.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves** (BE): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN apoia totalmente esta iniciativa apresentada pelo Bloco de Esquerda, é algo em que acreditamos. Não só acreditamos, como também o experienciamos como facto. Pelo menos, individualmente, desde 2006, já implementei em pelo menos três empresas das quais eu fiz parte, para mais de trezentos trabalhadores, e consegui aumentar 20 % a produtividade de toda a equipa, além do aumento do FIB (Felicidade Interna Bruta) dentro da própria empresa. Também o fiz, há 3 anos, dentro do Gabinete do PAN, em que nós temos a Blue Friday já há 3 anos, e aumentámos exponencialmente a produtividade dentro do próprio gabinete, bem como também o bem-estar de todas as assessoras e assessores. Isto é um facto comprovado, é um microfacto, só posso dizer desta forma, pelo menos por ser um projeto-piloto reduzido.

Nunca tive uma imagem negativa sobre essa situação, não é só uma situação teórica, já foi feito na prática e foi verificado que a produtividade aumenta, desde que cada trabalhador tenha obrigatoriamente um objetivo a cumprir. É assim que os trabalhadores são motivados, quando há, sim, uma estratégia da própria equipa. Seja do Estado, seja do Governo, ou seja de uma empresa privada, cada trabalhador tem de ter, obviamente, para motivação, os seus próprios objetivos, saber os seus objetivos. E

não trabalhamos com crianças, trabalhamos com adultos. Temos pessoas, assim, mais motivadas.

E com 1 dia por semana dado para cada trabalhador, há, obviamente, tanto para a parte do lazer, mas também para a parte da burocracia da própria vida pessoal e da família, que, neste caso, é usado, e falo do nosso gabinete, nem que seja ou para tratar de burocracia do Estado, ou mesmo para consultas médicas que não sejam urgências, ou mesmo também para tudo o que seja desporto, que ajuda imenso.

Por isso, nós somos, obviamente, a favor. Por isso é que, no Orçamento de 2024, nós inserimos uma medida no Orçamento, que foi chumbada, e também demonstrámos qual era a nossa posição sobre esse assunto.

Aquilo que eu tenho a dizer das palavras do Sr. Deputado António Lima é que, relativamente ao que foi dito, em que não se pode fazer em todos os serviços, ou então as pessoas podem estar em teletrabalho, vamos lá ver uma coisa: teletrabalho é trabalho, não é uma semana de 4 dias, não é um dia do qual o trabalhador pode fazer o que quiser e quando quiser.

Eu não posso dizer o mesmo, porque no meu gabinete há, obviamente, exceções, que acontecem, como, exatamente, nos dias de parlamento. Nós, quando temos parlamento na sexta-feira, obviamente, não podemos dar esse dia. Não acontece em todas as entidades da função pública. Agora, não estão em teletrabalho, porque, se é teletrabalho, é trabalho e não é, obviamente, uma redução, dando esse dia à família, ao bem-estar e também à própria motivação pessoal e individual de cada trabalhador.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Olivéria Santos, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Muito obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dizer que reduzir a semana de trabalho para 4 dias irá aumentar a produtividade nos

Açores, uma vez que menos dias de trabalho podem levar a mais foco e a mais eficiência, resultando numa maior produtividade em menos tempo por parte dos trabalhadores, para o CHEGA, é uma utopia, pelo menos para já, no contexto dos Açores. Menos dias de trabalho resultará, sem dúvida, em menos produtividade. E isso sem falarmos em reduzir também as horas de trabalho semanal para as 35.

A implementação da semana de 4 dias de trabalho nos Açores, seja no setor público, seja no setor privado, levanta-nos uma série de dúvidas e, parece-nos, merece uma discussão mais alargada, mais aprofundada, onde se avaliem os prós e os contras que uma medida deste género iria implicar nos Açores, principalmente tendo em conta a nossa realidade insular de nove ilhas, todas diferentes e com um tecido empresarial constituído, na sua maioria, por pequenas e médias empresas.

Que impacto, por exemplo, esta medida vem trazer à prestação de serviços públicos, como é o caso dos serviços de saúde, segurança e educação, que podem ter dificuldades operacionais com menos dias de atendimento, uma vez que irá exigir uma reorganização cuidadosa dos turnos e a cobertura das necessidades de toda a população?

Como bem sabemos, vivemos numa região em que muitas empresas são familiares ou de pequena dimensão. O que vai acontecer a estas empresas se não tiverem meios para manter a produtividade com menos dias úteis?

Por outro lado, parece-nos ainda que a implementação desta medida em setores como o turismo, a restauração ou o comércio, que são setores bem específicos, com ritmos bem diferentes de trabalho e ainda uma maior dependência de atendimento ao público, poderá causar muitos transtornos a estas empresas, que até podem ver os seus custos aumentarem, pois, para manter os níveis de serviço, pode ser necessário contratar mais pessoas ou até pagar horas extra.

Numa região onde se quer apostar no turismo e onde a economia depende fortemente de setores sazonais e presenciais, como é o caso do turismo, esta medida pode mesmo vir a dificultar a adoção generalizada, em ambos os setores, da semana de trabalho de

4 dias.

O Bloco de Esquerda ressalva, na sua proposta, que a aplicação desta medida pode ser opcional para as empresas. Contudo, parece-nos que assim estaremos a criar uma desigualdade laboral. Algumas empresas podem até perder competitividade e outras até ficarem sem trabalhadores. Pois, com a falta de mão de obra que há por aí, qual é o trabalhador que vai querer trabalhar numa empresa que trabalha 5 dias por semana, ao invés de trabalhar numa empresa que só trabalha 4 dias por semana? Acho que é fácil, qualquer um vai perceber que os trabalhadores vão querer trabalhar 4 dias em vez de trabalharem 5 dias e, mais, com as mesmas regalias salariais.

Se é certo que a semana de 4 dias de trabalho é uma estratégia que tem obtido destaque em muitos países e empresas, sugerindo esta redução dos dias trabalhados sem diminuir o salário ou a produtividade, também é certo que não se pode comparar os Açores a países que já estão a implementar esta medida, como a Nova Zelândia, a Espanha, a Escócia, a Bélgica, o Reino Unido, o Japão, a Islândia… Neste momento, não se pode comparar os Açores, a produtividade dos Açores, a esses países.

Esta medida tem de funcionar para os trabalhadores, mas também para os empregadores, tem de funcionar para os dois e não só para um lado, promovendo, assim, uma sociedade mais justa, equilibrada e sustentável.

A nosso ver, neste momento, os Açores não conseguem atingir estes objetivos, até porque a produtividade, nos Açores, neste momento, é a mais baixa do país, estamos na cauda do país, com 88 % de produtividade. Não acreditamos, ao colocar agora uma semana de 4 dias, que este valor vai aumentar.

Esta matéria, parece-nos, carece de mais debate, de mais discussão, de mais entendimento e esclarecimentos a toda a sociedade.

Por estes motivos, não poderemos acompanhar esta medida.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para informar a Mesa e, nomeadamente, para o CHEGA também ouvir, que o que está aqui a ser apresentado é um projeto-piloto, não é uma obrigação, não é sequer alguma alteração ou uma criação de lei.

Deputado Francisco Lima (CH): A gente sabe!

O Orador: É um projeto-piloto, o que retira completamente o argumento da Sra. Deputada Olivéria por ser um projeto-piloto e opcional.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes, creio que importa fazer um pequeno enquadramento sobre esta medida e sobre o que a mesma implica. Naturalmente, com a evolução dos tempos e dos anos, com o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento de outras ferramentas que não existiam antigamente, estas matérias, de quando em vez, vão sendo pensadas, vão sendo debatidas, vão sendo discutidas e mais tarde implementadas.

E é bom recordar que a semana já teve todos os dias como dias de trabalho, antigamente; depois, passámos para 6 dias de trabalho; depois, passámos para 5 dias e meio de trabalho — o sábado de manhã era dia de trabalho para toda a gente. E, naturalmente, esta evolução, nesta altura, como já disse, o desenvolvimento tecnológico impulsiona que medidas destas também sejam pensadas e de novo refletidas.

Um dos pontos resolutivos do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado

António Lima, já foi corrigido e foi um dos pontos resolutivos que questionámos bastante na comissão, quando estava escrito que "o Governo Regional devia dar apoios às empresas que quisessem aderir". E, naturalmente, o Sr. Deputado já fez uma proposta de substituição para dizer que seria apoio técnico às empresas que quisessem aderir a este projeto, que, obviamente, tem de ser de adesão voluntária. Não estava aqui a ver o Bloco de Esquerda a querer legislar para o setor privado, quando a única forma que temos de legislar, obrigatoriamente, sobre estas matérias é definir o tempo máximo de jornada diária ou de jornada semanal de trabalho para todos os setores. E isto mesmo foi apontado pelo autor do estudo e relatório, o Professor Pedro Gomes, na comissão, quando questionado (e o Sr. Deputado António Lima lembrar-se-á) sobre de que forma podíamos efetivamente legislar sobre estas matérias, por curiosidade e porque a audição foi bastante profícua e interessante, e a resposta que o próprio autor do relatório nos deu é que a única forma que temos de legislar sobre esta matéria é mesmo definir o máximo de tempo de trabalho nos diferentes setores, coisa que está a decorrer neste preciso momento, por coincidência temporal, na Comissão de Política Geral, uma petição sobre as 35 horas semanais. E com a semana dos 4 dias, podíamos passar às 34.

E não vale a pena termos ilusões, estes assuntos, tanto os 4 dias de trabalho, como as 35 horas de trabalho, não são assuntos que recolham unanimidade de posição e de opinião. Naturalmente, no trabalho que temos desenvolvido na comissão, os sindicatos estão claramente a favor da adoção destas medidas; o mesmo não acontece com os representantes tanto dos empresários dos Açores, como do próprio Conselho Económico e Social dos Açores.

Contudo, há uma precisão que gostava de fazer sobre o que o Sr. Deputado António Lima referiu, sobre as intervenções do Sr. Secretário das Finanças: de facto, o Sr. Secretário das Finanças disse que o 5.º dia podia ser em teletrabalho. Mas esqueceu-se foi de dizer também o que ele disse a seguir, não disse só isso. O que ele disse é que estava a criar um grupo de trabalho para ter a certeza sobre estas matérias e que não

era sequer garantido que o 5.º dia fosse em teletrabalho.

No dia 6 de novembro de 2024, saiu o despacho, em Jornal Oficial, da criação do grupo de trabalho, para averiguar a implementação e de que forma esta implementação será feita na Administração Pública dos Açores. Eventualmente, depois, com as conclusões deste mesmo grupo de trabalho e da adesão de alguns setores na Administração Pública Regional, pela mão do Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, aí, sim, ter-se-á a certeza de como esta medida funciona e que produtividade têm os trabalhadores com a implementação desta medida.

Portanto, creio, na nossa opinião, que a adesão do setor privado, provavelmente, se eventualmente isto se concretizar na Administração Pública, nos Açores, pode ser, sim, feita de forma voluntária.

Mas também é bom recordar que, neste preciso momento, quem efetivamente quer, no setor privado, aplicar 4 dias de trabalho aos seus trabalhadores já o faz.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

A Oradora: Aliás, há exemplos disto nos Açores, não é de agora, e também nalgumas empresas públicas regionais, já há muitos anos. Eu própria trabalhei numa e fazia 4 dias de trabalho, 2 folgas consecutivas.

Portanto, todas estas novas formas de organização laboral no setor privado, convenhamos nós, se não regularmos o tempo máximo que o trabalhador pode fazer, depende, sim, muito da vontade do próprio setor privado. E, eventualmente, poderão umas ver que as outras estão a ter bons resultados e quererem elas próprias, por iniciativa sua, aderir a esta matéria.

Obrigada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mal estava pedindo para me inscrever, já me estava dando a palavra…

Esse projeto-piloto que o Bloco de Esquerda aqui nos traz, como disse e bem a Sra. Deputada Sabrina Furtado, desde logo, não obriga ninguém a aderir à semana dos 4 dias, mas também não proíbe ninguém, como não está neste momento com a legislação que está em vigor, nem de reduzir o horário de trabalho, nem de reduzir o número de horas de trabalho. Aliás, já há muitas empresas, não só que reduzem o horário de trabalho, como permitem que o trabalhador faça algumas das horas de trabalho a partir de casa ou em sistema de mobilidade.

Aliás, na Administração Pública Nacional, neste momento, e eu conheço algumas realidades, nomeadamente na área do ambiente, na área geográfica de Lisboa e Vale do Tejo, já quase 90 % dos técnicos fazem o seu trabalho a partir de casa e com redução do horário de trabalho, precisamente porque consomem a sua energia, consomem os seus computadores, consomem as suas cadeiras, consomem as suas secretárias. E a compensação que lhes é dada é precisamente pela redução do horário de trabalho.

Mas não podemos decidir o nosso sentido de voto neste diploma sem olharmos àquilo que foram os resultados do projeto-piloto que foi implementado em 2023, na República, cujo relatório final foi conhecido a meados do ano passado, de 2024.

E o que é facto é que, quer no setor público, quer nas empresas, as conclusões são satisfatórias, 98 % das empresas põem a hipótese de implementar essa semana de 4 dias, depois do projeto-piloto. Foram empresas que tinham, em média, 39,3 horas de trabalho semanal, que passaram às 34, e tiveram resultados satisfatórios, principalmente naquilo que diz respeito ao absentismo, naquilo que diz respeito à sanidade dos trabalhadores, nomeadamente: 21 % de melhoria na assiduidade, 23 % na

fadiga, 19 % de redução dos problemas de sono dos trabalhadores. Uma série de coisas que estão no relatório, que quem quiser e tiver curiosidade de ver o pode visitar.

O argumento dos empresários açorianos, e que tive o cuidado de ler no relatório da comissão, de que isto reduz a produtividade, cai por terra se olharmos a esse relatório da implementação que foi feita no projeto-piloto de 2023 na República. E cai por terra quando este projeto de resolução que o Bloco de Esquerda aqui nos traz não obriga empresa nenhuma a implementar os 4 dias de trabalho, o que dá é a possibilidade de fazerem esta escolha, em acordo com o trabalhador. E, portanto, não percebo também algumas das posições radicais destes empresários contra este projeto-piloto, sendo que, a nível internacional, todos os projetos que são conhecidos são claramente benéficos para as empresas e para os trabalhadores.

Há casos óbvios em que, provavelmente, as empresas vão ter de contratar mais para fazer a mesma coisa, mas, obviamente, com as ferramentas que hoje estão ao nosso alcance, não podemos ficar estáticos e a pensar as empresas e o trabalho como pensávamos há 20 ou há 30 anos, os tempos são outros e as ferramentas são outras. Se nós ficarmos para trás, pois, o problema também é dos empresários, não é só e exclusivamente dos políticos. O problema é também de quem ficou sentado à espera de que, fazendo sempre o mesmo, as coisas acontecessem de outra forma.

Hoje, não se faz um pacote de bolachas com as mesmas pessoas que se fazia um pacote de bolachas há 30 anos; hoje, não se produz um pacote de leite com a necessidade de mão de obra que havia há 30 anos; hoje, não se ordenham cem vacas com o mesmo número de pessoas que era necessário ter há 30 anos. E, portanto, há muitas coisas que foram evoluindo: maquinaria, equipamentos, computadores, cibernética… Uma série coisas que não podemos esquecer e que trouxeram aos trabalhadores algumas comodidades, mas também exposição ao stress e exposição ao cansaço, que não se pode esquecer.

Do nosso ponto de vista, não vem mal ao mundo que se implemente esse projeto-piloto, é até benéfico que se o faça, no sentido de tirarmos desse projeto-piloto, quer na

Administração Pública, quer nas empresas que o queiram adotar, ensinamentos para um futuro próximo e para decisões que, provavelmente, nos vão cair em cima da mesa nos próximos anos, porque, não tenhamos dúvidas, cada vez vamos ter de trabalhar até mais velhos. E, portanto, se vamos ter de trabalhar cada vez até mais velhos, é bom que tenhamos, ao longo das nossas semanas de trabalho, tempo para fazermos aquelas coisas que gostamos de fazer, tempo para andarmos com os netos a jogar futebol, tempo para tratarmos das nossas hortas urbanas, tempo para tratarmos dos nossos *hobbies* e das coisas que nos dão prazer nesta vida, porque a vida não é para ser vivida com sacrifícios, a vida é para ser vivida na plenitude, porque ela é uma só. E mesmo aquela que diz "duas mesmo que é bom", como dizia o poeta, é preciso ver assinado em papel, passado pelo cartório do céu e assinado em baixo: "Deus."

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça favor.

Deputada Isabel Teixeira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tal como já foi referido, hoje, nesta sala, em junho de 2023, foi iniciado um projeto-piloto, a nível nacional, da semana dos 4 dias, no setor privado.

Este projeto de resolução recomenda ao Governo Regional que crie mecanismos de implementação do projeto-piloto da semana de 4 dias de trabalho, no setor privado, com a respetiva redução do número de horas de trabalho e sem diminuição da retribuição, desde que pretendam aderir voluntariamente a este projeto — importa ressalvar que seja desde que queiram aderir voluntariamente a este projeto —, a criação de um mecanismo de apoio às empresas privadas e organizações do setor social que pretendam aderir a este projeto-piloto e a concretização do projeto-piloto na Administração pública e no Setor Público Empresarial.

Nas audições em Comissão de Política Geral, o coordenador do projeto-piloto destacou duas dimensões principais da semana de 4 dias: a redução do tempo de trabalho, que melhora a conciliação entre trabalho e vida pessoal, saúde mental e satisfação dos

trabalhadores; e a reorganização do trabalho, que permite ganhos de produtividade sem impactar negativamente nos salários ou no desempenho das organizações.

Sabemos também que este projeto-piloto envolveu 41 organizações em Portugal. E, após 6 meses, a maioria das empresas viu vantagens e continuou com a nova organização.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Sra. Deputada, um bocadinho mais alto!

A Oradora: Eu consigo falar mais alto, Sr. Secretário, mas…

O mesmo deu seis conselhos para a implementação do projeto nos Açores: reunir consenso político, priorizar a investigação, escolher áreas com mais problemas operacionais, prever um aumento limitado de recrutamento, focar na preparação das mudanças de processos e desburocratizar o serviço para os cidadãos.

Durante a audição, foi discutida a importância de envolver os trabalhadores desde o início e a necessidade de experimentar para avaliar os impactos económicos e sociais.

Também, na Comissão de Política Geral, os representantes da UGT/Açores e da CGTP/Açores destacaram o potencial da semana de 4 dias para melhorar a produtividade, a qualidade de vida e o bem-estar dos trabalhadores, sublinhando a importância de garantir a sua implementação sem perda de rendimento.

Embora tenham reconhecido que a medida pode não ser consensual em todos os setores, defenderam a participação ativa dos sindicatos nos grupos de trabalho, a necessidade de negociação com os representantes dos trabalhadores e a realização de um debate público aprofundado.

Sabemos também que o programa do XIV Governo de coligação propunha avançar inicialmente com um projeto-piloto para a semana de 4 dias/teletrabalho, extensível igualmente ao setor privado, sempre em comum acordo entre o trabalhador e o empregador, para melhor conciliar a vida profissional com a vida pessoal e familiar do trabalhador.

A 6 de novembro de 2024, pelo Despacho n.º 2255/2024, foi criado o grupo de trabalho

para promover o estudo e a construção do projeto-piloto da semana de 4 dias. Diz o mesmo que este grupo de trabalho deve apresentar ao Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública uma proposta de plano de trabalho, no prazo de 90 dias a contar da data de publicação deste despacho. Já agora pergunto: em que ponto de situação se encontra esta proposta?

Durante a campanha eleitoral para as eleições regionais de fevereiro de 2024, o Partido Socialista nos Açores apresentou precisamente uma proposta de implementação de um projeto-piloto na administração pública regional direta, com possibilidade de extensão à administração indireta.

Acreditamos que, num momento em que se discutem novos paradigmas laborais, é essencial experimentar, avaliar e ajustar, com base em dados concretos e em diálogo com os trabalhadores e as organizações.

Nesse sentido, o Partido Socialista nos Açores tem acompanhado com atenção e interesse o debate em torno da semana de 4 dias e reconhece os potenciais benefícios da redução do tempo de trabalho para a qualidade de vida dos trabalhadores, para a conciliação com a vida pessoal e para a organização mais eficiente das estruturas laborais.

Neste contexto, sublinhamos que qualquer alargamento ao setor privado deve garantir, obrigatoriamente, a adesão voluntária das empresas, respeitando a sua realidade organizacional e financeira.

Trata-se, pois, de um debate relevante e atual, que merece ser conduzido com responsabilidade e abertura, mantendo sempre o foco na valorização do trabalho e na construção de um modelo económico mais justo e sustentável para os Açores.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor.

(*) **Deputado João Mendonça** (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como já debatido em sessões anteriores, o Bloco de Esquerda propõe a implementação da semana de 4 dias, com redução de horas e manutenção dos salários.

Embora a ideia tenha méritos e deva ser analisada, importa fazê-lo com responsabilidade. A sua aplicação levanta questões sérias para a competitividade das empresas e para a sustentabilidade das finanças públicas regionais.

A Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada alertou para os riscos de uma aplicação isolada nos Açores, destacando o aumento de custos, a possível perda de postos de trabalho e o agravamento da perda populacional. Acrescenta ainda que conceder apoios financeiros às empresas cria facilidades que não refletem as condições reais do mercado. No setor público, uma adoção imediata desta medida colocaria pressão adicional sobre as contas regionais e a produtividade dos serviços.

O Governo Regional, através do Orçamento para 2025, assume o compromisso de estudar modelos de organização do trabalho, promovendo um debate alargado com académicos, parceiros sociais e a sociedade civil. Só com uma análise rigorosa de atos, sem distorções, podemos decidir com seriedade.

A mudança só faz sentido se trouxer ganhos reais para os trabalhadores, para as empresas e para a Região como um todo. Este Executivo está profundamente empenhado em melhorar a vida dos Açorianos. Isso significa melhores salários, mais estabilidade, mas também mais tempo com a família, tempo pessoal, tempo com qualidade. Valorizamos o tempo das pessoas, porque sabemos que uma sociedade mais justa também se constrói com equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal, com mais bem-estar e saúde mental. Este é o compromisso deste Governo e é este o compromisso que continuaremos a apoiar.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Agradeço que se inscrevam.

Pausa.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor, tem a palavra.
(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): Muito obrigado.
Sr. Deputado Vasco Cordeiro, vejo que está atento aos trabalhos.
Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sempre!
O Orador: E vejo que está ansioso por me ouvir.
Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor é que está ansioso por falar.
O Orador: Mas dirijo-me, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado José Pacheco, porque me fez uma referência no final dos trabalhos da manhã, que eu não tive oportunidade de responder e gosto sempre de responder. Dizer-lhe, Sr. Deputado José Pacheco, que, infelizmente, não posso entrar nessa conversa, porque não estou aqui nas vestes partidárias, estou aqui como membro do Governo e, portanto, não posso, com muita pena minha, iniciar essa discussão, a discussão sobre o Primeiro-Ministro. Mas sempre lhe posso dizer uma coisa, não resisto em dizer-lhe o seguinte: V. Exa., em defesa da sua causa, necessita mais do que um Primeiro-Ministro, necessita, por exemplo, de um Primeiro-Ministro e de um Presidente da República. E isso V. Exa. encontra no líder do seu partido, que é simultaneamente candidato a Primeiro-Ministro e a Presidente da República, por isso a questão, penso, ficará resolvida.
Em relação à posição do PPM sobre esta matéria…
Deputado Nuno Barata (IL): Posição do PPM ou do Governo?

O Orador: Do Governo.

Deputado Nuno Barata (IL): Ah!

O Orador: Do Governo, que é também um Governo do PSD, do CDS e do PPM, por isso a frase não está inteiramente incorreta, está incompleta. Mas há muitas coisas em Portugal que estão a ficar incompletas.

Deputado Nuno Barata (IL): Foge-lhe a boca para a verdade!

O Orador: Portanto, o Governo do PSD, do CDS e do PPM.

Mas quero dizer-vos que, em relação a esta matéria, o Governo tem a posição que eu tive a oportunidade de apresentar na comissão. Está em curso um grupo de trabalho que está a desenvolver um projeto sobre esta matéria. Posso-lhe dizer que, sobre isto, a informação que tenho, até respondendo diretamente a uma das questões que me foi colocada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é que foi criado um grupo de trabalho, que está a recolher informação sobre experiências internacionais da semana de 4 dias em administrações públicas. Também foi estabelecido contacto com a mesma equipa que trabalhou na experiência do setor privado em Portugal, o Professor Rita Fontinha e o Professor Pedro Gomes, que também vão trabalhar com o Governo Regional neste projeto-piloto, que prevemos que se inicie até ao final do ano e que se estima que tenha uma duração de 6 meses. Também lhe posso dizer que estão a ser estudadas e definidas as condições laborais, que serão testadas no projeto-piloto da semana dos 4 dias, que serão primeiramente apresentadas aos sindicatos, bem como também está em estudo a análise e definição da amostra de serviços que vão integrar o projeto-piloto. Portanto, a nossa posição é a de que qualquer decisão sobre esta matéria que se venha a tomar tem em conta o trabalho que está a ser desenvolvido e será fundamentado nesse trabalho.

Porque é que esse trabalho é importante, este tipo de comparações internacionais e até a colaboração dos responsáveis pela equipa que fez o projeto-piloto nacional? Porque o contexto da Região Autónoma dos Açores é um contexto diferente do ponto de vista da natureza das empresas, das suas capacidades, daquilo que o diferencia do restante

tecido económico nacional. Portanto, é uma situação diferente. Como sabem, a Região Autónoma dos Açores é também a região que tem a menor produtividade do país, portanto, há uma contextualização que tem de ser feita.

Há também um conjunto de circunstâncias internacionais, a guerra comercial que está em curso, que, obviamente, tem de ser considerada do ponto de vista também dos seus impactos, do impacto que terá nas economias europeias, na economia portuguesa e também, obviamente, na economia açoriana, que é uma economia aberta, como sabem. Por isso, há uma contextualização que é preciso fazer no âmbito daquela que é a especificidade da nossa Região.

Portanto, decisões sobre esta matéria só após termos este trabalho feito, termos estas conclusões, termos este conjunto de itens desenvolvidos. E, portanto, a partir daí, sim, tomar uma decisão informada e dar a este projeto-piloto o formato que é necessário dar, tendo em conta o contexto específico da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sra. Deputada Olivéria Santos, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Já aqui foi dito e vou voltar a focar a questão: ninguém impede uma empresa privada de trabalhar os dias que quiser. Se uma empresa privada, hoje em dia, quiser trabalhar apenas 4 dias por semana, já o pode fazer, não precisa de um projeto-piloto para vir a implementar isso. A empresa privada tem toda a legitimidade, todo o direito e toda a liberdade para implementar as horas de trabalho que quiser, não excedendo o que está estabelecido por lei, mas estabelecendo os dias de trabalho que quiserem. Se quiserem

implementar 4 dias, 3 dias, 2 dias, ou até trabalhar 1 dia, têm todo o direito para o fazer. Aliás, há empresas do setor privado que já o fazem aqui nos Açores. E temos também um projeto-piloto, nos Açores, há muitos anos, que já reduziu a semana para zero dias de trabalho, chama-se RSI (Rendimento Social de Inserção)!

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Muito bem!

A Oradora: E são os açorianos, que trabalham 5 dias por semana, que pagam esses trabalhadores. Portanto, já temos esse projeto-piloto.

Não é só o CHEGA que tem dúvidas quanto a esta proposta, os próprios sindicatos e as próprias associações de empresários mostraram algumas opiniões divergentes em relação a esta matéria. Por exemplo, na Comissão de Política Geral, se é certo que os sindicatos foram favoráveis a esta proposta do Bloco, como foi ali referido pela Sra. Deputada Isabel, mas a Sra. Deputada Isabel não referiu o que disse o responsável pela Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, que "não é viável uma semana de 4 dias com a redução do horário e a sem redução da remuneração, nos Açores". Citando ainda, ele diz: "Esta medida poderia comprometer a competitividade das empresas. A proposta é irrealista na forma e no tempo." Disse ainda o responsável pela Câmara do Comércio e Industrial de Ponta Delgada: "É uma situação que seria bastante penalizadora da nossa competitividade e da nossa capacidade de criar postos de trabalho."

Portanto, tivemos aqui opiniões bem divergentes e bem contrárias. Se por um lado, os sindicatos, como é natural, defendem os trabalhadores; por outro lado, a Câmara do Comércio veio alertar para esta diferença de opiniões e para essa baixa produtividade que essa proposta poderia originar aos Açores.

Mas, meus senhores, se a gente quiser reduzir e olhar para os trabalhadores, para o seu bem-estar, para o tempo que passam com a família, para estarem em casa com as suas famílias — que acho muito bem, está a faltar e é preciso —, então, por que razão não fechar, aos fins de semana, supermercados, hipermercados e centros comerciais? Aí, sim, os trabalhadores teriam qualidade de vida, ficariam em casa, estariam com as suas

famílias. Por que razão não fechar, ao fim de semana, supermercados e hipermercados? Quando se fala nisso, cai o Carmo e a Trindade. Agora, a semana dos 4 dias já é um problema.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No seguimento das várias intervenções que se seguiram, eu julgo que há uma coisa que que não gera grandes divergências: ter mais tempo livre, ter mais tempo disponível é positivo para os trabalhadores. Julgo que isto não gerará grande divergência, é positivo para a família, para a conciliação do trabalho com a família, para o bem-estar das pessoas e também, naturalmente, até para a sua saúde.

O que gera, aqui, divergência é se a implementação de um projeto-piloto da semana de 4 dias no setor privado é ou não positivo para a economia e para as empresas. E, aqui, aquilo que nós vemos deste debate é que há quem, definitivamente, esteja preso ao século XX, esteja agarrado ao passado, não queira olhar para o futuro e não queira que os Açores sigam para o futuro. Querem que nós estejamos agarrados ao passado.

Implementar um projeto-piloto… Toda a gente disse, nas intervenções que me antecederam, que isto é voluntário. O projeto-piloto, naturalmente, no caso do setor privado, só pode ser voluntário. Ninguém está a alterar a legislação, o Código do Trabalho. Não se está a impor, como não poderia ser, porque é uma experiência que ainda está a começar em Portugal. Por isso, estamos a falar de um projeto de adesão voluntária.

E qual é a vantagem de existir um projeto de adesão voluntária? Um projeto em que o

Governo participa garantindo apoio técnico, qual é a vantagem? As empresas podem reduzir os dias de trabalho dos trabalhadores para 4 dias, para 3 dias, para os dias que quiserem, são livres de o fazer, mas a garantia de que há apoio técnico, para as empresas terem quem ajude a olhar para a empresa e a perceber o que é possível mudar para reduzir o número de horas trabalhadas, mudar os seus procedimentos internos, introduzir tecnologia que permita aumentar a produtividade, para muitas empresas, até tendo em conta o tecido empresarial que temos, é importante que haja técnicos com conhecimento e que possam ajudar. Ninguém conhece melhor as empresas do que os próprios empresários, mas, muitas vezes, o olhar de fora, o apoio e as ideias que podem ser trazidas por quem já implementou e ajudou outras empresas, pode ser um fator muito positivo para mudar as organizações, introduzir modernização e efetivamente contribuir para uma economia mais evoluída.

Há quem ache que não, que se deve deixar tudo como está. Algumas empresas, e ainda bem, há exemplos nos Açores efetivamente, implementam a semana de trabalho de 4 dias, mas isso ficará dependente de todas as empresas.

Agora, cabe aos poderes públicos também puxar pela economia, porque nós não podemos simplesmente ficar parados à espera que a economia avance. Se há alguma coisa que se possa fazer sem subsídios, que não há aqui nenhum tipo de subsídio, sem subsídios, é possível fazer a economia e as empresas modernizarem-se. Por isso, pensando no aspeto da economia e do ponto de vista das empresas, só há vantagens em implementar este projeto-piloto.

Não me surpreende, infelizmente, mas fico, claramente, desiludido por ver que haja quem tanto fale de economia e de empresas, mas, quando é para, efetivamente, modernizar a nossa economia, para ter uma economia mais capaz e mais produtiva para enfrentar os desafios dos tempos atuais, fique no século XX.

Gostaria de terminar dizendo que o Governo, Sr. Secretário, constituiu um grupo de trabalho para estudar a implementação da semana de 4 dias no setor público, e ainda bem que o fez. Todavia, esse grupo de trabalho, como já foi referido, já terminou o seu

prazo. Nesta altura, já deveríamos ter mais informação do que aquela que deu, não estávamos à espera de todo o detalhe, mas muito mais do que aquilo que foi a informação que nos transmitiu.

E, por outro lado, há um aspeto que nos preocupa… Aliás, como decorre da audição do Professor Pedro Gomes relativamente a este projeto, na comissão, referiu que estes projetos só funcionam se existir um processo participado desde o início entre empregadores e trabalhadores, que as decisões sejam tomadas em conjunto, para que vá a bom porto. E aquilo que o Sr. Secretário disse foi que serão apresentadas, aos sindicatos, as condições laborais. Ora, as condições laborais devem ser decididas com os sindicatos, com os trabalhadores, na Administração Pública, não devem ser apresentadas, devem ser decididas. Pode ter sido um lapso na terminologia, espero que sim, mas faço esse apelo: se é para fazer no setor público, e ainda bem que sim, que esse processo seja participado e seja feito em conjunto entre os dirigentes, entre o empregador, que, neste caso, é o Governo Regional ou os dirigentes dos diversos serviços, e os trabalhadores e os sindicatos.

No que diz respeito ao setor privado, nós só lamentamos que haja, por um lado, quem, neste Parlamento, ache que se deva simplesmente deixar e esperar que as empresas adiram. E, naturalmente, lamentamos que haja empresários, ou melhor, dirigentes de associações empresariais, no caso a Câmara do Comércio e Indústria, que ache que implementar um projeto-piloto (piloto!) é um crime económico. Bem, está tudo dito.

Deputado José Pacheco (CH): Pois está! Tem razão, está tudo dito!

O Orador: Basta ler os estudos sobre esta matéria e o relatório do projeto-piloto nacional para perceber, e é tão claro como a água, que fazer isto é o melhor que se pode fazer para a economia açoriana. Quando os dirigentes das empresas e os partidos que provavelmente votarão contra esta proposta — ainda não percebi bem se será a coligação e o CHEGA, ou não —, acham que isto é um crime económico ou algo do género, bem, está visto porque é que os Açores continuam a ser uma região pobre e atrasada.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não era para eu dizer mais nada sobre este projeto de resolução de Bloco de Esquerda, mas, na verdade, entusiasmado que fiquei com a minha primeira intervenção, esqueci-me de dois pormenores que me parecem importantes referir.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só mesmo o Sr. Deputado para se entusiasmar consigo próprio!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Olha só quem fala!

O Orador: O Sr. Deputado Joaquim Machado tem demasiados espelhos nesta sala. Eu já não ligo aos seus apartes de reflexo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Faz mal!

O Orador: Mas a primeira questão que queria aqui realçar é que esta é uma opção de escolha de empresários e trabalhadores. E não há nada de mais livre do que dar às pessoas a possibilidade de escolherem se querem ou não entrar num projeto-piloto dessa natureza.

Mas há uma questão que, para mim, é extremamente importante para que, na Região Autónoma dos Açores, neste momento, se comece a implementar projetos-piloto desta natureza, porque é uma inevitabilidade, no mundo ocidental, caminharmos para uma situação de semana de 4 dias de trabalho. E nós temos de estar preparados para este dia, senão há o dia em que vem o regulamento comunitário de aplicabilidade direta e nós não estamos preparados. Vem uma alteração do Código do Trabalho por via da aplicação de uma diretiva comunitária ou da adaptação de uma diretiva comunitária e nós não estamos preparados. E, portanto, este é o momento também de nós nos começarmos a preparar para este avanço civilizacional, que é a semana de 4 dias de trabalho.

E, posto isto, não me parece que haja muitos mais argumentos. Sendo uma questão de

escolha, sendo uma questão de preparação do setor, sendo uma questão que é importante para o bem-estar dos trabalhadores e para a produtividade das empresas, não me parece que venha mal ao mundo fazer uma experiência desta natureza.

Deputado Pedro Neves (PAN): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu também não ia intervir mais neste debate, mas, depois da intervenção do Sr. Deputado António Lima, obriga-me a fazê-lo. O Sr. Deputado António Lima, quando vê que o debate está todo em paz e que não esgrimimos argumentos demasiado contraditórios, pronto, tem sempre a tentação de pôr algumas achas na fogueira, porque, não podendo dizer mais nada, parte para aquela parte dos seus adjetivos. Eu já lhe disse, já tivemos várias conversas sobre essa matéria, mas, hoje, não estou numa de entrar no seu tipo de registo e, por isso, vou-me cingir aos argumentos sobre a iniciativa.

O Sr. Deputado António Lima diz que a aprovação desta iniciativa é para modernizar o tecido empresarial nos Açores. Sr. Deputado António Lima, nos tempos que correm, este Governo está mais preocupado em manter a dimensão e os postos de trabalho, a par e passo, de mãos dadas com as empresas dos Açores, para fazer face a uma brutal crise internacional. E o que menos importa, neste momento, é modernizar as empresas dos Açores…

Deputado António Lima (BE): Não gosta de modernizar?

A Oradora: … se isso significar ter de despedir pessoas, Sr. Deputado António Lima. Porque aí, sim, o que diria o Bloco de Esquerda sobre os empresários que viraram bichos papões e que não conseguiram manter os seus postos de trabalho?

Portanto, neste momento, importa consolidar o tecido empresarial dos Açores, fazer face às suas necessidades, para que não saiamos do registo — que tem sido o apanágio

deste Governo — do pleno emprego e falta de mão de obra na Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Se calhar, é isso que o incomoda, Sr. Deputado António Lima.

Além de que ainda não foi referido neste debate a dimensão das empresas que fizeram parte da amostra para o relatório a nível nacional. O tecido empresarial nos Açores e os setores principais da economia dos Açores são médias e pequenas empresas, Sr. Deputado António Lima. Por isso, cada empresário que queira e que pode, como já dissemos aqui, aderir a este tipo de projeto, tem de calcular muito bem como é que vai gerir a sua empresa, quando muitas têm um, dois, três, quatro trabalhadores, Sr. Deputado António Lima, que pode, eventualmente, a implementação da semana de 4 dias de trabalho, criar mais postos de trabalho. Até esta pergunta foi feita na comissão. E são divergentes as posições…

Deputado António Lima (BE): Então, vamos experimentar!

A Oradora: … entre o Conselho Económico e Social dos Açores e os próprios empresários dos Açores.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não são os empresários, é a Câmara do Comércio!

A Oradora: Perguntei-o duas vezes, e duas vezes nos foi respondido que também sobre isto há divergência nesta matéria.

Quanto à parceria pública que este Governo tem feito sobre matérias laborais com os sindicatos, Sr. Deputado António Lima, eu recordo que foi este Governo que revitalizou o Conselho Regional da Administração Pública…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Bem lembrado.

A Oradora: … onde são chamados os sindicatos a dar as suas opiniões, a fazer as suas propostas e que, por exemplo, no SIADAPRA (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública Regional dos Açores), foram incluídas no diploma final que veio aqui a esta Casa. Por isso, Sr. Deputado António

Lima, que o Governo faça todas as negociações com os sindicatos que é necessário fazer antes de trazer aqui os seus diplomas, já todos nós sabemos. O Governo não trabalha para os títulos de jornal, ao contrário do Bloco de Esquerda, por isso, se calhar, o Sr. Deputado não sabia que, por acaso, o Conselho Regional da Administração Pública reúne e goza de boa saúde.

E, portanto, na primeira intervenção não o fiz, Sr. Deputado António Lima, mas agora sou obrigada a fazê-lo: o que o Sr. Deputado António Lima e o Bloco de Esquerda vêm aqui propor que este Parlamento aprove é que seja feito exatamente o que o Governo Regional dos Açores já está a fazer há 6 meses, como, aliás, é seu hábito, pegar nalgumas ideias e trazer aqui. E, várias vezes, temos de dizer que o senhor, muitas vezes, só propõe fazer exatamente aquilo que já está a ser feito.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, V. Exa. interpretou mal ou analisou mal a questão. Em primeiro lugar, devo dizer-lhe que o facto de o Governo lhe ter agora informado que o Professor Rita Fontinha e o Professor Pedro Gomes vão integrar este grupo de trabalho, vão dar o seu contributo para este grupo de trabalho, é uma notícia que, obviamente, merece a concordância de V. Exa. Eu não digo isto por ser adivinho, digo isto porque é uma conclusão racional, porque V. Exa. fundamenta uma parte importante da sua

iniciativa no trabalho realizado por estes professores. Portanto, não poderia V. Exa. ficar mais contente tendo agora a informação de que aquele estudo que V. Exa. utiliza, que V. Exa. refere abundantemente, foi feito por estes professores. Se na nossa adaptação regional, se na nossa condição específica, eles também participam, portanto, com todo o conhecimento que têm, tendo em conta o trabalho que já desenvolveram no conjunto do país, eu acho que isto é uma excelente notícia, acho que V. Exa. concorda e acho que V. Exa. até considera que, para os seus propósitos, significa um reforço da credibilidade do trabalho que está a ser desenvolvido. Se V. Exa. concordou com o trabalho que foi feito a nível nacional, também concordará que a integração destas duas personalidades acresce mais credibilidade ainda ao projeto que está a ser feito. Por isso, concluo que V. Exa. estará agradado com a inclusão destas personalidades no trabalho que o Governo está a fazer.

Depois, também lhe quero dizer o seguinte em relação às questões dos sindicatos: isto é um trabalho científico, é um trabalho que está a ser realizado para ser apresentado. E o que eu li foi: "Em primeiríssima mão, os sindicatos." Ora, os sindicatos estarão ou não estarão de acordo. Tenho quase certeza de que estarão de acordo em relação ao desenvolvimento deste projeto, que, como de V. Exa. sabe, terá, depois, várias valências. Portanto, serão discutidas com os sindicatos, numa situação em que eles são os parceiros, são também os interessados, são-lhes apresentadas as diversas nuances nesta matéria, por onde é que nós vamos tendo em conta o trabalho científico que aqui foi feito e os parâmetros que aqui foram considerados.

Por isso, V. Exa. não discordará desta matéria. Agora, o que considero que é muito importante é que é preciso ter em conta que foi no Orçamento de 2025 que o Governo propôs a inclusão desta norma, em concreto o artigo 17.º, em 2025, em que o Governo Regional promove o estudo e a implementação do projeto-piloto de flexibilização laboral, que terá como propósito analisar e testar formas de organização do trabalho na Administração Pública Regional. Ou seja, foi o Governo Regional que o propôs em primeira instância. Agora, é evidente que o Governo espera pela conclusão deste

projeto.

Deputado António Lima (BE): Mas já terminou!

O Orador: É isso que nós estamos à espera. E é isso que nós vamos implementar.

Agora, em relação às questões que V. Exa. possa colocar em relação, por exemplo, à iniciativa privada, já verificou, V. Exa., através do relatório, que aí a opinião já não é unânime.

E como bem lembrou também o Sr. Deputado Nuno Barata, nada impede que os privados possam adotar a semana de trabalho de 4 dias.

V. Exa. apresentou como se fosse uma questão magnífica, uma questão em que as empresas e os trabalhadores têm tudo a ganhar. Portanto, eu não digo que não. Mas, se é assim, V. Exa. acha que os empresários não o fazem, porquê? Porque é que, tendo a oportunidade de implementar a semana de trabalho de 4 dias, não o estão a fazer? Por desconhecimento? Por desinteresse? É preciso que o Parlamento lhes diga que o devem fazer, que o Parlamento lhes diga que devem utilizar um instrumento que lhes vai permitir aumentar a produtividade e, assim, os rendimentos das suas empresas? Eles estão à espera de que o Parlamento e, em especial, o Bloco de Esquerda lhes indique o caminho empresarial, aquilo que é mais eficaz, aquilo que irá aumentar a rentabilidade? Estarão à espera, os empresários, de fazer uma coisa para a qual não são obrigados a fazer no futuro e que ainda não fazem porque não querem? Estarão à espera de uma recomendação política nessa matéria? Sr. Deputado, devo-lhe dizer que não concordo com a sua opinião. E concordo mais com a opinião que o Sr. Deputado Nuno Barata manifestou nesse aspeto em particular da proposta.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-nos claro que, desta proposta do Bloco de Esquerda aqui trazida a discussão, se verifica quase uma… não digo unanimidade, porque o CHEGA tem uma posição diferente, assente mais na posição dogmática de uma Câmara do Comércio, que, obviamente, manifesta uma opinião sem qualquer estudo feito sobre o assunto, porque não pôde tê-lo nem experienciou, que refere que vai ser posta em causa a produtividade e a eficiência das empresas. Isso não está comprovado, é a opinião da Câmara do Comércio. Nós respeitamos, mas é assente apenas e tão só nessa mera opinião, ao contrário, como foi aqui dito por todos, do estudo feito, do relatório, apresentado pelo Professor Pedro Gomes, e ouvido em comissão, que referiu que, experimentado esse projeto-piloto em 41 empresas, com mais de mil trabalhadores, aquilo que se verifica — e isso é uma conclusão palpável e assente numa realidade comprovada — é que a maior parte dessas empresas, elas próprias, não quiseram voltar ao esquema anterior e que permaneceram na semana dos 4 dias.

Posto isto, sendo essa a nossa opinião de que não vem mal ao mundo se se fizer esse projeto-piloto, aliás, representará, seguramente, um passo que tem de ser dado para a nossa evolução, um passo que, atenta a complexidade que envolve a adaptação dos trabalhadores e das próprias empresas a essa situação, precisa de ser dado com cautela, daí vermos também com bons olhos o apoio técnico a dar às empresas na implementação desse projeto, resta-me apenas e tão só, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, perguntar ao Sr. Secretário, que referiu, e nós também vimos com agrado, que foi criado um grupo de trabalho, o seguinte: quantas vezes é que reuniu esse grupo de trabalho? Se nos pode, eventualmente, sem fazer qualquer inconfidência, divulgar os relatórios intercalares entretanto produzidos, se os tiverem sido. E, finalmente, se, porventura, o Governo deu algum *timing* a esse grupo de trabalho para a apresentação do seu relatório final, ou se irá apenas esperar até que o mesmo seja

apresentado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a falar de uma matéria que é importante e que é muito cara a quem trabalha. Quem não deseja ter mais tempo disponível para a família e ter mais tempo disponível para si sem perder rendimento? Quem não deseja isso? Quem não deseja trabalhar menos e, se calhar, até mesmo ganhar mais?

Agora, temos também de ser esclarecedores neste debate, porque quem nos está a ouvir pode julgar que há aqui uma parte do Parlamento que é a favor da semana de 4 dias e que há outra parte do Parlamento que é contra a semana de 4 dias. Não é isso que aqui está em questão. O que é que está em questão é uma recomendação do Bloco de Esquerda que recomenda ao Governo que faça algumas coisas. Uma das coisas que o Bloco de Esquerda recomenda que o Governo faça é aquilo que o Governo já havia decidido fazer, que é um projeto-piloto da semana de 4 dias na função pública. E, portanto, nessa matéria, esta iniciativa é uma iniciativa oportunista, ou seja, o Governo já havia anunciado que ia fazer um projeto-piloto da semana de 4 dias na função pública, e o Bloco de Esquerda vem recomendar ao Governo que faça isso. Portanto, é oportunista.

A outra parte que recomenda ao Governo que faça é aquilo que já foi feito no nosso país, ou seja, o nosso país, em 2023, já teve um projeto-piloto para que empresas privadas nacionais, incluindo empresas dos Açores e da Madeira, fizessem uma experiência-piloto de implementação da semana de 4 dias. E houve empresas açorianas

que participaram nessa experiência-piloto nacional. Portanto, recomenda ao Governo, 2 anos depois, que faça, nos Açores, aquilo que já foi feito a nível nacional e no qual houve participação de empresas regionais.

Deputado António Lima (BE): Uma!

O Orador: Portanto, sabendo que… eu não sei se o Bloco de Esquerda saberá, mas nós, aqui, no CDS e na coligação, temos consciência de que cerca de 90 % do tecido empresarial regional são micro, pequenas e médias empresas…

Deputado António Lima (BE): Leia o relatório da comissão!

O Orador: … muitas das quais de índole familiar e de autoemprego, que constituem a empresa por uma questão de fiscalidade, portanto, que empregam elementos do mesmo agregado familiar na maioria dos casos, que os empregados são membros do agregado familiar e não pessoas contratadas exteriores ao agregado familiar, eu pergunto se esta proposta da experiência da semana de 4 dias — e o proponente da iniciativa, o Sr. Deputado António Lima, vai ter de nos explicar — se adequa a uma empresa familiar com um, dois, três ou quatro pessoas a trabalhar. Como é que pequenos cafés, pequenos restaurantes, pequenas vendas, em todas as nossas ilhas, do Corvo a Santa Maria, vão conciliar a semana de 4 dias? Porque, é assim, nem todas as empresas açorianas empregam vinte, trinta, cinquenta, cem funcionários. Isso acontecerá num número muito reduzido de empresas. E, seguramente, não acontece em todas as ilhas. E, portanto, gostaria de perceber como é que se aplica isto que o Sr. Deputado António Lima está sugerindo. Fico a aguardar essa resposta.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Pinto, sempre que intervém naquela bancada, ou quase sempre, para falar de propostas do Bloco de Esquerda, traz um insulto na manga. Desta vez foi "oportunismo".

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): "Oportunismo" é insulto?! Não me desafie, Sr. Deputado!

O Orador: E é essa desonestidade que eu tenho que salientar, porque há sempre uma desonestidade dali daquele lugar. Sr. Deputado Pedro Pinto, se tivesse lido o relatório da comissão, que pelos vistos não leu, tinha percebido a resposta do Professor Pedro Gomes a essa mesma questão que o senhor colocou. Só que o senhor não leu, não quis ler, teve mais que fazer e não leu. O Professor Pedro Gomes sublinhou que, "nas pequenas e médias empresas, o processo é de mais fácil implementação, esta mudança, que é tudo mais ágil e que, por isso, quer em Portugal, quer noutros países, têm sido as pequenas e médias empresas a experimentar e não veem isso como uma barreira". Referiu que, "em relação às empresas com um ou dois trabalhadores, aí não faz muito sentido, porque os principais exemplos são as empresas com cinco a dez trabalhadores".

Vem o Sr. Deputado Pedro Pinto, a seguir, dizer: está a ver? Não é possível nas empresas com um ou dois trabalhadores. Como é que vai ser? Sr. Deputado, é de adesão voluntária. Qual foi a parte que não percebeu? Por isso, está respondido.

Mas vamos a coisas sérias, que é isso que interessa: eu registo, Sr. Secretário, a abertura do Governo e a necessidade que o Governo encontra de negociar com os sindicatos esta matéria e de incluir especialistas, estes ou outros, no processo da Administração Pública. Muito bem, concordamos e ficamos satisfeitos. Mais satisfeitos ficaríamos se o Governo quisesse alargar o projeto-piloto ao setor privado. O Governo não quer, é legítimo. Nós discordamos totalmente dessa ideia do Governo em esperar, eventualmente, pela conclusão do projeto no setor público, para possivelmente fazê-lo

no setor privado. Discordamos, é ficar à espera desnecessariamente num momento em que é fundamental e importante, claramente, mudar a organização empresarial e contribuir para essa mudança, para essa evolução.

Há bocado, a Sra. Deputada Sabrina Furtado referiu um exemplo dizendo que as empresas dos Açores são micro e pequenas empresas. É verdade, mas são mesmo as micro e pequenas empresas as que mais aderem, porque as grandes empresas não têm tido vontade de aderir a este tipo de projeto. Por isso, o potencial, nos Açores, de essa mudança existir e o potencial de incentivar as empresas efetivamente a optar por esta modalidade de organização do trabalho, é enorme.

E se há setores onde isso é mais difícil, é verdade, a Administração Pública é talvez o setor ou dos setores mais difíceis de o fazer, porque há setores de grande complexidade, como a saúde, como a educação. Isso traz desafios enormes.

Mas, mesmo assim, no caso que está referido no relatório do projeto nacional, a única empresa, a única entidade que necessitou de contratar mais trabalhadores, no caso uma trabalhadora ou um trabalhador, foi uma creche. E foi apenas um trabalhador em 22. Todas as outras empresas conseguiram implementar o projeto sem aumento do número de trabalhadores. Isso é significativo, é muito significativo, para além das vantagens que já foram aqui referidas, de redução do absentismo, de melhoria da compatibilização da vida pessoal e familiar, há vantagens. As dificuldades existem em quaisquer mudanças, haja efetivamente vontade de as fazer.

Muito obrigado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): O senhor não ouviu os empresários na comissão?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obrigado, Sr. Deputado António Lima, por ter lido a resposta que o Sr. Professor Pedro Gomes me deu, a mim, à questão que eu coloquei em comissão. Portanto, como vê,

não precisava de ter lido o relatório, porque eu estive na comissão, questionei o Sr. Professor Pedro Gomes e essa foi a resposta que ele me deu, a mim: cinco a dez funcionários. E as empresas com menos? Essa é uma questão à qual o senhor não respondeu.

Deputado António Lima (BE): Respondi, sim.

O Orador: O senhor respondeu com as palavras do Sr. Professor Pedro Gomes. Portanto, na realidade, o Bloco de Esquerda não sabe nada disto. O Bloco de Esquerda agarra-se é aos argumentos de outras entidades para justificar aquela que é a sua proposta.

Mas mais, Sr. Deputado António Lima, neste momento, à data de hoje, qualquer empresa, independentemente da sua dimensão, do número de trabalhadores que tenha, pode implementar a semana dos 4 dias, dos 4 dias e meio, dos 3 dias, dos 2 dias, de 1 dia, do que bem quiser e pagar o que bem entender. É livre, à data de hoje, de fazer isso. Mas o Bloco quer recomendar que se faça um projeto-piloto. E, portanto, tendo já havido um projeto-piloto a nível nacional, explique-nos qual é a vantagem de repetir um projeto-piloto nos Açores para o setor privado, quando isso não vai implicar alteração legislativa nenhuma, porque, à data de hoje, qualquer empresa já pode aplicar o regime laboral que bem entender.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Respondendo aqui ao Sr. Deputado João Vasco Costa, que há bocadinho dizia que o CHEGA focou-se nas declarações de uma pessoa na Comissão de Política Geral, aquela pessoa, que por acaso é um empresário, não estava lá na qualidade de empresário, estava lá na qualidade de Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e de Santa Maria. Essa pessoa representa empresários e não foi falar por si, foi falar por aquilo que os empresários pensam, foi isso que ele fez.

O CHEGA não desvaloriza estudos. Agora, há coisas que, sinceramente, não precisam de estudos, há coisas que basta falar com as pessoas. É preciso parar de legislar e de querer fazer as coisas sem falar com as pessoas e sem saber efetivamente o que elas querem. Neste caso, fez-se o estudo. Daqui a dias, está-se a fazer um grupo de trabalho para analisar o estudo do estudo. E depois, com sorte, ainda se faz mais um grupo de trabalho para avaliar as conclusões do grupo de trabalho que estudou o estudo.

Deputado José Paulo Sousa (CH): E, depois, um subsídio, porque o estudo correu mal!

A Oradora: E, depois, um subsídio, porque correu mal. As empresas, daqui a dias, estão a pedir subsídios porque aderiram à semana dos 4 dias. Depois, como não têm mão de obra, não têm produtividade, para não fecharem as portas, estão a pedir um subsídio ao Governo, porque, afinal, a semana dos 4 dias correu mal. É tão simples como isso.

Portanto, desvalorizar a opinião da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, como fez o PS, como fez ali o Sr. Deputado, não, o CHEGA não faz, o CHEGA valoriza, porque é para isso que as pessoas existem. Se esse senhor, o Professor Mário Fortuna, é o representante dos empresários e foi lá nessa qualidade, se ele deu a sua opinião, que por acaso o CHEGA concorda, portanto, foi isso que eu disse, não inventei

nada. E o Professor Mário Fortuna não precisou de um estudo, porque ele foi falar com os empresários. Ele não precisou de um estudo para falar com os empresários, ele falou com os empresários diretamente. E os empresários é que lhe disseram que não, que não era produtivo.

Disse.

Deputado José Sousa (CH): Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Com base em quê?

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A proposta para a avaliação do impacto e da exequibilidade de uma semana de 4 dias é algo que já tem alguns anos no seio da atividade dos TSD/Açores e que o PSD acolheu e incorporou no seu programa eleitoral, que foi maioritariamente sufragado em fevereiro do ano passado, que, portanto, por essa via, passou a integrar o programa do Governo, isto porque nós consideramos que, usando uma expressão que é título de um livro do Professor Pedro Gomes, "Sexta-Feira é o Novo Sábado".

Tudo aquilo que tiver a ver com a segurança, o bem-estar, a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores, obviamente, naturalmente, estamos desse lado e não deixaremos de fazer a nossa luta para que isso se concretize, numa perspetiva e prática de diálogo concertado com os empresários, porque a nossa perspetiva é exatamente assim, é transversal, faz-se com trabalhadores e empresários, porque só nessa conjugação é que é possível gerar riqueza e também as condições de trabalho que propiciem, porventura, a concretização de uma semana de 4 dias.

Esta mudança que se pode adivinhar ao nível do número de dias de trabalho por semana

é polémica. É polémica hoje como foi na transição do século XIX para o século XX e como foi, depois, também da passagem dos 5 dias e meio para 5 dias. Aliás, uma experiência iniciada em Inglaterra, que por isso mesmo ficou para a história como a "semana inglesa".

Se isto fosse fácil de operacionalizar, seguramente que as grandes economias mundiais, neste momento, já tinham todas implementado e concretizado a semana de 4 dias. Se fosse fácil, já estava concretizado. E o que nós verificamos é que as grandes economias mundiais, até antes do contexto desta guerra tarifária que por aí vai à escala global, não avançaram neste sentido…

Deputado Francisco Lima (CH): Avançaram!

O Orador: … exatamente porque há aqui muitos fatores a considerar, nomeadamente: quais são os setores (não pode ser em todos); qual é a dimensão das empresas onde isso é possível; a disponibilidade de mão de obra. E reparem que, só falando nestes três factos — setores, dimensão das empresas e disponibilidade de mão de obra —, logo aí, a nossa circunstância açoriana e as nossas circunstâncias atuais de falta de mão de obra por pleno emprego, a dimensão das nossas empresas, os setores, a dimensão e a variabilidade que isto tem na decomposição das nove ilhas, tudo isto são razões que, naturalmente, justificam o estudo e a ponderação que estas matérias, obviamente, requerem.

O projeto de resolução do Bloco de Esquerda numa coisa é coerente, e temos de reconhecer: está, do princípio ao fim, sempre, sustentado por uma, e vou dizer assim, obsessão ideológica, que o Bloco mantém, portanto, que é de ser o setor público a controlar o privado.

Deputado António Lima (BE): Controlar?! Onde é que está a palavra controlar?

O Orador: Isso, naturalmente, não tem acolhimento no PSD, não tem acolhimento nos partidos que formam o Governo, mas também não tem acolhimento, esmagadoramente, na sociedade açoriana, porque, de contrário, o senhor teria um grupo parlamentar e com muitos deputados. Portanto, a validade da perspetiva do Bloco de Esquerda,

naturalmente, não faz, digamos, valia junto dos Açorianos.

Nós entendemos que o estudo que o Governo Regional se comprometeu a fazer e está a desenvolver é importante, mas não só isso, estas matérias devem ser…

Deputada Andreia Cardoso (PS): Louvado seja Deus!

O Orador: … tratadas num clima de diálogo e de concertação que envolva os trabalhadores através das suas representações sindicais.

E aqui, Sr. Deputado António Lima, lembrando-me de um aparte que fez ontem, não é a central sindical do PSD, são os legítimos representantes dos trabalhadores, e a UGT (União Geral de Trabalhadores) congrega muitos sindicatos. Agora, para nós, os sindicatos são todos bons até prova em contrário, e não fazemos a distinção dos sindicatos pela base ideológica que possa prevalecer numa ou noutra central.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito bem!

O Orador: Já agora, essa concertação, naturalmente, não pode deixar de fora os empresários. E não temos preconceitos sobre isso, contrariamente àquilo que tem o Bloco de Esquerda e às posições, sempre, contra os empresários, que o senhor assume, nomeadamente na comissão que fez a apreciação desta resolução.

Deputado António Lima (BE): O quê? Este homem não é normal!

O Orador: Por fim, gostava só de dizer o seguinte: esta resolução do Bloco de Esquerda também é coerente com outras resoluções do Bloco de Esquerda. Primeiro, é uma resolução que recomenda e, portanto, não faz lei de coisa nenhuma. Em segundo lugar, o compromisso do Governo já está até no Orçamento deste ano. Em terceiro lugar, o estudo na Administração Pública está a ser feito.

Nós não podemos nem devemos obrigar os privados a sujeitarem-se a um estudo-piloto ou a tomarem a decisão que eles próprios podem tomar.

Portanto, em síntese, Sr. Deputado António Lima, esta resolução é aquela com a qual e sem a qual ficamos todos tal e qual.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor.
(*) **Deputado João Vasco Costa** (PS): Obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
A gente ficou todos tal e qual sem a resposta do Sr. Secretário às perguntas que lhe fiz. Por isso, vou insistir, esperando pela boa vontade do Governo no sentido de me esclarecer, para perceber quantas vezes é que reuniu o grupo de trabalho que o senhor criou. Se pode divulgar os relatórios intercalares produzidos por esse grupo de trabalho, que, ao que parece, nem sequer está a cumprir o prazo que o próprio Governo fixou. E se alguma vez deu *timing* a esse grupo de trabalho para a apresentação do relatório final. São essas as três perguntas que fiz há pouco, que reitero agora. E agradeço que possa esclarecer esta Câmara e com isso esclarecer também os Açorianos.
Muito obrigado.
Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor.
(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Sr. Deputado, no momento em que estamos preocupados em aumentar a produtividade das instituições, V. Exa. fala-me de relatórios, de relatórios intercalares, de atas. Ou seja, V. Exa. parece, desculpe, não leve a mal, um burocrata soviético, a pedir-me

tantos relatórios, tanto trabalho, tanto não sei quê…

Posso-lhe dizer uma coisa: serão, seguramente, mais reuniões, mais relatórios, mais relatórios intercalares do que o grupo de trabalho que foi promovido sobre esta matéria durante os 24 anos do Partido Socialista, em especial durante a governação do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que deve estar aqui a pensar: não me lembrei, ao longo dos 8 anos em que estive no Governo, de fazer isto.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó Sr. Primeiro-Ministro!...

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Portanto, serão mais relatórios, serão mais atas. Existirá uma reflexão maior sobre esta matéria do que existiu durante os Governos do Partido Socialista, isso de certeza absoluta.

Por isso, V. Exa. pode solicitar através de um requerimento. Eu posso-lhe remeter essa informação que entender. Como é óbvio, não estou, agora, aqui, a mostrar-lhe os relatórios intercalares, as atas e tudo isto, porque, obviamente, isso é completamente fora do lugar, completamente fora de uma discussão deste tipo.

Sr. Deputado, o que importa é que esta medida se está a fazer pela primeira vez.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Onde?

O Orador: Em 24 anos, o Partido Socialista nunca o fez e governou esta Região durante 24 anos! E agora, os senhores são os defensores de uma coisa que, podendo ter feito ao longo destes 24 anos, não fizeram. Estavam tão convencidos. Que luz se acendeu nos vossos cérebros? Que luz se ascendeu no cérebro de V. Exa. para, agora, se lembrar de fazer uma coisa que nunca fez? Agora, então, o que V. Exa. se lembra é de pedir atas, de pedir relatórios, etc. V. Exa. deveria estar a pedir era desculpa por nunca ter avançado nesta matéria ao longo de 24 anos. Ao longo de 24 anos, nunca avançou nesta matéria. Mas, agora que este Governo Regional avançou, que tem esse

compromisso, que inscreveu no Orçamento, vem aqui V. Exa. perguntar por atas, perguntar por relatórios intercalares!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor.

(*) **Deputado João Vasco Costa** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, o senhor vai insistindo na provocaçãozinha. Já foi provinciano… Agora, qual foi a expressão que usou? Soviético, qualquer coisa de militar soviético ou burocrata soviético. Não é ainda desta vez que lhe hei de responder à letra, porque acho que é desnecessário, quer para os Açorianos, quer para si próprio, entrar nesse tipo de debate, não é isso que aqui nos traz.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: O que lhe quero dizer, o que reitero, Sr. Secretário, é o seguinte… Eu percebo, nós já nos conhecemos há alguns anos. Eu não o conheço há tantos como isso, porque há pessoas aqui mais antigas do que eu, mas conhecemos os seus procedimentos.

Deputado Berto Messias (PS): De ginjeira!

O Orador: Quando o senhor começa a aumentar os níveis de decibéis da sua intervenção, é quando começa alguma coisa a correr mal. E, portanto, isso é um bom sinal da perspetiva de quem lhe faz as perguntas e que obtém desse lado resposta nenhuma… Não é resposta nenhuma, é uma resposta que desconsidera aquilo que os senhores apelidaram de centralidade do Parlamento. O senhor manda-me fazer um requerimento?! Nós estamos nesta sala a fazer perguntas de uma forma legítima, de uma forma leal, à espera de que o senhor nos esclareça e esclareça com isso os

Açorianos todos. Eu não lhe pedi ata nenhuma, não desvirtue as perguntas que lhe fiz, não subverta aquilo que perguntei. O que lhe perguntei foi: quantas vezes reuniu o grupo de trabalho que o senhor criou?

Onde é que estão os relatórios intercalares, que o senhor deu prazo para serem concluídos e que, mesmo assim, não foram respeitados esses 90 dias que o senhor dá, num despacho de 6 de novembro de 2024, que diz que são 90 dias? Acabaram em 6 de fevereiro, e depois, onde é que estão esses relatórios? E esses prazos que não foram cumpridos?

E, finalmente, uma pergunta simples, que não precisa que o senhor vá fazer grandes estudos para dar a resposta, a propósito do eventual *timing* que tenha dado para que esse estudo esteja concluído.

Portanto, é muito simples, Sr. Secretário, basta querer colaborar com o Parlamento, querer esclarecer os Açorianos e não arranjar aqui subterfúgios para não responder àquilo que é tão simples e que lhe foi perguntado de uma forma leal, clara e sem qualquer espírito de ofender a dignidade e honra deste Governo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Vasco Costa, V. Exa. não fique zangado com a expressão de uma solicitação soviética, porque isso é uma referência que é feita historicamente sempre que alguém está muito preocupado com relatórios, com um conjunto grande de burocracia, que era a sua preocupação essencial. Em termos de produtividade, esse tipo

de preocupação nunca levou ao desenvolvimento de coisa nenhuma, sempre impediu o desenvolvimento e a inovação social, como se viu pela experiência soviética, em que, de 5 em 5 minutos, havia um relatório para fazer. Por isso, essa expressão, Sr. Deputado, não leve a mal, é uma expressão que se pode utilizar sempre que um determinado interveniente mostra essa preocupação tão excessiva.

Devo-lhe dizer também, Sr. Deputado: não fico ofendido pelo facto de eu lhe ter dito que serão, com certeza, mais relatórios e mais reuniões do que aqueles que o Partido Socialista fez em relação a essa matéria. Eu tenho a certeza absoluta de que serão mais reuniões e mais relatórios…

Deputado Carlos Silva (PS): Mas quantas vezes reuniu? Responda!

O Orador: … por uma simples razão: pelo menos uma reunião teriam feito e pelo menos um relatório teriam feito. E sobre esta matéria, em relação à semana de trabalho de 4 dias, o Partido Socialista, tenho a certeza, em 24 anos, fez zero reuniões. É uma constatação simples, Sr. Deputado.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Mas quantas é que o senhor fez?

O Orador: Em relação a relatórios e em relação às questões que me colocou, já lhe disse, com essa preocupação burocrática, eu terei a oportunidade de lhe fazer chegar esses dados em relação aos relatórios, se são 5, se são 6, se são 7, se são 8, porque essa é a preocupação de V. Exa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Essa candidatura está-lhe a fazer mal.

O Orador: Eu acho é que V. Exa. se deveria preocupar, e os Açorianos estão preocupados, e a centralidade do Parlamento dos Açores conquista-se, é com a certeza absoluta de que este projeto vai ser feito até ao final do ano, vai ser implementado, coisa que nunca foi feita ao longo dos 24 anos do Partido Socialista nesta matéria. Isso é que eu tenho a certeza que preocupa os Açorianos. E isso pode ter V. Exa. a certeza de que vai ser feito, o que é muito mais do que alguma vez o Partido Socialista fez nesta matéria.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já se sabe!

Deputado Berto Messias (PS): Já percebemos, pela sua resposta, que não está nada feito!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.
Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor.
(*) **Deputado João Vasco Costa** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Ó Sr. Secretário, eu não vou fazer três perguntas, vou fazer uma pergunta de cada vez, porque presumo que o Governo, quando cria um grupo de trabalho, fá-lo no pressuposto de que esse grupo de trabalho é para apresentar qualquer coisa que seja interessante, útil e que possa ajudar a governação da Região. Ora, se é esse o pressuposto, é natural que se pergunte. E a primeira pergunta é esta: quantas vezes é que reuniu o grupo de trabalho?
Muito obrigado.
Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pausa.

Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor, tem a palavra.
(*) **Deputado João Vasco Costa** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu presumo que o Sr. Secretário não quer responder à minha pergunta, não quer responder a este Parlamento, refugiando-se no hábito, que já vem sendo recorrente também em alguns membros do Governo, quando não querem esclarecer e mostrar a transparência que também apregoam, de nos remeter para fazer perguntas em requerimentos: metam lá isso num requerimento, que a gente depois responde. Não, Sr. Secretário, eu fiz-lhe a pergunta e volto a fazer.

Agora, vou-lhe fazer a segunda pergunta: pode divulgar, sem cometer nenhuma inconfidência, o teor dos relatórios intercalares? Porque isso é importante para perceber qual é o caminho que estamos a fazer e quais são as conclusões a que depois havemos de chegar, para perceber se isso vale a pena ou se não vale a pena implementar. Tudo isso é um trabalho que importa perceber. E não é feito aqui com outro intuito que não este: perceber em que estado está a arte, para podermos tirar as conclusões que são necessárias tirar, com a maior clareza.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado João Vasco Costa, que essa sua obsessão de quantas reuniões é que fez o grupo de trabalho é algo absolutamente ridículo.

Deputado Carlos Silva (PS): Ridículo é zero reuniões.

O Orador: Agora, vou-lhe dizer: cem, duzentas, trezentas… O que é que isso define? Que informação é essa que define em relação àquela que é a matéria que aqui está, de facto, em discussão? O que lhe posso dizer é que foram feitas várias reuniões do grupo de trabalho, como é óbvio.

Deputado Berto Messias (PS): Várias?! Só se foi na clandestinidade!

O Orador: E este grupo de trabalho, em relação à questão que V. Exa. colocou, que tive a oportunidade de transmitir logo, o que ficou deliberado é que seria muito

importante, no trabalho que está a realizar-se, no contexto açoriano, também incluir aquela que é a experiência e a competência do Professor Rita Fontinha e do Professor Pedro Gomes, no sentido de poderem também trazer a este grupo de trabalho toda a sua experiência de âmbito nacional, contextualizando aqui. Isso é que eu acho relevante.

Essa pergunta que V. Exa. me colocou: onde é que os senhores decidiram avançar? Foi no sentido de aumentar a capacidade deste grupo de trabalho, trazendo a experiência nacional, trazendo o prestígio e a credibilidade de quem fez o estudo a nível nacional, que o Bloco de Esquerda aqui tanto citou. E, portanto, tive a oportunidade de lhe dizer, foi uma das decisões que foi tomada em relação a este grupo de trabalho, que essa, sim, é muito relevante, porque traz toda essa capacidade, toda essa experiência e que mostra qual é a natureza daquilo que nós estamos a fazer, que é aprofundar esta matéria, é ter, em relação a esta matéria, os melhores estudos, os melhores profissionais, gente a colaborar connosco que é muito credível e que merece a credibilidade do Partido Socialista, merece a credibilidade do Bloco de Esquerda. Essa, sim, é uma questão bastante relevante e está respondida. Qual é o teor? O teor é de aprofundar, melhorar ainda mais, dar mais credibilidade ao trabalho que está a ser desenvolvido pelo grupo de trabalho. Portanto, tive a oportunidade de lhe dizer que o Professor Rita Fontinha e o Professor Pedro Gomes vão colaborar, estão a colaborar com este grupo de trabalho.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor.

(*) **Deputado João Vasco Costa** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Secretário, eu já estou a ficar com vontade de rir até, porque o senhor, de facto,

tem uma habilidade incrível para não responder quando não quer responder. Mas eu vou-lhe dizer o seguinte, ó Sr. Secretário: nós congratulámo-nos com a decisão que o Governo tomou de chamar a esse grupo de trabalho as personalidades que indicou, nós achamos que isso é uma boa medida e com isso concordamos. Não há absolutamente nada a apontar a esse nível.

A questão é: o Sr. Secretário diz que a minha pergunta é ridícula. Ó Sr. Secretário, ridículo é não responder. Sabe porquê? Porque a presunção que o senhor faz criar deste lado é que, afinal, se calhar, não reuniram vez nenhuma. Isso é que é ridículo!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

E, portanto, Sr. Secretário, não lhe custa absolutamente nada, use os seus dons de oratória para esclarecer os Açorianos e esta Câmara a dizer coisas tão simples como: reuniram duas vezes. Porque se não reuniram em vez nenhuma, o grupo de trabalho que criou não serve para nada. Se reuniu duas vezes, três vezes…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ele disse: várias.

O Orador: Se apresentou algum relatório intercalar, eu admito que não possa dizer aqui quais são as conclusões preliminares que foram tiradas, mas aí o Secretário dir-me-á: não, foi feito o relatório intercalar, não posso divulgar isso porque ainda não tem interesse objetivo para a conclusão final, e eu compreendo.

Deputado Berto Messias (PS): Ó homem, já se percebeu que não reuniu nenhuma vez!

O Orador: Ó Sr. Secretário, mas diga-nos qualquer coisa!

E, finalmente, é também tão simples como isto: o Sr. Secretário, quando cria um grupo de trabalho, não lhe dá uma data-limite para a apresentação de um resultado? A pergunta foi essa: qual foi o prazo que o senhor deu para que eles acabassem o trabalho para o qual foi criado, Sr. Secretário? É muito simples. Não é mais nada do que isso.

E não queira… pronto, eu percebo que possa dizer que sou ridículo, provinciano, isto,

aquilo e aquele outro, mas tenha pelo menos a decência de não passar nenhum atestado de menoridade intelectual. Por aí não vai porque eu não aceito!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor.

Ruído na sala.

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu estava aqui sentada a assistir…

Deputado Carlos Silva (PS): Estávamos todos.

A Oradora: … atentamente a esta última parte do debate entre o Sr. Deputado João Vasco Costa e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares. E todas as expressões que foram usadas pelo Sr. Deputado João Vasco Costa lembraram-me algumas coisas. A primeira, sobre grupo de trabalho, — mas isto é uma opinião muito pessoal e que não vincula o meu grupo parlamentar — é que o Governo Regional dos Açores devia mudar esta designação inventada pelo Partido Socialista, que antigamente criava-se para não fazer nada.

Deputado Berto Messias (PS): Foi um bom esforço.

A Oradora: E era assim que funcionavam os grupos de trabalho antigamente. Por isso, por favor, comecem a dar um novo nome às coisas, para que não sejamos conotados com a constante inércia socialista quando criava grupos de trabalho.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do

Governo.

E de todos os adjetivos que o Sr. Deputado João Vasco Costa utilizou, só me fez lembrar um grupo de trabalho, o célebre grupo de trabalho formado por Pedro Nuno Santos para a revisão do subsídio social de mobilidade.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Por mais que se pedissem atas, por mais que se pedissem relatórios, por mais que se pedissem conclusões, nem uma única ata foi apresentada à Assembleia da República, Sr. Deputado João Vasco Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Portanto, o Partido Socialista não tem a mínima moralidade para falar sobre trabalho em grupos de trabalho, que é uma expressão criada por vós para camuflar a vossa inércia durante mais de 24 anos, nesta Região.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Depois, eu não vejo a obrigação de o Governo Regional dos Açores de lhe mostrar a sua agenda de reuniões com o grupo de trabalho, muito menos vejo a obrigação de lhe apresentar relatórios intercalares, que não sejam feitos através de um requerimento oficial, se pretender fazer um relatório final. Portanto, isto são satisfações que o Governo Regional dos Açores há de lhe dar, eventualmente, se fizer em requerimento oficial. E, depois, assim, mostra-lhe a sua cronologia e o plano para esta medida.

Depois, para finalizar, porque o meu tempo vai terminar, para quem nos ouve lá em casa, no simples resumo desta iniciativa e deste debate — porque eu já estou a ver o drama e a tragédia que, a seguir da votação, vem por aí dos partidos de esquerda nesta Casa —, a aprovação desta medida não muda nada. O chumbo desta medida não muda absolutamente nada.

Deputado Carlos Silva (PS): Até porque o grupo de trabalho não reuniu.

A Oradora: Na Administração Pública Regional, o projeto-piloto já está a ser feito. E a adesão das empresas é voluntária. Portanto, esta medida não altera, não muda, não influencia e não impacta absolutamente nada.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E a Sra. Deputada vestiu o seu casaco de Senhor dos Passos para dizer isso à gente?!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas coisas. Em relação às reuniões, já lhe disse, reuniu várias vezes, foram realizadas várias reuniões. Se V. Exa. diz que não reuniram várias vezes, está a mentir. Portanto, reuniu várias vezes. Foi a informação que eu lhe dei.

Portanto, cada vez que me pergunta pelas reuniões para estabelecer conclusões de um grupo de trabalho para os 4 dias de trabalho durante a semana, eu vejo o Sr. Deputado Vasco Cordeiro a remexer-se na cadeira, porque a resposta que tem é: eu não reuni nenhuma, eu nunca mandei reunir nenhuma. Portanto, eu vejo que, a V. Exa., causa sempre um incómodo.

Em segundo lugar, está a perguntar-me uma coisa em que V. Exa. esteve distraído. Eu tive a oportunidade de ler esta informação e de lhe dizer o seguinte… V. Exa., agora diz: também não disse nada em relação a isso. Está no Diário das Sessões. Tive a oportunidade de lhe dizer que também vão trabalhar connosco neste projeto-piloto o Professor Rita Fontinha e o Professor Pedro Gomes, que prevemos que se inicie até ao final do ano e estimamos uma duração de 6 meses. Isto foi lido. V. Exa. veio agora fazer a pergunta como se já não tivesse sido dito. Já lhe foi dito, já lhe foi respondido, Sr. Deputado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas quantas reuniões?
Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.
Sr. Deputado António Lima, faça favor.
(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Diz o PSD que este projeto de resolução não muda nada. Quem parece que não fez nada foi o Governo e o tal grupo de trabalho. Quem tem a produtividade na penúria é, de facto, este grupo de trabalho, que parece que não fez nada, mas havemos de saber o que é que fez exatamente.
A implementação desse projeto-piloto no setor privado muda tudo: muda, desde logo, no apoio técnico às empresas, muda porque traz novos dados para a investigação sobre esta matéria, muda porque dá um novo incentivo a uma mudança estrutural na economia e, acima de tudo, muda uma coisa que a coligação não quer, que é dar um novo horizonte de esperança aos trabalhadores.
Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Falso!
O Orador: Isso é o que muda e é isso que a coligação não quer. E por isso é que quer

chumbar!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é falso! Está no nosso programa do Governo! Isso é desonestidade intelectual, com todas as letras!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para variar…

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor.

(*) **Deputado João Vasco Costa** (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, disse que eu tinha ouvido mal e que já tinha dado a resposta, que eram 6 meses. Eu fiquei foi sem perceber se esses 6 meses foi a contar desde novembro, da data da criação do grupo de trabalho, ou a partir da data em que decidiram chamar…

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Já foi respondido.

O Orador: Não foi respondido, Sr. Secretário. O senhor não disse, não quer dizer, diz que são várias vezes. Várias é um conceito indeterminado, Sr. Secretário. E o senhor sabe perfeitamente que duas vezes são várias, como mil vezes são várias. E, portanto, a conclusão a que eu chego é que o senhor, não querendo dizer exatamente quantas vezes reuniu esse grupo de trabalho, faz-nos presumir que não reuniu vez nenhuma. Eu não disse que foi vez nenhuma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O grupo de trabalho que não reuniu foi o do seu líder nacional, que só se reuniu pelo WhatsApp!

O Orador: E, portanto, o Sr. Secretário continua a não querer dar informações ao plenário. Já agora, informe, para que nós possamos, daqui a 6 meses, ou daqui a 6 meses desde a data que o senhor deu, pedir o tal relatório final do grupo de trabalho. Senão chegamos à conclusão do seguinte: o que podemos tirar daqui é que o Governo não quer dizer quantas vezes reuniu o grupo de trabalho, porque, eventualmente, não reuniu vez nenhuma. E também podemos chegar à conclusão de que os partidos da

coligação, aquilo que propõem aqui é que o Governo mude a designação de grupos de trabalho para outra coisa qualquer. Estamos esclarecidos com a não informação que os senhores dão. E os Açorianos percebem o grau de transparência e de centralidade que os senhores dão a este Parlamento.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Secretário Regional, faça favor, tem a palavra. Dispõe de 18 segundos.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo diz-lhe: reuniu várias vezes. V. Exa. chega a uma conclusão: pela vossa resposta de várias vezes, eu concluo que não reuniu nenhuma. Ó Sr. Deputado, o problema é seu, tem dificuldades de interpretação nessa matéria. Se eu lhe digo que reuniu várias vezes, como é que V. Exa. pode concluir que não reuniu vez nenhuma? Como é que é possível tirar esse tipo de conclusões?

Deputado João Vasco Costa (PS): Se não diz um número preciso, posso presumir que não foi vez nenhuma!

O Orador: V. Exa. sabe perfeitamente que, se eu lhe digo que são várias, não pode concluir que é zero, não pode concluir isso. Se concluir isso, está a concluir na má-fé. Em segundo lugar…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi desligado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Falta de rigor!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.
Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra.
(*) **Deputado João Vasco Costa** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Sr. Secretário Regional, a interpretação que eu faço de que várias vezes é nenhuma é muito simples: quem manda criar um grupo de trabalho, que acompanha e que indica novas pessoas para fazerem reuniões, que é capaz de dizer que foram várias vezes e não as consegue quantificar, para mim, está a faltar à verdade. O senhor não sabe. Não diz, porque não reuniram vez nenhuma. Essa é uma conclusão que eu tomo, porque eu acredito no que o senhor me diz. Se eles reuniram, sabe quantas foram. Quando não diz quantas são, a presunção é de que não foi nenhuma, mais nada, é só isso, Sr. Secretário.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
A Mesa não tem inscrições. Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Creio não existir. Podemos passar à votação. Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 20/XIII — "Recomenda ao Governo Regional que crie mecanismos de implementação do projeto-piloto da semana de 4 dias de trabalho, no setor público e no setor privado, com a respetiva redução do horário laboral e sem perda de rendimento para os trabalhadores".

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 20/XIII foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP e 1 do PPM, com 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Está, assim, encerrado este ponto da nossa agenda.

Vamos fazer um intervalo de 33 minutos. Regressamos às 17h40.

E há reunião da Conferência de Líderes na sala das comissões.

Eram 17 horas e 7 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 46 minutos.

Vamos entrar no ponto 8 da nossa agenda: **Projeto de Resolução n.º 24/XIII — "Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova as diligências necessárias a fim de garantir, no âmbito do programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade ("POSEI"), o apoio monetário ao produtor individual de banana na Região Autónoma dos Açores"**. É uma iniciativa do CHEGA.

Para este diploma, o Governo, o PSD, o PS e o CHEGA têm 20 minutos cada, o CDS-PP tem 12 minutos, e as Representações Parlamentares têm 10 minutos cada.

Tem a palavra, então, o Sr. Deputado Francisco Lima para a apresentação da iniciativa.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O regulamento de apoio aos produtores de banana foi consagrado através da Portaria

n.º 92/2013, de 30 de dezembro, entretanto revogada, nos termos da qual foram estabelecidas as normas de atribuição deste tipo de ajuda. As referidas normas foram objeto de várias portarias a nível regional, que sucederam ao longo destes anos face às alterações que vieram a ser feitas ao programa POSEI, de Portugal, mantendo-se atualmente em vigor a Portaria n.º 22/2023, de 23 de março.

O apoio ao acondicionamento e à comercialização de banana é atribuído ao produtor. Nas ilhas de São Miguel e Terceira, existem cooperativas que têm a tarefa de atribuição desse subsídio, enquanto nas outras ilhas este subsídio é entregue diretamente aos produtores. Nas duas ilhas referidas, há produtores que não têm interesse em constituírem-se cooperantes…

Deputado Carlos Silva (PS): Quantos?

O Orador: … ficando assim sem acesso a esse apoio, o que constitui uma desigualdade no acesso a um benefício a que têm direito pela atividade agrícola que desenvolvem. Este projeto de resolução tem por objetivo sanar estas desigualdades.

Nos Açores, existem vários produtores individuais de banana que, pelo facto de possuírem a sua exploração na ilha de São Miguel ou da Terceira, não beneficiam desta ajuda monetária. Esta situação gera uma enorme insatisfação por parte dos nossos produtores individuais, atendendo a que provoca graves distorções da concorrência e do mercado.

Recomenda-se, assim, ao Governo Regional que promova as diligências necessárias e da sua competência perante o Governo da República, para que isto determine, junto do Ministério da Agricultura e Pescas, bem como das demais entidades públicas competentes nesta matéria, que a elaboração do programa POSEI, de Portugal, para o ano de 2025, no que se refere à Região Autónoma dos Açores, passe a consagrar que a ajuda monetária relativa à produção de banana abranja ainda todo e qualquer produtor individual local, independentemente da zona geográfica e da respetiva produção, cuja comercialização não é feita através de uma organização de produtores ou de uma entidade com os meios técnicos adequados para o condicionamento e a

comercialização reconhecidas por organismo próprio.
Mais que defender esta medida em concreto, o que o CHEGA defende é a liberalização da economia, pois nós acreditamos no liberalismo económico, na livre escolha e que é através da concorrência que se gera mais riqueza.
Também sabemos que, nos Açores, há muitas vacas sagradas e que há falta de coragem política para enfrentar os interesses instalados, por isso é que temos, nos Açores, um regime estatizante, onde só florescem os monopólios e os oligopólios, que crescem e vegetam à custa dos subsídios, ou melhor, à custa dos contribuintes.
Nos Açores, em termos económicos, vivemos uma espécie de República Soviética. E por este andar, qualquer dia, os Açores serão a Venezuela da Europa.
Disse.
Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor, tem a palavra.
(*) **Deputada Patrícia Miranda** (PS): Obrigada, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
É curioso que, numa altura em que tanto se fala da necessidade de reforçar a organização da produção, da valorização dos produtos regionais e da estabilidade do setor agrícola, surja uma proposta que faz exatamente o contrário, uma proposta que, em nome de dois ou três casos pontuais, põe em causa o modelo que serve centenas de produtores, que garante escoamento, qualidade, apoio técnico e estabilidade de preços.

É isso que está em causa com a proposta do CHEGA, legislar para alguns, arriscando o futuro de outros e, ao fazê-lo, ignorar tudo aquilo que tem sido construído e conquistado ao longo dos anos.

As cooperativas têm sido essenciais e centrais nesse caminho. Foram reforçadas, reestruturadas e modernizadas pelos governos anteriores, com uma aposta clara na concentração da oferta, na profissionalização da gestão e na valorização do nosso produto agrícola.

Graças a essa visão, temos organizações de produtores que funcionam, que servem os seus cooperantes e que asseguram mais de 90 %, neste caso, da produção de banana da Região.

E hoje mesmo, esse caminho deu mais um passo importante com o reconhecimento oficial da "Banana dos Açores" como Indicação Geográfica a nível nacional. Este avanço, que resulta de um processo iniciado em 2020, só foi possível graças ao trabalho das cooperativas, que apresentaram formalmente esse pedido de registo.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): E quem é que fez o trabalho às cooperativas?

A Oradora: É a prova de que a organização coletiva, quando apoiada politicamente e sustentada tecnicamente, gera resultados concretos para os produtores, para a Região e para o prestígio dos nossos produtos.

É precisamente este modelo, bem sucedido e consolidado, que esta proposta do CHEGA ameaça desmontar. Um dos principais fundamentos da política agrícola comum é precisamente o incentivo à organização da produção. E esse objetivo só se concretiza através de estruturas coletivas, como as organizações de produtores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Onde é que eu já ouvi falar nisso? Os *kolkhozes*, isso é história.

A Oradora: Desmontar este modelo é contrariar a lógica da PAC (Política Agrícola Comum) e ameaçar o futuro de um setor que tem vindo a consolidar-se com base na cooperação.

Importa, por isso, recordar as vantagens concretas que os produtores têm ao estarem integrados numa cooperativa:

As cooperativas responsabilizam-se pela comercialização da totalidade da produção, o que contribui para estabilizar os preços de mercado. É de relembrar que, nos últimos 10 anos, o preço da banana paga ao produtor sofreu um aumento de mais de 120 %.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso é mau?

A Oradora: Prestam apoio técnico e controle fitofarmacêutico aos seus cooperantes. Garantem a classificação, a desinfeção, o acondicionamento, a conservação e a maturação da banana, conforme as normas da União Europeia. E asseguram a faturação transparente, protegendo o setor da economia paralela.

Tudo isto foi reconhecido nas audições em comissão. A Fruter, a Frutaçor e a própria Federação Agrícola testemunharam a evolução da qualidade do produto e a estabilidade proporcionada pelas cooperativas. E em todas as intervenções foi unânime a preocupação com o impacto negativo que esta proposta pode ter na organização da fileira da banana nos Açores, ficando claro que esta proposta fragiliza as cooperativas, abre caminho à desorganização do setor, à volatilidade de preço e à concorrência desleal entre produtores, compromete o processo de certificação IGP (Indicação Geográfica Protegida) da banana açoriana, agora reforçado com o reconhecimento nacional, coloca em causa a sustentabilidade de estruturas que, hoje, asseguram mais de 90 % da produção, como o próprio Governo reconheceu.

Sras. e Srs. Deputados, o que se devia propor neste momento não é alterar o modelo, mas, sim, reforçar a sua execução, garantir o pagamento atempado dos apoios prometidos para além dos pagamentos do POSEI e assegurar que os produtores continuem a ter condições para cumprir os critérios de qualidade, rastreabilidade e organização da sua produção.

A proposta do CHEGA não resolve os problemas estruturais do setor, pelo contrário, arrisca-se a agravá-los.

Deputado José Pacheco (CH): Não está escrito em lado nenhum!

A Oradora: E tal como afirmou o Vice-Presidente da Federação Agrícola, devíamos estar todos focados em problemas verdadeiramente urgentes e reais, como os atrasos nos apoios e a má gestão orçamental. Recordemos:

O Governo levou mais de 600 dias para começar a pagar os apoios aos produtores de banana relativos aos prejuízos da intempérie Óscar;

Persistem atrasos nos apoios ao transporte e às cooperativas;

E, em paralelo, foram desviados 14 milhões de euros do orçamento da agricultura para outras áreas, incluindo verbas destinadas às produções locais, como é o caso da banana.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Isso é mentira!

A Oradora: As cooperativas existem para servir os seus cooperantes.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): A senhora tem uma capacidade de inventar!…

A Oradora: Fragilizá-las é atacar, direta e indiretamente, os nossos produtores. Por isso, importa saber:

O Governo estará disponível para apoiar as cooperativas que venham a ficar em situação de fragilidade?

Qual é o montante atual em dívida às cooperativas e associações?

E, sobretudo, o que ficará por pagar ou por concretizar devido ao desvio de 14 milhões de euros da agricultura?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso é muito baixo!

A Oradora: O Partido Socialista mantém-se disponível para discutir medidas que melhorem o funcionamento do POSEI e que reforcem os apoios às nossas produções, mas não pode acompanhar propostas que coloquem em causa a sustentabilidade dos nossos produtos, a organização da nossa produção e o equilíbrio de todo um setor.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Chaves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Chaves** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou-me focar, em primeiro lugar, no projeto de resolução que nos traz aqui o partido CHEGA e já vou à Sra. Deputada Patrícia Miranda.

Em relação ao projeto de resolução que o partido CHEGA nos apresenta e que recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova as diligências necessárias a fim de garantir, no âmbito do programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade ("POSEI"), o apoio monetário ao produtor individual de banana na Região Autónoma dos Açores, em primeiro lugar, nas sucessivas audições, todos os intervenientes ouvidos em comissão, como as cooperativas, tanto da Frutaçor, de São Miguel, como a Fruter, da ilha Terceira, mostraram-se contra esta posição do projeto de resolução do CHEGA.

De referir, como disse e bem, a Sra. Deputada Patrícia Miranda, que 90 % da produção de banana reside nestas duas ilhas.

É bom relembrar também os dados que fundamentam esta mesma posição das cooperativas:

Os ganhos na exportação, como foram referidos pela Sra. Deputada Patrícia Miranda;

No plano de uma década, o preço médio por quilo passou de 50 cêntimos para 96 cêntimos;

Neste mesmo plano, em 10 anos, aumentou-se para o dobro ou o triplo os associados em cada uma das cooperativas;

Para além de que, da forma como está o apoio de POSEI pago aos produtores da banana nos Açores, garante mais previsibilidade e há um menor risco de fraude.

Alterar tudo isto por três produtores parece, ao Grupo Parlamentar do PSD, manifestamente exagerado e desproporcional.

Em relação ao projeto de resolução, é isto que o Grupo Parlamentar do PSD, em primeira instância, tem a dizer.

Como a Sra. Deputada Patrícia Miranda, e muito bem, falou e referiu em relação ao trabalho do Governo Regional nesta matéria, como é o exemplo de hoje, e oportuno, o despacho que saiu no Jornal Oficial, que confere, a nível nacional, proteção à dominação "Banana dos Açores" como Indicação Geográfica, com efeitos a partir de 3 de abril de 2025, é, sem dúvida alguma, um trabalho do Governo Regional, e não caiu do céu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Em relação àquilo que a Sra. Deputada Patrícia Miranda diz, mais uma vez, e o Partido Socialista em particular, que repetem de forma demagoga e bacoca, não há cá nenhuma alteração de verbas. O Governo da República, liderado pelo Primeiro-Ministro Luís Montenegro, pagou 15 milhões de euros aos agricultores açorianos em relação aos cortes do POSEI.

Deputado José Pacheco (CH): Pagou?!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quem?

O Orador: Portanto, não há qualquer tipo de desvio de rigorosamente nada. O dinheiro veio do Governo da República. E esta narrativa que a Sra. Deputada Patrícia Miranda tenta, de forma consecutiva, e o Partido Socialista em particular, passar lá para casa é totalmente falsa.

Muito obrigado.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Mendonça** (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PPM analisou cuidadosamente o projeto de resolução apresentado pelo CHEGA, que visa alargar o apoio monetário do POSEI aos produtores individuais de banana, mesmo fora das organizações de produtores. No entanto, identificámos três pontos críticos que, no nosso entender, inviabilizam a sua aplicação nos modelos propostos. Enquadramento legal: qualquer revisão do POSEI, com efeitos em 2025, encontra-se inviabilizada pelo regulamento de exceção aplicável, que exige a apresentação de propostas até 31 de julho do ano anterior, exceto em casos de força maior. Risco de fraude: por permitir o acesso direto e indiscriminado ao apoio, tende a aumentar a incidência de sobrefaturação ou candidaturas duplicadas, colocando em risco a credibilidade dos programas de apoio à boa gestão dos fundos comunitários. Função das organizações de produtores: a proposta desvaloriza o papel destas entidades fundamentais para coordenar a produção e assegurar a qualidade, bem como promover um comércio mais justo.

Deste modo, o PPM conclui que, nos termos propostos, a iniciativa não reúne condições para avançar. Defendemos, em contrapartida, soluções que, respeitando as regras europeias, fortaleçam efetivamente o setor da banana e outros nos Açores, que salvaguardem tanto a transparência, como a eficácia na utilização dos fundos públicos. Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Chaves, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Chaves** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou ter de voltar a fazer um exercício que tenho sucessivamente feito nesta Casa. Gostava de fazer uma pergunta, também pode servir para si, Sr. Deputado Carlos Silva, sempre muito interveniente: diga-nos, a esta Casa e aos Açorianos, que ouvem lá em casa, quanto é que o Partido Socialista retirava os agricultores, por ano, nos cortes dos apoios ao POSEI?

Depois de explicarem aos Açorianos e depois de explicarem a esta Casa, podem ter moral para vir falar em falta de apoios, como a Sra. Deputada Patrícia Miranda aqui o faz e fez em relação às sucessivas audições em comissão, quando se tratava de um objeto totalmente diferente, que era este objeto, neste caso o projeto de resolução que o CHEGA nos trouxe a esta Casa. Portanto, faço a pergunta e fico à espera da resposta por parte do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à iniciativa parlamentar em apreço e em discussão nesta Casa, permitam-me, primeiro, louvar a iniciativa, porque ela, sim, tem o mérito de debatermos a filosofia dos apoios. Ou seja, os apoios devem ser direcionados à área,

devem ser direcionados ao produto alimentar, devem ser direcionados ao produtor, devem estar ligados ou desligados às organizações dos produtores? Acho que isso é importante refletir-se. E daí uma livre decisão da Casa sobre aquilo que devem ser os apoios agora e no futuro. Eu acho que isto deve estar sempre em debate, tendo em conta novas circunstâncias, tendo em conta aquilo que são as necessidades de produção alimentar, quer humana, quer animal. Portanto, uma livre escolha desta Casa relativamente à filosofia do desligamento, até também o desligamento total ou não dos apoios da produção. Ora, acho que isto deve estar sempre em debate, para percebermos se, efetivamente, o que fazemos está correto e direcionado às nossas necessidades alimentares, se sim ou não.

No caso em apreço, da banana, o Governo é da opinião que se devem manter os apoios ligados, relativamente ao POSEI, ao produto alimentar. E para melhor e maior controlo desse produto alimentar, as organizações de produtores devem ser ativas neste apoio, isto porque 90 % da banana produzida nos Açores é produzida na Terceira e em São Miguel, portanto, já ligada àquilo que são as duas organizações de produtores e uma outra reconhecida com nível técnico.

Como já foi dito, e muito bem, nos últimos 8 anos, a produção de banana tem vindo a aumentar, quer a área, quer a produção, também o número de produtores tem vindo a aumentar e tem vindo a melhorar o preço pago por este produto alimentar.

Deputado Nuno Barata (IL): Ainda assim fica abaixo do preço do POSEI.

O Orador: Tudo isto levou-nos também a iniciar um processo, juntamente com duas organizações de produtores, uma vez que os pedidos e o caderno de especificações têm de ser elaborados pelas organizações de produtores, para solicitar à Comissão Europeia uma qualificação jurídica comunitária, na qual se pudesse enquadrar uma proteção para este produto, único no mundo. Assim, nós iniciámos um processo, com a elaboração de cadernos de especificações, para a existência da "Banana dos Açores" — Indicação Geográfica Protegida, que culminou com a entrada, no dia 3 de abril 2025, de um pedido de reconhecimento, o pedido PGIPT03414 da Comissão Europeia, para que a

Comissão Europeia reconheça e faça um pedido de oposição mundial relativamente a este bem alimentar. Já o fizemos a nível nacional. Portanto, a nível nacional, temos este reconhecimento. Agora, sim, queremos esse reconhecimento, juntando-se, de facto, a banana a dez qualificações que nós já temos: sete DOP (Denominação de Origem Protegida) e três IGP.

Como também iniciamos a elaboração do caderno de especificações para mais três produtos alimentares dos Açores, que julgamos também exclusivos da nossa Região: o nabo da terra de Santa Maria, o borrego de Santa Maria e a meloa da Graciosa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: São mais três produtos que estão em elaboração, estamos a fazer resenha histórica, o património, o modo de o cultivar, para propormos à Comissão Europeia.

Ora, importa, neste momento, também, respondendo às perguntas do PS, dizer o seguinte: a produção de banana, quer o número de produtores, quer a quantidade, quer a área, resultou de uma segurança e de uma credibilidade também do atual Governo Regional da coligação relativamente aos Governos anteriores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah, já cá faltava!

O Orador: Importa dizer que, por vezes, os cortes nos apoios comunitários, os chamados rateios, eram de 41 %. Aquilo que era anunciado era cortado em 41 %. Um exemplo claro: o prémio por quilo à produção de banana situa-se nos 50 cêntimos por quilo. Ora, um corte de 41 % é um corte de 20,5 cêntimos por quilo, pagando só 29,5 cêntimos. Dos 50 cêntimos anunciados, o Governo de então, através dos apoios — porque foi uma decisão política usar só o dinheiro comunitário e não entrar com dinheiro do Orçamento Regional —, pagava só 29,5 cêntimos por quilo. Aplicando a 2024, tendo em conta a quantidade de banana produzida, o corte deste ano seria de 823 mil euros se o PS continuasse a governar nos Açores.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, queria mostrar-vos, neste momento, a diferença entre uma governação do PS e a governação da coligação. Se não tivesse havido mudança política

de governação nos Açores, claro que se mantinha a mesma linha ao fim de 24 anos. Se houve rateios, ia-se manter a mesma linha dos rateios.

Deputado Nuno Barata (IL): E se calhar há!

O Orador: Qual é que era a diferença paga e não paga por um Governo da coligação, em 4 anos, e um Governo da responsabilidade do PS? Os agricultores açorianos, em 4 anos, iriam receber menos 67,6 milhões de euros, mantendo-se a governação do PS.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quanto? Quanto?

O Orador: 67,6 milhões de euros.

Neste momento, o orador mostra um gráfico à Câmara.

Esta linha vermelha não interessa, basta o número, Sra. Deputada. A linha vermelha era a governação do PS; a linha azul é a governação do Governo de coligação. Em 4 anos de coligação, nós pagámos mais de 67,6 milhões de euros aos agricultores.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Na prática, eram menos 67,6 milhões de euros que os agricultores açorianos iriam receber por via da política das governações do PS, que anunciavam um montante e pagavam outro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Depois, relativamente à questão do POSEI, do pagamento do POSEI e da responsabilidade do pagamento dos rateios do POSEI, este Governo, quando iniciou funções, iniciou um conjunto de reivindicações com o então Governo do PS da República, várias reivindicações, uma das quais é que o Governo da República se comportasse politicamente com uma atitude como também se comporta o Governo de França e o Governo de Espanha, em que pagam completamente os rateios às suas

regiões ultraperiféricas. Ora, o Governo do PS na República nunca quis assumir esse pagamento dos rateios. Finalmente, houve agora o Governo da coligação, que assumiu e disse: sim, senhor, nós vamos pagar os 16 milhões de euros de rateios previstos para este ano.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é um acordo.

O Orador: Porque é de total justiça e de acordo com o que também acontece em França e em Espanha.

Ora, daqui retira-se a seguinte conclusão: quando o Governo do PS governa, quer na Região, quer na República, corta os apoios aos agricultores, não assume os apoios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Quando um Governo da coligação governa, quer na Região, quer na República, paga justamente os apoios aos agricultores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Sim, este reconhecimento pela República é um ato de solidariedade, é um ato de justiça, como acontece em França e em Espanha.

Deputado João Vasco Costa (PS): E a banana?

O Orador: Eu estou a responder às questões da Sra. Deputada. Ou não querem que eu responda?

Mas também há outros motivos de satisfação do Governo Regional com a República, por exemplo, nós também reivindicamos que não fazia qualquer sentido um contentor de transporte animal ir a Lisboa para ser homologado, vazio, pagar 100 euros, quando nós podemos fazer isto. O governo da responsabilidade do PS nunca aceitou. Não, agora, na Região, já se faz a homologação dos contentores para transporte de animais vivos. Temos essa competência, que nunca antes foi aceite pelo Governo do PS.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Mas também, relativamente ao programa VITIS, da vitivinicultura, o anterior Governo da República, e nós reivindicámos, batalhámos e voltámos a protestar, nunca incluiu a Região Autónoma dos Açores nem a da Madeira.
Deputado Nuno Barata (IL): Um aviso de 15 dias para apresentar as candidaturas.
O Orador: Com o atual Governo, a portaria foi alterada e inclui os Açores e a Madeira. Antes, nunca aceitaram a inclusão dos Açores e da Madeira.
Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!
Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!
O Orador: Mas também no âmbito daquilo que é a prorrogação do programa PRORURAL+, que nós queríamos prorrogar o programa, o anterior Governo do PS nunca nos deixou prorrogar o programa, nunca! Este já nos deixou prorrogar até setembro deste ano.
Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!
O Orador: Ora, tendo em conta essas situações, acho que a conclusão é muito simples: o Governo do PS na República esteve sempre numa atitude de prejudicar os Açorianos.
Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!
O Orador: Prejudicou sempre, nunca aceitando as nossas reivindicações, nunca ajudando os agricultores. E ajudar os agricultores é ajudar os Açorianos, porque, efetivamente, a agricultura tem um desempenho e uma sustentabilidade fundamental para o presente e para o futuro dos Açores.
Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do

Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para variar, convém falar aqui da banana e não de momentos de campanha eleitoral ou pré-campanha.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Mas eu tenho de responder às perguntas que me fazem! Ou não querem que eu responda?

O Orador: E respondendo a algumas questões que foram aqui suscitadas e depois da intervenção do Sr. Secretário, em relação à Sra. Deputada Patrícia, realmente, a nossa bancada tem algumas reticências e alguma espécie de prurido quando falámos de estruturas coletivas. Isso faz-nos lembrar a União Soviética, quer dizer… Nós não estamos aqui contra as cooperativas, nós não queremos é que as cooperativas sejam o único modelo de desenvolvimento da agricultura dos Açores, que está quase tudo falido. Vamos ser honestos. Não é o caso aqui da fruta, mas, no caso das cooperativas leiteiras, está quase tudo falido e com avales e cartas de conforto do Governo. Porquê? Porque, no tempo do Partido Socialista, isso era a única solução para o escoamento dos produtos, era só agricultura cooperativa. Basta, já chega!

A gente de falar e também acreditar nas pessoas. Levantam aqui o fantasma da fraude… Se há fraude é porque não há fiscalização!

Deputado José Pacheco (CH): Ora bem!

O Orador: O IAMA (Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas) que fiscalize. Provem-me aqui com números que, se for através das cooperativas, não há fraudes. Se forem os privados, é a fraude, é a desgraça, é o caos que vem por aí abaixo. Isso não corresponde à verdade. Portanto, nós reconhecemos o trabalho.

Em comissão ficou claro, e já o sabíamos, que as cooperativas, no caso a Fruter e

também a cooperativa que faz o escoamento do produto em São Miguel… E o mercado tem crescido, reconhecemos até o esforço do Governo Regional nalgumas matérias, nomeadamente na certificação e, agora, na questão da denominação de origem protegida, tudo isso é importante para valorizar o produto, mas achamos que há produtores (não são só dois ou três) que querem por si só escoar o produto e ter acesso ao subsídio. Há algum mal? Isso vai causar aqui um crime de lesa-majestade? Parece que nós estamos aqui a recuar 50 anos e estamos aqui na União Soviética, portanto, uma economia completamente estatizante.

O liberalismo parece que é uma palavra proibida. Eu sei bem que o meu colega da bancada da Iniciativa Liberal só teve um deputado, mas nós também nos identificámos com uma economia de mercado, uma economia livre…

Deputado António Lima (BE): É livre, mas com subsídios!

O Orador: … uma economia competitiva, uma economia que não se alicerça em monopólios e oligopólios instalados, subsídio-dependentes e falidos.

Em relação ao Sr. Secretário, ó Sr. Secretário, eu não podia deixar de intervir também, quando diz que o Governo de Montenegro dá e deu e vai prometer e vai fazer, eu pergunto-lhe: onde é que estão os 21,3 milhões que Luís Montenegro prometeu na última campanha eleitoral, dos custos de produção? Nunca receberam!

Mais, o Sr. Secretário, em comissão, relativamente a esta questão dos rateios, disse que não há nada escrito. Portanto, se não há nada escrito… O Sr. Secretário está a dizer que vai haver. Será que é agora, durante a campanha eleitoral, que vai haver? Portanto, não há nada escrito, isto é uma falácia. Não há nenhum compromisso escrito, é mais do que evidente que vão ficar para as calendas, não vão pagar. Ó Sr. Secretário, se vão pagar, então paguem primeiro os 21,3.

O facto de o Governo da República ser do PSD, nunca me recordo, por acaso, no tempo do PS, demorar tanto a abertura das candidaturas. O PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum) 2023-2027, já passaram 2 anos, ainda não abriu as candidaturas! Os computadores estão avariados? As UPS (*Uninterruptible power*

supply — Fonte de alimentação ininterrupta) rebentaram?

Aliás, é um Governo centralista, porque o Governo do PS, por acaso, nesta matéria, descentralizou, a Região podia fazer as candidaturas.

Deputado José Miguel Toste (PS): E noutras matérias.

O Orador: A verdade tem de ser dita, nós não temos paus nos olhos.

E verdade é que o Sr. Secretário veio fazer aqui um número de propaganda eleitoral, mas, que eu saiba, a República e o Luís Montenegro são o pior exemplo possível para os Açores em várias matérias, como foi o subsídio de mobilidade, que foi censurado neste Parlamento, isso é verdade. Olhe, eu sei que custa ouvir, custa ouvir à direita e custa a vir à esquerda, mas é o que é.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Deputado José Miguel Toste (PS): Não sei se o Sr. Secretário Paulo Estêvão bate palmas a esta intervenção.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta diz respeito a um setor e a uma produção em concreto, a produção de banana na Região Autónoma dos Açores, que é um produto que tem elevada qualidade, que tem evoluído e a sua produção também tem melhorado. As condições não só de produção, mas de armazenamento e de comercialização têm melhorado nos últimos anos. E têm melhorado, é preciso reconhecer, no tempo do Governo do Partido Socialista, no tempo deste Governo. E isso diz muito respeito àquilo que tem sido feito pelos produtores, principalmente quando eles se organizam.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Porque sozinhos são fracos, têm pequenas produções, são poucos e não conseguem, naturalmente, ter a capacidade técnica e a capacidade financeira para fazer investimentos que são importantes para modernizar a produção, para modernizar a capacidade de armazenamento, para garantir melhores condições de produção e de segurança alimentar, porque isso também diz respeito ao consumidor.

Deputado Flávio Soares (PSD): O Sr. Deputado António Lima também é um deputado fraco, precisa do PS.

O Orador: E o consumidor é o destinatário das produções agrícolas. Não só, mas é disso que estamos a falar. Por isso, é fundamental que o produto tenha qualidade fundamentalmente para proteger o consumidor, que somos todos nós.

E nós queremos, claro, que os produtos produzidos nos Açores, para o consumo na Região e para exportação — se tivermos capacidade para isso, e já temos alguma na Região —, tenha a melhor qualidade possível.

Feita esta introdução, a proposta que aqui é apresentada pelo CHEGA traz uma tentativa de retroceder nesse caminho. O que me custa a não ouvir, por quem governa neste momento, é não dizer isto.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Eu já disse isso!

O Orador: Não disse. O Governo e o PSD não falam da proposta, falam do Partido Socialista e do seu Governo. E isso é absolutamente incrível. Mas estou cá eu para defender o Governo, vá, nesse aspeto.

Essa proposta é um retrocesso. Como referiram, o IAMA, as organizações de produtores, as cooperativas, as organizações de produtores, do ponto de vista da segurança, do ponto de vista das condições de produção, da utilização de produtos fitofármacos e outros, garantem condições e fiscalização até, que o produtor individual não consegue. Por outro lado, garantem condições de armazenamento, de amadurecimento da fruta, que o produtor individual não consegue. Não há produtores

com essa capacidade na Região. Se houvesse, era bom, mas, até ver, não há.

Pior e tão ou mais grave do que isso é o facto de a proposta que está aqui em causa, ao defender que o subsídio POSEI possa ser pago diretamente ao produtor e não através da organização de produtores, pode levar, claramente, a que produtores abandonem as organizações de produtores, espalhando esses pequenos produtores e ficando eles claramente numa situação de terem de negociar com a grande distribuição ou com intermediários muito mais poderosos economicamente, levando a que deixem de ser as organizações de produtores a fixar o preço e passe a ser a grande distribuição fazê-lo. Isso será extremamente perigoso e negativo, desde logo para os produtores, mas também para os consumidores, não só pelas questões de segurança alimentar, que já referi, mas também, depois, porque o preço passará a ser, única e exclusivamente, determinado pela grande distribuição, que é quem domina o mercado em vários setores.

E uma última questão: o proponente, o CHEGA, diz que a proposta que apresenta é uma proposta liberal. Mas isso é curiosíssimo, porque é uma proposta liberal que está a pedir um subsídio.

Deputado José Pacheco (CH): Não está a pedir, tem direito!

O Orador: Ou seja, não quer o Estado em nada, mas quer o subsidiozinho. Não quer é que o subsídio passe pela cooperativa. Onde é que está o liberalismo aqui? É que nem liberais sabem ser.

Olhe, o que interessa aqui é proteger a produção e proteger os consumidores e a agricultura dos Açores. Esta proposta é tudo menos isso e, naturalmente, votaremos contra.

Deputado Francisco Lima (CH): O senhor vai votar contra porque é do CHEGA!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As organizações de produtores foram uma invenção da reforma da PAC e da Política

Comum de Pescas, nascidas da então Comunidade Económica Europeia. E o seu papel foi reforçado a partir da reforma de 1992 e da Agenda 2000. De facto, foram entendidas como mecanismos de regulação do mercado e, até certo ponto e até certo tempo, tiveram este papel de regulação do mercado.

Em relação a esses mecanismos de apoio às produções locais, que prefiro chamar de subsídios, porque não passam de uma espécie de RSI para os produtores, eles desvirtuaram completamente esse mercado. E o caso da banana é, provavelmente, o caso mais paradigmático e o caso em que a proposta do CHEGA vem revelar uma injustiça enorme de alguns produtores perante outros, ou melhor, de algumas geografias perante outras, pelo simples facto de terem organizações de produtores na sua geografia.

E eu vou dar-vos só um pequeno número para percebermos, se essa proposta for aprovada, o risco que se corre de saírem produtores dessas organizações de produtores. Porque, de facto, nas ilhas onde não existem organizações de produtores, pode-se ir até 13 mil euros por hectare de banana plantada, que pode ser dada aos porcos desde que se faça uma fatura a dizer que se vendeu a dois ou três compradores, porque não há qualquer tipo de controlo…

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Isso não é assim!

O Orador: … a não ser administrativo, ou seja, contra faturas, para que isto aconteça. Se forem ao campo, lá está o bananal plantado. Se forem às faturas, estão lá as faturas emitidas. Como é que se faz o controle da venda efetiva desse produto? Eu posso ter 1 hectare de bananal, ele está para ali semiabandonado, dou aquilo aos porcos para os engordar, faço as faturas às vizinhas do lado…

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Secretário, o Governo confirma isso? É preocupante!

O Orador: … ou a um indivíduo de quem eu sei o número de contribuinte e recebo até 13 mil euros por hectare de bananal plantado, dos 49 ponto não sei quantos cêntimos, até ao limite de 26 toneladas de produção por hectare. Esta é a realidade, que

levada ao absurdo, pode acontecer no setor da banana.

Aliás, o POSEI para a banana, este tal subsídio que é dado ao produtor de banana, é tão perverso que é 90 % vezes superior a mais de 50 % do preço de venda da banana. Para todos nós termos uma noção e os açorianos que nos elegeram, lá em casa, perceberem, o subsídio que é dado aos produtores de banana é superior ao valor da venda por quilo de banana, seja às cooperativas, seja a quem for.

Pergunto se isto é sustentabilidade económica ou se é apenas o RSI para os produtores de banana, como eu, aqui, há pouco, falei.

O que é facto é que isto cria desigualdades, elas estão criadas ao nível da geografia e estão criadas também ao nível das ilhas que não têm cooperativas ou não têm organizações de produtores. Esses mecanismos vieram complicar ainda mais a vida dos produtores, porque, na verdade, sempre se produziu banana nos Açores, desde o final do século XIX até aos dias de hoje, e só de 1992 para cá é que há apoios à produção de banana, que até nem começaram por ser à produção de banana, foi só apenas para a manutenção das sebes de abrigos e alguns outros pequenos apoios que os produtores recebiam.

Não obstante isso, criar esse mecanismo de abertura parece-me ainda mais pernicioso, porque vai criar ainda mais problemas do que aqueles que temos neste momento.

O que é preciso é acompanhar essas organizações de produtores no sentido de garantir que o preço de venda da banana é pelo menos compatível com o valor do subsídio que é recebido, que não pode continuar a ser superior ao valor da venda do produto à cooperativa e até, muitas vezes, ao valor da venda do produto final, quando é preciso fazer um escoamento do produto porque há muito em casa.

Esta medida de empurrar os produtores para as organizações de produtores tem também os seus lados perniciosos: cria dependência, cria um custo administrativo, cria uma data de coisas à volta do sistema. E um dia que o sistema acabe, cá vamos ser nós outra vez chamados, para o Orçamento da Região aguentar essas organizações de produtores, porque, aqui-d'el-rei, os produtores deixaram de fornecer a cooperativa. Criam-se

estruturas, criam-se câmaras, criam-se linhas de lavagem, linhas de corte, uma série de coisas que, quando a produção reduz, somos chamados a pagar.

É, portanto, um projeto de resolução que cria, na Iniciativa Liberal, alguns engulhos, porque, por um lado, vem garantir que dá liberdade aos produtores de venderem a quem quiserem, mas, por outro lado, cria o problema de, não havendo fiscalização por parte do IAMA, porque não há — e o Sr. Secretário não pode dizer que há, porque não há —, o que acontece é que a fraude aumenta sobremaneira. E a fraude pode ir, como eu já disse aqui, até ao ponto de se ter um bananal e receber 13 mil euros por ano deste mesmo bananal sem meter 1 kg de banana no mercado.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições neste momento.

Pausa.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou tentar responder às questões que foram colocadas, umas dentro do objeto, outras fora do objeto, mas que têm por base a agricultura e acho que é importante responder a todas.

Primeiro, o Sr. Deputado sabe, sim, que efetivamente há controlos. E nós respondemos a isso, muito próximo, a um requerimento do CHEGA, do número de controlos efetuados, desde 2015, pelo IAMA.

Deputado Nuno Barata (IL): Administrativos!

O Orador: E as irregularidades detetadas, quer administrativamente, quer no local. Há controlos administrativos e há controlos de campo. E há um conjunto de irregularidades

encontradas.

Sr. Deputado, por outro lado, os controlos são feitos efetivamente com um mapa de riscos. Os controlos são feitos, por exemplo, tendo em conta o empolamento e/ou a inexistência de quantidades produzidas comercializadas.

Há um outro risco, que é o risco da banana comercializada e posteriormente devolvida ou abatida. Há um outro risco, que é o produtor assumir simultaneamente a figura de fornecedor e de cliente — efeito carrossel. Há um outro risco, que é risco das relações especiais na comercialização. Há um outro risco, que é o duplo financiamento. Há um outro risco, que é o preço de venda da banana anormalmente baixo. Portanto, isto são tudo riscos. Há um mapa de riscos que permite um mapa de controlos quer administrativos, quer no campo, não é feito a olhómetro, não é feito como queremos. Para tudo isto, há um historial e uma base de dados.

E todos os anos é escolhido um número de produtores a serem controlados dentro das organizações de produtores e também fora das organizações de produtores.

Sr. Deputado, queriam, e muito, os agricultores não receber qualquer apoio comunitário. Esta é a grande ambição dos produtores, sabe porquê? Porque, se lhes pagassem o preço justo pelos produtos, não teriam que depender dos apoios. E os apoios comunitários são efetivamente para que nós todos, enquanto consumidores, tenhamos a capacidade de ter preços acessíveis para os produtos alimentares.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

O Orador: Senão os preços estavam de um modo que nem todas as famílias podiam ter acesso até a bens alimentares.

E, portanto, os apoios são dirigidos aos produtores, para terem um impacto no produto final dos bens alimentares que as famílias adquirem. Queriam eles não ter esses apoios comunitários.

Ora, para dizer também que o programa POSEI tem vindo a ser alterado por este Governo de modo a beneficiar efetivamente um conjunto de áreas, mas também no que diz respeito à produção de banana nos Açores. Por exemplo, nós incluímos na Portaria

n.º 22/2024, de 30 de abril, um suplemento de 10 % aos produtores certificados em modo de produção biológica. Antes não existia. Ou seja, o produtor normal recebe 50 cêntimos por quilo de banana comercializada, e um produtor que esteja em modo de produção biológica recebe 55 cêntimos por quilo de banana.

E para esses produtores, efetivamente, não há necessidade de uma organização de produtores, mas, sim, uma entidade certificada de modo biológico.

Acho que isto é um grande avanço para aquela que também é uma necessidade de oferta de produtos biológicos nos Açores. Sim, para a área da banana, porque não havia banana biológica, nós estamos a incentivar a produção deste alimento também com regras naturais.

Depois, dizer-vos da questão, Sr. Deputado Francisco Lima, do PRORURAL+ e do PEPAC. Ora, o atraso do PEPAC é uma maldade dos Governos do PS na República.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ouça bem!

O Orador: Uma maldade, porque foram os Governos do PS na República que, propositadamente e contra a nossa vontade, fizeram concentrar o programa informático. Nós queríamos continuar com três programas informáticos: Madeira, Açores e continente. Mas, numa tentativa de controlo total dos fundos comunitários, numa tentativa — e conseguiram — de tirar autonomia regional de decisão, concentraram tudo num único programa informático. E enquanto os Governo do PS governaram, nós nunca tivemos este programa informático. Agora, sim, ele está a ser trabalhado de maneira que contemple os Açores e a Madeira.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Ora bem!

O Orador: Mais uma maldade criada pelos Governos do PS para atrasar o início do programa PEPAC, fazendo desaparecer o nosso programa informático. Foram várias as maldades com os Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Não apoiado!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: E digo-lhe ainda mais: no PRORURAL+ e na prorrogação do PRORURAL+, nós já abrimos candidaturas de primeira instalação, com um prémio de primeira instalação de 55 mil euros. No caso da banana e das áreas de diversificação, o prémio, antes, era de 22 500 euros, aumentámos para o dobro. Mas só agora conseguimos, porque o anterior Governo do PS na República sempre negou este aumento do prémio à primeira instalação dos jovens agricultores dos Açores. Foi de tal maneira que já concorreram 64 jovens, em janeiro e fevereiro, ao prémio de primeira instalação.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Ora, a lista das maldades do Governo do PS da República para tentar prejudicar o Governo dos Açores — pensando que prejudicavam o Governo dos Açores, estavam era efetivamente a prejudicar os Açorianos — é larga e grande.
Poderei continuar a enunciar um conjunto de medidas…
Deputado Carlos Silva (PS): Pode continuar, mas ninguém acredita.
O Orador: … que sempre negaram, prejudicaram, adiaram, concentraram e fizeram desaparecer para excluir os Açores e a Madeira, só porque a cor política era diferente.
Sim, nós estamos a conseguir, progressivamente, aquilo que é a justiça para com os agricultores dos Açores e para com os Açorianos
Muito obrigado.
Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do

Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Nuno Barata, para uma interpelação, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, faço uma interpretação à Mesa no sentido de perguntar se o requerimento n.º 257 a que aludiu o Sr. Secretário é um requerimento da Iniciativa Liberal e não do CHEGA.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Não, não é do CHEGA.

O Orador: E se, na resposta a esse requerimento, o Sr. Secretário não responde que apenas 5 % dos controlos são efetuados, ou seja, em cada cem agricultores, apenas cinco são fiscalizados.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Eu não tenho os elementos, mas é fácil de confirmar, está tudo à distância de um clique.

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não podia deixar de intervir depois da intervenção do Sr. Deputado Nuno Barata, porque ficou aqui um anátema sobre os privados, sobre a fraude. Agora, complementou a sua intervenção, que é de facto 5 % de fiscalização. Se tudo corre bem, até uma fiscalização aceitável. Não sei a amostragem, pronto, também não tenho conhecimento do que é que se passa. Mas, atenção, estamos a falar da fraude de obtenção de subsídio, que é um crime punido até 5 anos de prisão. Portanto, nós não podemos ignorar, lançar um anátema de que nós é que estamos aqui a promover o laxismo e a fraude.

As pessoas, se cometem fraudes, serão fiscalizadas e punidas. Que eu saiba, o Governo

não anunciou que tivesse encontrado nenhum crime. Então, se não houve crimes, não há aqui nenhum fantasma ou nenhum anátema sobre as pessoas terem o direito de concorrer aos subsídios. Se fosse assim com todos os outros subsídios onde concorrem milhares de pessoas, então tínhamos de fazer mais cadeias, porque eram todos criminosos.

Deputado José Miguel Toste (PS): Eu já ouvi esta frase nalgum lado: cadeias cheias.

O Orador: Portanto, nós não nos identificámos com aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Nuno Barata, porque, de facto, a realidade não cola com a retórica. E aqui lançar um anátema, porque as pessoas, por sua autodeterminação, por não querem estar ligadas a uma cooperativa, vão cometer mais fraudes?! Eu acho que isso não faz sentido nenhum. E não podia deixar de intervir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, para uma interpelação, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Do mesmo requerimento, a pergunta n.º 3: "Quantas irregularidades foram detetadas no âmbito dos controlos efetuados à ajuda à comercialização da banana? Solicita-se a discriminação da informação por ano e ilha."

Foi isso que respondemos, por ano e ilha e o número de irregularidades. Foi isso que disse e é isso que está ao dispor dos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate já vai longo relativamente a esta matéria. Acho que todos reconhecemos a evolução que teve a produção de banana, uma evolução bastante positiva, quer pelo aumento de produtores, pelo aumento da área, pelo aumento do preço deste produto e pela valorização do mesmo. E acho que isso acabou por ser reconhecido por todas as bancadas.

Efetivamente, o que o CHEGA propõe aqui é que este apoio à banana possa ser usufruído pelos beneficiários que não comercializem o seu produto por via da organização de produtores. O Grupo Parlamentar do CDS-PP considera que, atualmente, estas organizações de produtores têm um papel fundamental em todo o processo.

A verdade é que 90 % da nossa produção está concentrada na ilha de São Miguel e na ilha Terceira e os restantes 10 % em outras ilhas, que não são sequer todas as restantes ilhas da nossa Região, concentrados na ilha de Santa Maria, na ilha do Faial e na ilha do Pico, se bem me recordo.

Efetivamente, as cooperativas têm tido um papel fundamental em vários aspetos, quer no aspeto da valorização do produto, na qualidade do produto, mas também acho que os nossos produtores têm tido um papel fundamental pelo facto de conseguirmos criar escala quando estamos a falar em exportar o nosso produto. E esse papel tem sido também feito por parte das cooperativas, o qual tem sido fundamental naquilo que concerne à exportação e à valorização, depois, do nosso produto, neste caso em particular da banana.

Já foi dito aqui e até no âmbito da discussão desta iniciativa em comissão, a questão da fiscalização. E a verdade é que, existindo esta receção por parte das cooperativas, há uma fiscalização que vai até acima dos tais 5 % que foi mencionado, uma vez que rececionam esse produto.

Relativamente a esta fiscalização e aos 10 % das ilhas onde não há este nível de

associativismo, efetivamente é preciso criar as condições para que existam mecanismos de controlo, para que esse controlo seja feito com maior regularidade, digamos assim. Não podemos fazer crer, e o Sr. Secretário já mencionou essa questão, que os agricultores querem é subsídios e querem é apoios, e a verdade é que, quando estamos no terreno, quantos e quantos agricultores é que não nos dizem que preferiam não ter subsídios e terem o seu produto valorizado? É isso que eles nos transmitem, é isso que eles nos dizem relativamente aos apoios e aos subsídios. E esta imagem que, muitas vezes, querem fazer passar, de que eles só querem é apoios e só querem é subsídios, não é realmente, de todo, assim.

O Sr. Deputado Francisco Lima disse que já não eram dois ou três produtores, que eram mais, mas a verdade é que, parece-me, e posso estar errada na minha interpretação, esta iniciativa também surge um bocadinho daquilo que foi dado nota publicamente, de existir um número de produtores, dois ou três produtores, que tinham esta pretensão, legítima, como é óbvio. Mas também é verdade que, independentemente de concordarmos ou não com a maneira que este apoio está a ser atribuído, se efetivamente existiu alguma divergência por parte destes produtores, eles podem-se até organizar numa organização certificada, à semelhança do que existe, por exemplo, com o Probanana, que tem o certificado do IAMA e podem comercializar o seu produto. Ou seja, os produtores também se podem organizar em grupos mais pequenos, desde que estejam munidos com os meios técnicos necessários para tal.

Nós entendemos que, efetivamente, as cooperativas, neste momento, que são a Fruter e a Frutaçor, têm este papel fundamental naquilo que tem sido o percurso da valorização do produto.

Até mesmo hoje, neste despacho que existiu da dominação de origem da "Banana dos Açores", a verdade é que também existe aqui o trabalho por parte destas organizações, em parceria com o Governo Regional. E o facto de os produtores estarem organizados, muitas vezes, é uma mais-valia para a valorização do seu produto, para o percurso de certificação do seu produto, mas, como já disse e reitero, até pela importância de

criarmos escala. Muitas vezes, estamos a falar aqui de pequenos produtores, e a verdade é que, estando associados, organizados, permite-lhes ter esta escala, que é importante para chegarmos até outros mercados. E acho que é essa também a intenção, de aumentarmos a área de produção, de continuarmos este caminho de qualidade e de valorização deste nosso produto, que é a banana dos Açores. E isso, sem dúvida, parece-nos, sendo por via das organizações de produtores, é um caminho muito mais organizado e que conseguirá ter melhor resultado. Parece-nos que neste caso da banana é assim.

Já foi dado aqui o exemplo do caso do ananás. Houve uma alteração, o apoio era dado ao produto e à quantidade, e a verdade é que aí a cooperativa assumiu. Neste caso, a Profrutos tinha um papel que hoje em dia não tem, que fazia com que os produtores… Parece-me, não reconhecendo ao pormenor essa realidade, é certo, mas existia um nível da organização que atualmente deixou de existir, também por via de ter-se mudado este princípio em relação ao apoio.

Como tal, por aquilo que já foi explanado, não poderemos acompanhar esta proposta do CHEGA.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda** (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que já não me espanta…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Hoje é o dia das confissões.

A Oradora: … a forma como o debate prossegue, porque já é prática recorrente,

durante estes últimos quase 5 anos, do Sr. Secretário em levar o debate para determinadas áreas, quando há um notório desconforto nas perguntas que são colocadas e na defesa que ele apresenta em responder às questões que são colocadas nesta Casa.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: A culpa nunca é do Governo, a culpa é sempre dos outros, ou a culpa é do Partido Socialista do que fez ou não fez no passado, ou a culpa é dos agricultores, ou a culpa é do Governo da República.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Nunca se diz que a culpa é dos agricultores! Isso é falso!

A Oradora: Há sempre um culpado para a inércia deste Governo, mas a verdade é que, se dúvidas houvesse, basta pergunta aos agricultores.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Sim, basta perguntar!

A Oradora: Já que este Governo não responde, já que este Governo não quer responder, perguntemos aos agricultores. Há ou não há apoios em atraso? Há ou não há associações e cooperativas que ainda aguardam o pagamento dos seus apoios prometidos? Há ou não há atrasos significativos na implementação do PEPAC?

E, Sr. Secretário, desculpe, mas não venha com a eterna desculpa dos problemas informáticos, porque a mim me espanta e aos agricultores também…

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): A senhora não sabe o que diz! Pare de mentir! Não vou aceitar mais mentiras!

A Oradora: … que o Governo não tenha capacidade de ultrapassar problemas informáticos. É que já ninguém acredita nessas desculpas.

E ainda lhe digo mais, Sr. Secretário: é sobre esta realidade que o Governo tem de dar explicações, é sobre o presente e é sobre aquilo que quer para o futuro da nossa agricultura.

O Sr. Secretário, quando não tem argumentos, diz: " Pior do que não pagar é fazer rateios." Isso é surreal! É surreal essa sua resposta, porque aquilo que nos está a dizer

é que, para não haver rateios no POSEI, os agricultores tiveram de esperar anos pelos apoios prometidos. Isto não é progresso, isto é pura ilusão.

Aliás, se tivesse de desviar milhões de euros do setor da agricultura para se assegurar os rateios, para não se arranjar os caminhos agrícolas, desculpe, isto não é uma vitória, porque, neste momento, os senhores acabaram com os rateios, mas são os agricultores que estão a pagar o fim dos rateios, e estão a pagar com a falta de investimento, com os apoios que estão em atraso e com a falta de estratégia, que não se aplica no setor.

Ainda lhe digo mais, hoje, quando se fala em qualquer setor da agricultura, há um elefante no meio da sala que o senhor não pode tentar esconder: foram desviados 14 milhões de euros da agricultura…

Deputado Carlos Freitas (PSD): E as bananas?

A Oradora: … com a justificação de que iriam ser repostos pela República. Mas o Sr. Secretário já admitiu que, afinal, não há um acordo, há apenas um entendimento, que ainda nem sequer está escrito, diz que vai estar. Sr. Secretário, há ou não há um acordo para vir dinheiro da República para os Açores? Porque, neste momento…

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Nunca quiseram pagar! Nós estamos a pagar, e ainda pergunta por um acordo?! Isso é surreal, não existe! O Diabo a fazer-se de santo! Cortaram, não pagaram… Nós pagámos! Ó senhora, tome um bocadinho de consciência do que está a dizer!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, vamos permitir que a Sra. Deputada termine a sua intervenção.

Faça favor, Sra. Deputada.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Eu estou abananado!

Deputado Carlos Silva (PS): Mas isso não me surpreende!

A Oradora: Sr. Presidente, obrigada.

Sr. Secretário, a sua postura, de facto, é lamentável. É lamentável que um representante do Governo dos Açores, sucessivamente, tenha exatamente a mesma postura, sempre que é confrontado com algo que lhe é desconfortável, aquilo que o senhor faz,

reiteradamente, é descredibilizar quem põe as questões.

Sr. Secretário, há ou não há um acordo escrito entre o Governo dos Açores e o Governo da República para repor os 14 milhões de euros que este Governo desviou da agricultura para financiar outros departamentos governativos?

Qualquer setor agrícola que nós, hoje, debatermos nesta Casa terá de ser explicado com este argumento: foram desviadas verbas da agricultura, e tem de ser explicado aos agricultores como é que vão ser repostas. E não venha com o argumento dos rateios, porque, volto a dizer, neste momento, quem está a pagar o fim dos rateios são os agricultores. E, neste momento, o Governo está a prometer aquilo que não tem e a retirar aos agricultores aquilo que ainda podiam ter.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional da Agricultura, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Isto é surreal, o debate, porque nós tivemos um partido político que governou quer na Região, quer na República, e prejudicou a agricultura e prejudicou os agricultores e os Açorianos. E é muito grande o rol de prejuízos. Aliás, começando pelo Presidente do PS/Açores, que prejudicou os agricultores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: É preciso não esquecer isso. O Presidente do PS/Açores, perante aquilo que foi uma atitude propositada de discriminação negativa dos agricultores açorianos e madeirenses, para não pagar as ajudas diretas, vegetais e animais, no âmbito da guerra da Ucrânia, o Governo da República não quis… Houve uma proposta de resolução na Assembleia da República para que (já que o Governo não faz) a Assembleia da República recomende ao Governo que faça essa extensão aos Açores. Incrível dos incríveis, todos os partidos políticos votaram a favor, só houve um partido político que votou contra essa resolução na Assembleia da República: o PS. E lá estava sentado, a votar contra, o Presidente do PS/Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Ora, é este mesmo Presidente do PS/Açores que votou contra a resolução da extinção dos apoios aos Açores e à Madeira, que agora é cabeça de lista à Assembleia da República.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Grande trabalho! Grande exemplo da defesa dos Açores! Como é que nós podemos confiar no cabeça de lista à Assembleia da República que já deu um exemplo de prejudicar os Açores? Essa é que é a questão!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Ora, nós estamos, efetivamente, a tratar, através da porta do POSEI, a entrada desses 21 milhões de euros. E eles vão acontecer.

E nos próximos dois Conselhos de Ministros, será aprovada, amanhã ou depois para a semana, uma resolução da transferência dos 16 milhões de euros para a conta da Região para pagar os rateios.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Eu não compreendo.

Presidente: Sr. Secretário, tem de terminar.

O Orador: Até mesmo na única ajuda excecional que o Governo do PS fez na Região, que foi 45 euros por vaca leiteira em 2015, nós é que tivemos de a pagar em 2021. A única que foi criada, excecionalmente, efetivamente, está a ser paga. E, mais que isso, nós recebemos mais de 21 milhões de euros…

Presidente: Sr. Secretário, tem de terminar.

O Orador: … das cooperativas em cartas de conforto.

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi desligado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O Governo esgotou o seu tempo para este debate. Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor.

(*) **Deputada Patrícia Miranda** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu inscrevo-me novamente só para dizer que o Sr. Secretário tem de ter mais cuidado

na forma como expõe os seus argumentos, porque, mais uma vez, aquilo que diz não corresponde à verdade. E a verdade é um requerimento, assinado por este Governo, entregue a esta Casa, relativamente ao acordo, em que a resposta da existência ou não de um acordo diz que o acordo se rege pela boa-fé entre o Governo da República e o Governo dos Açores. Sr. Secretário, onde é que está este acordo?

Presidente: Muito obrigado.

Ruído na sala.

Sr. Secretário, tenha calma!

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para uma interpelação.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para dizer ao Sr. Presidente da Assembleia que, efetivamente, o que respondemos ao requerimento é verdade e que a transferência se faz pelo despacho do Conselho de Ministros. E quando ele houver, será entregue aqui na Assembleia Regional. É assim que as coisas se procedem. Eu não tenho culpa de alguns Srs. Deputados não conhecerem as regras de transição financeira.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Brevíssima, apenas numa frase: nós, hoje, todos ficámos a perceber que, para o Partido

Socialista, é muito estranha a expressão boa-fé na relação entre o Governo Regional e o Governo da República. Os senhores não a conhecem, nós conhecemo-la bem!
Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Pergunto se há mais inscrições.
Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor.
(*) **Deputada Patrícia Miranda** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Bom, pela interpelação do Sr. Secretário Regional da Agricultura e pela intervenção do Sr. Deputado João Bruto da Costa, aquilo que os agricultores ficaram, hoje, a saber é que, realmente, não há acordo nenhum e, mais uma vez, serão eles os prejudicados.
Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.
Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra
(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Pior do que começar uma intervenção por dizer que tem uma confissão para fazer é pecar logo a seguir e dizer aquilo que não é capaz de reconhecer depois deste debate, que foi o compromisso revelado pelo Sr. Secretário relativamente àquilo que irá acontecer nos próximos dias, que tem a ver com a boa-fé manifestada, sempre, pelo Governo da República do PSD e do CDS-PP relativamente a esta questão.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é boa-fé, é só mesmo uma questão de fé!

O Orador: Só para terminar, aquilo que resulta dessa sua intervenção, que não tem nada a ver com a questão que estamos aqui a discutir, mas para lhe dizer, Sra. Deputada, e ao Partido Socialista, que o que resulta deste debate sobre a questão dos rateios e do fim dos rateios, implementada por este Governo Regional, é que nós devolvemos, nestes últimos anos, aos agricultores açorianos, mais de 64 milhões de euros. Aquilo que seria convosco no Governo é que eles seriam impedidos de aceder a estes 64 milhões de euros. E isso os senhores nunca poderão negar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião.

(*) **Deputada Marlene Damião** (PS): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de começar pelo final e deixar aqui a mensagem clara que ficou, de que efetivamente não há acordo, portanto, essa é a conclusão a que nós chegamos.

Mas gostava também de recentrar o tema nas bananas, que é sobre isso que nós estamos a falar. E começava por recordar que, enquanto, ontem, no âmbito do projeto de resolução apresentado pelo CHEGA, eu referi que aquele projeto de resolução não fazia bem e nem mal, este, ao invés, só faz mal e só prejudica.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: E isto ficou bem claro em todas as audições que decorreram no âmbito da Comissão Permanente da Economia. E passo a recordar quais foram essas audições, nós ouvimos: a Fruter, a Frutaçor, o IAMA, a Federação Agrícola. E todas elas manifestaram uma posição contra.

Mas eu acrescento, e esta é que é a parte irónica: o próprio Sr. Secretário Regional, quando foi ouvido, tendencialmente, demonstrou que discordava desta proposta. E, mais grave ainda, é o próprio proponente, o CHEGA — honestamente, particularmente, pensava que esta proposta fosse retirada —, manifestou também algum desconforto no decorrer das audições.

E, portanto, os riscos que este projeto de resolução representa são muito, muito sérios. Nós estamos a falar, e como já foi dito, aqui, hoje, de dois ou três produtores. Dois ou três não representam mais de trezentos produtores na Região. Já foi utilizada essa expressão aquando de outros projetos e de outras iniciativas nesta Casa, em que foi dito, e recordo, pelo Sr. Deputado Nuno Barata, que chegou a referir uma vez, quando discutíamos aqui a cor padrão dos táxis: não podemos agradar a todos e assumir que a posição de dois ou três representa uma opinião global. Aqui, dizemos o mesmo: dois ou três produtores… Aliás, nem tão pouco sabemos se mantém ou não essa posição, porque consta que já mudaram de opinião, portanto já não querem avançar com esta ideia. Isso obriga-nos, aqui, a uma grande reflexão.

E gostaria de terminar acrescentando que, de entre todos os riscos sérios que foram aqui abordados, há um que não foi mencionado, que foi o controlo dos fitofármacos, ninguém falou nisso. As cooperativas é que são responsáveis pelo controlo dos fitofármacos.

Deputado Francisco Lima (CH): Isso é mentira!

A Oradora: Mas, lá está, vindo a proposta de quem vem, que propôs, nesta Assembleia, nós usarmos o glifosato, não me espanta que não lhes preocupe os fitofármacos.

Por último, gostava apenas de acrescentar que era previsível o aproveitamento político do Governo nesta matéria, era inevitável. Nós já sabemos disso, porque é sempre a mesma história: rateios, rateios e rateios. Os senhores só conseguem utilizar este argumento para criticar os Governos socialistas. É caso para dizer: se é o único que têm, então nós estivemos muito bem e trabalhámos muito bem, porque os senhores não

nos apontam mais nada.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não ia pedir a palavra, ia só dar o voto, mas como não estávamos a centrar relativamente à iniciativa, pedi para pelo menos tentar ser o mediador entre duas casas.

Deputado José Pacheco (CH): Boa sorte!

O Orador: É verdade, mas pelo menos tentar apaziguar as hostes. Vou falar, obviamente, sobre a iniciativa. E tenho grandes dúvidas, tanto por um lado, como pelo outro, por isso o PAN vai-se abster. Isto, porque custa-me um pouco saber, à partida, que uma empresa, neste caso o produtor, seja empresa ou seja empresário individual, tenha de estar dependente de outra empresa. E é isso que me custa bastante.

Por outro lado, tendo em conta que as empresas, neste caso a Fruter e a Frutaçor, estão a substituir o Governo em termos da parte inspetiva relativamente aos fitofarmacêuticos, bem como ao seu controlo, pela falta de recursos humanos do IAMA, temos aqui um problema em termos de qualidade do produto na venda ao consumidor e da quantidade de fitofarmacêuticos que podem ou não usar.

Só que isto é quase uma medida feudal, — faz-me lembrar a Câmara do Comércio — termos uma cooperativa que vai exigir a um produtor não aquilo que são as regras e as leis implicadas para produção de um determinado produto, mas a fazer o pagamento e a tentar fixar o preço como quer fazer para o mercado. Mas, neste momento, não temos outra alternativa. O PAN não poderá votar favoravelmente, porque não temos uma alternativa que seja governamental que possa cumprir esses requisitos para o

consumidor final.

Mas é triste que um produtor tenha de ficar agarrado completamente a uma cooperativa, seja qual for o produto que esteja a produzir. Isso é triste, é bastante errado e, obviamente, não é o futuro.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Finalmente, Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Silveira** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de ir realmente ao que interessa, porque o Sr. Secretário já não tem tempo, o Governo não tem tempo, não posso deixar de repor aqui a verdade. O facto é que, no tempo dos Governos socialistas, em relação a acordos com a Região, nem houve acordo nem houve boa-fé por parte da República. E quanto a isso, fico-me por aqui por respeito a esta iniciativa…

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: … do partido CHEGA, que tem o mérito de abordar a fruticultura, dando relevo à agricultura dos Açores e demonstrando que estamos muito para além da monocultura da vaca.

Durante muito tempo, falar de agricultura nos Açores era falar de carne ou de leite. São setores muito importantes para o setor agrícola e para a agricultura dos Açores, mas, hoje, para além disso e pela ação também deste Governo, uma política que prioriza a diversificação da atividade agrícola. É disso exemplo a fruticultura, a horticultura, a floricultura, a vitivinicultura ou a apicultura.

Tal só é possível pelo empenho do XIII Governo Regional dos Açores e desta tutela da

agricultura e alimentação, com estreita colaboração com a Federação Agrícola dos Açores e com a proximidade aos produtores.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: Tem havido um esforço para a valorização do produto agrícola pela certificação e que disso são exemplo o alho da Graciosa, a meloa de Santa Maria ou ainda a carne do Ramo Grande.

Ainda hoje, como já aqui foi referido várias vezes, foi publicado o despacho que confere, a nível nacional, proteção à denominação "Banana dos Açores" como Indicação Geográfica.

O Governo dos Açores, da responsabilidade da coligação PSD, CDS-PP e PPM, dá assim um primeiro passo, com reconhecimento a nível nacional, com a denominação de Indicação Geográfica da "Banana dos Açores", que segue agora para a Comissão Europeia, para que, a nível internacional, este produto açoriano seja reconhecido como produto IGP.

Esta valorização dos produtos agrícolas estimulam a própria produção e comercialização, porque se mostra evidente o cumprimento das exigências da União Europeia e a qualidade superior destes produtos a diferentes níveis, desde o armazenamento de colheita, amadurecimento, comercialização e controlo de pesticidas.

Ao longo das audições tidas desta iniciativa, com as quais estamos genericamente de acordo, ficou evidente que a possibilidade de uma candidatura individual seria prejudicial às várias cooperativas que comercializam a banana, que defendem mais de trezentos produtores e, neste momento, apresentam resultados bastante positivos.

Ficou demonstrado que a organização de produtores, qualquer que seja, é uma mais-valia para a produção da banana, dá mais força a quem produz e garante maior previsibilidade do cumprimento das regras necessárias de qualidade, daí que os fundos comunitários, que são finitos, devam continuar a ser canalizados para tal.

E termino, porque o Sr. Secretário e o Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores

muito têm referido, lembrando que estes apoios dados aos produtores só têm uma finalidade: permitir aos consumidores comprar a preços condignos nas prateleiras de supermercados.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falaram sobre o preço, por acaso foi algo que me esqueci de referenciar durante a minha intervenção. É óbvio, como consumidor, que nós vemos que o preço da banana é extremamente barato. E é extremamente barato, porque é subsidiada. E é para comparar, obviamente, para competir com a banana importada, porque, se não fosse essa competição, a banana dos Açores, por excelência, devia ser o dobro do preço daquilo que está neste preciso momento. E isso é perentório. Nós estamos simplesmente a competir com uma banana que não tem qualidade absolutamente nenhuma, que não tem as mesmas exigências fitofarmacêuticas da nossa banana. Por isso, temos de subsidiar o produtor, porque não podemos olhar só para o consumidor, temos de olhar também para o produtor, que também não pode vender ao desbarato. E, às vezes, as cooperativas não ajudam nesse aspeto relativamente a um preço fixo para competir com o mercado, e é o produtor que vai, obviamente, ser o mais lesado. E esse é o problema.

E exatamente como estávamos a falar no intervalo em apartes, às vezes, o preço do

quilo da banana é mais barato do que o subsídio que vai receber pelo mesmo quilo. E isso é um problema grave.

Obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): Não é às vezes, é quase sempre!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Creio não existirem. Vamos então votar o Projeto de Resolução n.º 24/XIII — "Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova as diligências necessárias a fim de garantir, no âmbito do POSEI, o apoio monetário ao produtor individual de banana na Região Autónoma dos Açores".

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 24/XIII foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do BE, com 1 voto de abstenção da IL e 1 do PAN, e 5 votos a favor do CH.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, após este longo período de discussão, chegamos à conclusão de que o que foi aqui discutido não foram bananas. E eu vou usar aqui um pequeno rascunho para não me esquecer do que é que aqui foi discutido. O que é que foi discutido aqui? O medo da mudança, o medo dos privados, o medo das cooperativas, o medo dos interesses instalados, o medo da economia de mercado, o medo de perder votos. Assim não

chegamos lá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado

Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 9: **Relatório sobre o pedido de autorização para que o Sr. Deputado José Manuel Resendes Leal possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum**.

Esta pretensão foi analisada pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que, por unanimidade, emitiu parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado a prestar depoimento.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Vamos então votar este relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório sobre o pedido de autorização para que o Sr. Deputado José Manuel Resendes Leal possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o ponto 10 da nossa agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 35/XIII — "Segunda Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, que estabelece a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores"**. É uma proposta dos Srs. Deputados que compõem a Mesa.

Foi elaborado o respetivo relatório, foi apresentado na comissão. Ele destina-se essencialmente a fazer algumas alterações que têm que ver com a entrada em vigor da orgânica da Assembleia e algumas adequações que eram precisas ser feitas relativamente a alguns aspetos que precisavam de ser melhorados e, sobretudo, a alteração do artigo 31.º, que tem que ver com a redução em 50 % do valor das subvenções partidárias, que foram atualizadas em função dos aumentos previstos no Orçamento de Estado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

Deputado José Pacheco (CH): Uma interpelação para solicitar um intervalo regimental.

Presidente: Intervalo regimental de 30 minutos?

O Orador: Sim.

Presidente: Os Srs. Líderes concordam que se encerrem os trabalhos por hoje e passemos o assunto para amanhã? Então, encerramos os nossos trabalhos por hoje e continuamos amanhã, às 10 horas.

Não esquecer que temos Conferência de Líderes às 9 horas e 30 minutos.

Eram 19 horas e 21 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Sandra Micaela **Costa Dias**

Os Serviços de Redação.